



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

**Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito**

**Federal**

Amanda Pinheiro Said

Brasília/DF

Junho/2017



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Psicologia**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura**

**Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito**

**Federal**

Amanda Pinheiro Said

Orientadora: Profa. Dra. Liana Fortunato Costa

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Brasília/DF

Junho/2017

“Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal.”

Banca Examinadora:

Presidente:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Liana Fortunato Costa

PPGPsicCC/IP/UnB

Membros:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos

PPGPsicCC/IP/UnB

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Débora Dalbosco Dell’Aglío

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Suplente:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Marlene Magnabosco Marra

Instituto de Pesquisa e Intervenção Psicossocial - INTERPSI

*Dedico este trabalho a todos as crianças e adolescentes,  
para que, independente do gênero, da raça e da classe,  
cresçam livres sendo protagonistas de suas vidas.*

Se as coisas são inatingíveis... ora!  
Não é motivo para não querê-las...  
Que tristes os caminhos, se não fora  
A presença distante das estrelas  
(Mário Quintana – Das Utopias)

## Agradecimentos

Agradeço inicialmente aos meus pais, Mamede e Neide, que desde cedo plantaram em mim a sementinha dos estudos e que continuam me mostrando que é possível florescer mesmo em terrenos difíceis. Obrigada por todo o incentivo, os sorrisos e lágrimas compartilhadas e por diariamente continuar aceitando a difícil tarefa de ser pai e mãe.

Agradeço aos meus irmãos, Flávia e Gabriel, por terem chegado logo ao mundo, não me deixando ser filha única por mais de dois anos. Obrigada pela companhia, por me motivarem a tirar sempre o melhor de mim e por florescerem junto comigo.

À minha orientadora, Profa. Dra. Liana Fortunato Costa, que me mostra pelo exemplo como é possível se tornar uma árvore frondosa, portadora, ao mesmo tempo, de força e delicadeza. Por todas as podas e cortes necessários e pelo adubo abundante do afeto, da atenção e da paciência, muito obrigada.

Agradeço a minha amiga, de vida e de profissão, Beatriz Schmidt, por dividir comigo o sol, a sombra e a água fresca e por crescer junto comigo, tornando a paisagem mais bonita.

A todos os meus amigos, árvores novas e outras já antigas, por estarem comigo nas quatro estações. Obrigada por partilharem as necessárias pausas sempre com alegria e por tornarem a floresta em que habito tão diversa, múltipla e acolhedora.

Ao Alex Lindoso, espécie rara, mas não em extinção, agradeço pelo intercâmbio de ideias, pelo compartilhar de experiências e por me mostrar que é possível estar perto, mesmo estando longe.

Ao amigo Ronaldo Carvalho, por dividir comigo galhos quebrados e mesmo assim continuar presente. Obrigada por toda a ajuda, paciência e prontidão nos assuntos tecnológicos e *tabelísticos* que permitiram que este trabalho ganhasse forma.

Agradeço a psicóloga Fernanda de Albuquerque por ser minha terapeuta e por estar comigo nas trocas de estação, me ajudando a ter o discernimento necessário para resistir aos períodos de seca. Com ela quero compartilhar, agora, este ciclo de colheita.

Às profissionais do PAV Jasmin, Eika Lobo, Marialice Chaves, Neulabihan e Denise Marreco, e do PAV Alecrim, Lucy Stroher e Fernanda Falcomer, por me receberem de galhos abertos, respeitando meu espaço e tempo de crescimento até nos tornarmos, hoje, colegas de serviço.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Débora Dell'Aglio, Profa. Dra. Sílvia Lordello e Profa. Dra. Marlene Marra, por estarem presentes em um momento tão importante, se permitindo ser exemplo e me ajudando a expandir o olhar para outros *habitat*.

Agradeço a todas as pessoas que, na condição de clientes, ajudaram a construir minha trajetória inicial na Psicologia. É por cada um e por cada história que com elas dividi que sigo apaixonada pelo que faço e desejo continuar crescendo, afetiva e profissionalmente.

A todos os profissionais e professores que iniciaram o plantio antes de mim, agradeço pelas supervisões, pela escuta e por me ensinarem que dividir é multiplicar.

Por último, mas não menos importante, agradeço a Universidade de Brasília e ao Instituto de Psicologia por serem terrenos tão férteis e aconchegantes, por fazerem parte da minha história e permitirem que aqui eu crie raízes e espalhe bons frutos.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Tabelas.....</b>	<b>1</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>2</b>
<b>Lista de Anexos.....</b>	<b>3</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>4</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>5</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>Introdução.....</b>	<b>6</b>
Fundamentação Teórica.....	6
O Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	10
Características de Meninos Vitimizados Sexualmente.....	12
Prevalência de Abuso Sexual Contra Vítimas do Sexo Masculino.....	14
Consequências do Abuso Sexual para Vítimas do Sexo Masculino.....	16
Características das Famílias de Meninos Vitimizados Sexualmente.....	20
Características dos Ofensores de Meninos Vitimizados Sexualmente.....	22
A Dinâmica do Segredo.....	24
Polivitimização.....	26
Notificação de Violências em Contexto Nacional.....	27
Objetivos.....	31
Objetivos gerais.....	31
Objetivos específicos.....	32
Estrutura da Dissertação.....	32
<b>Capítulo II</b>	
<b>Método.....</b>	<b>34</b>
Contexto.....	34



Participantes.....	35
Eixo quantitativo.....	35
Eixo qualitativo.....	36
Instrumentos.....	40
Eixo quantitativo.....	40
Eixo qualitativo.....	40
Procedimentos de Coleta e Análise de Dados.....	41
Eixo quantitativo.....	41
Eixo qualitativo.....	42
Considerações Éticas.....	43

### **Capítulo III**

<b>Caracterização do menino vitimizado sexualmente.....</b>	<b>44</b>
Idade.....	45
Escolaridade.....	47
Renda Familiar e Local de Moradia.....	49
Presença de Deficiências e Transtornos nas Vítimas.....	52
Presença de Sintomas após Abuso Sexual.....	54
A Cena do Abuso Sexual.....	55
Encaminhamentos.....	59
Revitimização e Polivitimização.....	61
Caracterização das Violências Sexuais.....	65

### **Capítulo IV**

<b>Caracterização do ofensor sexual de vítimas do sexo masculino.....</b>	<b>69</b>
Número de Ofensores Envolvidos.....	70
Caracterização do Provável Ofensor Sexual.....	72

Vínculo/Grau de Parentesco.....	73
Gênero.....	76
Outras Características.....	79
<b>Capítulo V</b>	
<b>Dinâmicas familiares de meninos vitimizados sexualmente.....</b>	<b>87</b>
Estigmas e Preconceitos.....	88
Parentesco e Familiaridade dos Autores da Ofensa.....	90
Encaminhamentos e Intervenção Pós-Abuso.....	95
<b>Capítulo VI</b>	
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>100</b>
<b>Referências.....</b>	<b>106</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>121</b>

## **Lista de Tabelas**

### **Capítulo II**

Tabela 1: Características das Vítimas da Análise Qualitativa e Seus Prováveis Ofensores.....	36
--	----

### **Capítulo III**

Tabela 2: Idade e Escolaridade das Vítimas.....	47
Tabela 3: Notificações por Região Administrativa e Respectiva Renda Familiar.....	51
Tabela 4: Consequências do Abuso Sexual.....	54
Tabela 5: Características da Cena do Abuso.....	57
Tabela 6: Encaminhamentos Realizados às Vítimas Após a Notificação.....	61
Tabela 7: Frequência de Polivitimizações.....	63
Tabela 8: Frequência de Outros Tipos de Violências Sofridas.....	64
Tabela 9: Caracterização da Violência Sexual.....	66

### **Capítulo IV**

Tabela 10: Características do Provável Ofensor Sexual.....	72
Tabela 11: Meio de Agressão Praticado pelo Ofensor.....	81
Tabela 12: Relação entre Ofensor e Vítima de acordo com a Quantidade de Meios de Agressão.....	82

## **Lista de Figuras**

### **Capítulo III**

Figura 1: Zona de Moradia dos Meninos Vitimizados Sexualmente.....58

Figura 2: Revitimização da Violência Sexual.....62

### **Capítulo IV**

Figura 3: Suspeita de Uso de Álcool pelo Provável Ofensor.....80

## **Lista de Anexos**

<b>Anexo I:</b> Ficha de Notificação de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências.....	121
<b>Anexo II:</b> Legenda Genogramas.....	123
<b>Anexo III:</b> Genograma caso 1.....	124
<b>Anexo IV:</b> Genograma caso 2.....	125
<b>Anexo V:</b> Genograma caso 3.....	126

## Resumo

Said, A. P. (2017). *Abuso sexual de vítimas do sexo masculino: notificações e prontuários no Distrito Federal* (Unpublished master's thesis). Universidade de Brasília, Brasília.

O abuso sexual contra vítimas do sexo masculino é fenômeno real, subnotificado e com poucas pesquisas. Há diferenciações nas vitimizações sexuais contra pessoas do sexo feminino e masculino: para estas vítimas os episódios de violência tendem a apresentar maior gravidade e os sintomas mais frequentes são agressividade, abuso de substâncias e confusão em relação à identidade de gênero. No Brasil, a comunicação de situações de violências a esferas públicas ocorre por meio do preenchimento de ficha de notificação distribuída pelo Ministério da Saúde e esse instrumento tem função de controle epidemiológico, de comunicação entre instituições e ainda favorece a interrupção das situações de violência. A pesquisa desta dissertação de mestrado utilizou-se de método misto, com caráter exploratório e descritivo, e teve como objetivo compreender as crianças e adolescentes do sexo masculino vitimizados sexualmente, bem como a dinâmica de suas famílias. Após autorização das instituições e aprovação do Comitê de Ética foi feita uma análise documental das fichas de notificação com vítimas de abuso sexual do sexo masculino no Distrito Federal nos anos 2013 e 2014 e de prontuários de uma instituição pública de atendimento em saúde. A parte quantitativa contou com um total de 290 fichas e para análise descritiva e de frequência foi feita seleção de campos das fichas de notificação relativos às vítimas e aos prováveis ofensores. Na parte qualitativa, utilizando o método de estudo de caso, foram feitas análises temáticas das informações contidas em prontuários de três meninos. A perspectiva teórica que embasou todas as análises e interpretações deste trabalho foi a Teoria Familiar Sistêmica. Alguns dos principais resultados encontrados na parte quantitativa são: 42% das vítimas tinham entre zero e cinco anos; 59,3% dos abusos ocorreram na residência da vítima; foram feitos 570 encaminhamentos a 237 vítimas; em 60,9% das fichas foi registrado estupro; 55% das vítimas tiveram prováveis ofensores intrafamiliares e 10,7% dos prováveis ofensores eram do sexo feminino. Nessa parte da pesquisa também chamou a atenção o grande número de informações perdidas ou preenchidas de forma errada nas fichas, sinalizando para a necessidade de capacitações dos profissionais em relação a esse instrumento. Alguns resultados da parte qualitativa confirmaram dados obtidos na análise quantitativa: ofensores sexuais dos três casos eram do sexo masculino, intrafamiliares e adolescentes/jovens adultos e os três abusos ocorreram em locais que deveriam ser protetivos, favorecendo a reflexão de que deve ser feita uma relativização na análise das estruturas e dinâmicas familiares, pois elas podem funcionar como fator de proteção ou de risco. Estigmas e preconceitos em relação ao que se espera dos papéis masculinos interferiram na manutenção dos segredos e silêncios em torno do abuso sexual e também influenciaram a reação e consequências pós-abuso para os familiares das vítimas do sexo masculino. Os resultados apresentados nesta pesquisa contribuem para o conhecimento dessas vítimas, auxiliando no planejamento de intervenções mais específicas às vítimas do sexo masculino. Sugere-se a realização de pesquisas em outras localidades e com abordagens também qualitativas para que seja possível comparar os resultados e entender esse complexo fenômeno de forma cada vez mais ampla.

Palavras-chave: Abuso sexual; abuso sexual contra crianças e adolescentes; violência intrafamiliar; meninos vitimizados sexualmente; fichas de notificação.

## Abstract

Sexual abuse against male victims is a real phenomenon, underreported and with little research. There are differences concerning the sexual abuse against female and male victims: for these victims, the violent episodes tend to be more serious and the most common symptoms are aggression, substance and alcohol abuse and confusion regarding gender identity. In Brazil, the communication of violent episodes against children and adolescents to the public spheres occur by a mandatory reporting record distributed by the Ministry of Health and such instrument has the function of epidemiological control, communication in between institutions and it also favors the interruption of violent situations. The research of this master's thesis was done using a mixed method, with exploratory and descriptive character, and aimed to understand boys sexually abused, as well as their families' dynamics. After authorization from the institutions and approval of the Ethics Committee, it was done a documentary analysis of the mandatory reporting records of sexually abused victims of the male sex in the Federal District in the years 2013 and 2014 and of medical records of a public health care institution. The quantitative part counted on a total of 290 records and for descriptive and frequency analysis it was made a selection of fields of the mandatory records which contained information about the victims and the likely offenders. In the qualitative part, using the case study method, thematic analyzes of the information contained in medical records of three boys were done. The theoretical perspective that underlies all the analyzes and interpretations of this work is the Systemic Family Theory. Some of the main results found in the quantitative part are: 42% of the victims were between zero and five years old; 59.3% of the abuse occurred at the victim's home; 570 referrals to other institutions were made to 237 victims; 60.9% of the records registered rape; 55% of the victims had intrafamily offenders and 10.7% of the likely offenders were female. In this part of the research it is also important to mention the great number of information lost or mistakenly filled in the records, pointing out to the necessity of professionals' continued qualification. Some results of the qualitative part confirmed data obtained in the quantitative analysis: the sexual offenders of the three cases were male, intrafamily and adolescents/young adults and the three abuses occurred in places that should be protective, favoring the reflection that a relativization should be made in the analysis of family dynamics and structures, as they can function as a protective or risky factor. Stigmas and prejudices about what is expected of male roles interfered in the maintenance of the secrets and silences surrounding sexual abuse and also influenced the reaction and consequences post-abuse for the family members of male victims. The results presented in this research contribute to the knowledge of these victims, aiding in the planning of more specific interventions for male victims. It is suggested the conduction of research in other locations of Brazil and with qualitative approaches so that it becomes possible to compare the results and understand this complex phenomenon in an increasingly broad and complete way.

Key-words: Sexual abuse; sexual abuse against children and adolescents; domestic violence; boys sexually abused; mandatory reporting records.

## Capítulo I

### Introdução

#### Fundamentação Teórica

A existência de avanços na ciência contemporânea reflete não apenas uma mudança no *fazer científico* atual, mas também a própria realidade prática a que se refere. Por isso, diante da ideia de que estamos vivendo em um mundo cada vez mais complexo, surgem acusações de que a ciência tradicional não consegue abarcar as novas necessidades da contemporaneidade (Esteves de Vasconcellos, 2012).

Tais necessidades falam de uma sociedade que é ávida por mudanças, que faz da velocidade expectativa e rotina, que busca e se satisfaz com a multiplicidade de informações simultâneas. Para além do funcionamento que se tem configurado como padrão pelos seres humanos da contemporaneidade – aqui se optando por utilizar *ser humano* e não *homem* para designar a humanidade, uma vez que na contemporaneidade também faz sentido desconstruções de conceitos a partir de um viés de gênero – deve-se pensar na qualidade das relações e das experiências atuais e em seu – possível? – diálogo com a ciência contemporânea.

Esteves de Vasconcellos (2012) apresenta uma contribuição valorosa para o *fazer científico* atual quando expõe contextualmente a forma como ocorreram mudanças paradigmáticas que abandonaram construtos como simplicidade, estabilidade e objetividade para enfatizar olhares complexos, instáveis e intersubjetivos. A assunção desses novos construtos é bastante adequada em estudos com famílias em situação de violência, tal como será abordado neste trabalho. Isso porque favorece uma postura diante das relações que é não determinista, que admite o caos como processo, que não pensa em relações causais lineares, mas sim circulares recursivas e ainda que reconhece a contradição e a imprevisibilidade das situações (Esteves de Vasconcellos, 2012).



Coerente com esta epistemologia novo paradigmática defendida por Esteves de Vasconcellos (2012), Morin (2011) aponta desafios para a adoção de um pensamento complexo, pois assumi-lo implica reconhecer o emaranhado dos contextos, a incerteza e o desequilíbrio dos sistemas e não mais compreender as situações de maneira simplificada e, possivelmente, superficial. Assumir uma postura complexa é um desafio por si só, mas também pelo peso da tradição científica a que estamos expostos, em que se estima pela obtenção de uma resposta final precisa, com passos marcadamente esperados.

Mais especificamente quando se diz respeito à ciência psicológica, podemos pensar na sua brevidade de existência, tendo sido derivada da filosofia para reivindicar sua independência há cerca de 200 anos (Schultz & Schultz, 2009). Mesmo recente, já aponta avanços e transformações significativas, também de forma coerente com as mudanças socioculturais a que estava envolta. A Teoria Sistêmica é um desses marcadores relevantes na história da psicologia moderna.

Inicialmente, a Teoria Sistêmica, enquanto perspectiva teórica, não tinha relação direta com a ciência psicológica, mas tratava de sistemas não humanos, de maquinários e apresentava características menos subjetivas (Esteves de Vasconcellos, 2012). Autores como Bertalanffy, Bateson e Wiener foram determinantes para formulação de um modelo de dinâmica familiar que levasse em consideração os sistemas de forma mais ampla, suas inter-relações e que apropriasse alguns conceitos de outras ciências e práticas para a psicologia e terapia familiar (Nichols & Schwartz, 2007).

Tal movimento de apropriação possibilitou o surgimento de diversas abordagens no campo da terapia familiar que, mesmo apresentando algumas especificidades, de forma geral deixaram de se concentrar nos indivíduos e em suas personalidades, para priorizar as relações dos indivíduos com outras pessoas e outros sistemas a sua volta

(Nichols & Schwartz, 2007). Para além de um *setting* clínico tradicional, é possível também utilizar conceitos e compreensões sistêmicas em contextos psicossociais mais diversos (Costa & Penso, 2010), como os serviços públicos de atendimento em saúde, abordados nesta pesquisa.

Dentre alguns dos principais conceitos da Teoria Familiar Sistêmica, serão aqui descritos o de estrutura familiar, fronteiras e subsistemas familiares, desempenho de papéis, ciclo de vida familiar e transmissão multigeracional. Acredita-se que esses são conceitos básicos, e ao mesmo tempo fundamentais, que possibilitarão compreender de forma mais complexa o problema a ser aprofundado neste trabalho: abuso sexual de vítimas do sexo masculino.

Primeiramente, cabe estabelecer um conceito do que vem a ser um sistema familiar, indo além dos limites de laços consanguíneos de pessoas que convivem, mas que considera também laços afetivos e de proximidade. Ademais, um sistema familiar compreende que aquele grupo de pessoas é uma “totalidade organizada cujas partes funcionam de maneira que transcende suas características isoladas” (Minuchin, Nichols, & Lee, 2009, p. 15). Requer salientar, no entanto, que todo sistema é um subsistema de um sistema maior (Nichols & Schwartz, 2007) e por isso deve-se considerar os subsistemas que cada família contém, mas não esquecer que a família é um subsistema da sociedade em que faz parte e também de uma comunidade específica, uma cidade, um país, etc.

Todo sistema familiar apresenta uma estrutura própria que, por sua vez, diz da forma como seus membros se organizam, levando ainda em consideração as funções que desempenham dentro da família (Minuchin, 1990). O desempenho de tais funções no sistema familiar depende ainda dos diversos subsistemas que existem numa mesma família. Quando membros de uma mesma *ordem* (geração, sexo, interesse, função, etc)

são vistos de forma conjunta, há um subsistema: dois irmãos formando o subsistema fraternal, na relação entre si, e o subsistema filial, na relação com os pais e esses, por sua vez, formam o subsistema parental, na relação com os filhos, e o subsistema conjugal, na relação entre si. Cada subsistema requer de seus membros características e funções diferenciadas e é normal e esperado que uma mesma pessoa assuma mais de uma função e pertença a mais de um subsistema familiar (Minuchin, 1990). A capacidade das famílias em adaptar sua estrutura e o desempenho dos papéis de seus membros ao longo do tempo e a partir dos contextos em que estão inseridas diz de sua flexibilidade ou rigidez, características que podem interferir positiva ou negativamente em sua adaptação no mundo.

Também flexibilidade e rigidez são características que têm relação com o conceito de fronteira, cuja função é proteger os limites dos subsistemas (Minuchin, 1990). A delimitação das fronteiras é importante para que sejam asseguradas as funções esperadas e saudáveis dos membros da família e assim garantir o desenvolvimento de habilidades interpessoais significativas. Sua delimitação adequada, nem flexível/difusa, nem rígida demais garante a autonomia e independência de seus membros, sem ferir o adequado desempenho de suas funções (Nichols & Schwartz, 2007).

Considerando que também o sistema familiar passa por um ciclo de vida (Carter & McGoldrick, 1995), espera-se que os papéis desempenhados pelos membros da família também sofram alterações com o passar do tempo. Os diferentes estágios do ciclo de vida familiar não são fases estáticas e necessariamente presentes em todos os casos, mas devem sim ser vistos como tendências e oportunidades de reconhecer que alguns problemas e crises familiares podem ocorrer nas e devido às transições de seu ciclo de vida natural (Nichols & Schwartz, 2007).

Considerar e compreender os estágios de desenvolvimento por qual cada família passa é fundamental para que as gerações sejam também compreendidas de maneira mais detalhada. Ampliar o foco de um indivíduo, que pode ser considerado o *bode expiatório* (Nichols & Schwartz, 2007) – no caso desta pesquisa as vítimas do sexo masculino –, para outros membros da família garante não apenas uma análise mais completa da situação, como também inclui construtos relacionais importantes, como o da transgeracionalidade.

McGoldrick, Gerson e Petry (2008) defendem a hipótese de que o modo de funcionamento e os padrões relacionais de uma geração acabam por influenciar a forma de interação e funcionamento na(s) geração(ões) subsequente(s). A transmissão multigeracional deve ser levada em consideração, pois não ocorre sempre de forma consciente e intencional, mas, independente disso, torna o padrão de comportamento ou interação na geração seguinte mais forte e de difícil mudança.

Diante do contexto sistêmico aqui exposto, considera-se pertinente utilizar tal perspectiva teórica para analisar as vitimizações sexuais que sofrem as pessoas do sexo masculino. Uma primeira razão refere-se à alta estimativa de violências sexuais intrafamiliares (Pincolini & Hutz, 2014), mas, considera-se do mesmo modo fundamental compreender outros sistemas e contextos sociais em que essas vítimas estão incluídas e a família é um deles, com valor ímpar.

### **O Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes**

A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo que necessita ser visto como problema de saúde pública (Oliveira et al., 2014). Tal olhar implica em cuidados no diagnóstico e nas formas de intervenção, que, por sua vez, demandam a cooperação de diferentes instituições e profissionais, com finalidades, por vezes, antagônicas. A ocorrência de violência contra crianças e adolescentes é um crime

e as providências legais decorrentes nem sempre favorecem questões psicológicas, sociais e de proteção da criança e de sua família.

Uma das importantes manifestações da violência contra crianças e adolescentes é o abuso sexual, e dentre algumas de suas definições estão a de Sanderson (2005) e Murray, Nguyen e Cohen (2014). Estes autores destacam a dinâmica em que a criança ou o adolescente são usados como objeto sexual, fonte de gratificação das necessidades ou desejos de um adulto em atividades que podem envolver carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, *voyeurismo*, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem utilização de violência física. As definições ainda destacam a incapacidade da criança ou do adolescente em dar consentimento consciente em decorrência da marcada diferença de idade e/ou poder existentes e citam os possíveis prejuízos à saúde e até mesmo à dignidade das vítimas.

No abuso sexual, há um processo de dominação psicológica e física, sendo o poder do ofensor muitas vezes de natureza violenta e autoritária (Murray et al., 2014), mas, em contrapartida, também há situações sexualmente abusivas marcadas por jogos, brincadeiras e outros mecanismos que seduzem e atraem a vítima de maneira não necessariamente violenta (Miranda & Corcoran, 2000). Em ambos os casos, o abuso sexual configura-se sob uma assimetria de poder (Faiman, 2004), na qual as relações sociais caracterizam-se pelo exercício da força, imposta por meio de silenciamentos, segredos, cumplicidade e sedução (Faleiros, 2003). Portanto, pode-se pensar no abuso sexual infantojuvenil como um jogo complexo, ato ou relação sexual que envolve um relacionamento desigual entre agressor e vítima, compreendendo um modo particular de significação para cada um dos envolvidos, direta e indiretamente.

## **Características de Meninos Vitimizados Sexualmente**

Há uma grande lacuna na literatura nacional no que tange ao conhecimento da vítima de abuso sexual do sexo masculino, que se adensa pela dificuldade de acesso a esses sujeitos (Hohendorff, Habigzang, & Koller, 2012a). Recentemente, têm sido publicados estudos que apresentam algumas características dessas vítimas em suas infâncias (Almeida, Penso, & Costa, 2009; Baptista, Franca, Costa, & Brito, 2008; Hohendorff, Costa, Habigzang, & Koller, 2014b), muito embora os resultados encontrados sejam comparados em quase sua maioria com a pesquisa de Holmes e Slap (1998).

Nela, os autores (Holmes & Slap, 1998) fizeram um levantamento bibliográfico de textos publicados em língua inglesa e tiveram como objetivo definir o abuso sexual de meninos, estimar a prevalência, correlações, sequelas e o manejo desses casos. Faz quase 20 anos que essa pesquisa foi publicada e seus resultados ainda são uma das principais fontes de comparações. Considerando o avanço científico destes 20 anos, especialmente no que diz respeito à visibilidade que a violência sexual ganhou em nossa sociedade, considera-se que muitas mudanças ocorreram de forma a interferir, inclusive, no perfil dos meninos vitimizados sexualmente. No entanto, a ausência de estudos amplos, como o de Holmes e Slap (1998), mais recentes faz com que os dados desses autores ainda sejam largamente utilizados.

Reconhece-se que há diferenças entre o abuso sexual contra meninas e contra meninos e que o menino abusado sexualmente possui características específicas na epidemiologia e dinâmica da situação do abuso sexual (Almeida et al., 2009). No entanto, o contexto acadêmico brasileiro carece de pesquisas que reconheçam tais diferenças e características.

Em contexto internacional, Frías e Erviti (2014) e Sigurdardottir, Halldorrstottir, e Bender (2014) objetivaram diferenciar características de vítimas do sexo masculino e feminino: enquanto para as meninas as chances de exposição à vitimização sexual aumentam com a chegada da puberdade, para os meninos aparentemente é o inverso (Martins & Jorge, 2010). Diversos estudos (Baía, Veloso, Habigzang, Dell’Aglia, & Magalhães, 2015; Martins & Jorge, 2010; Modelli, Galvão, & Pratesi, 2012) apontam que a predominância dos meninos vitimizados sexualmente encontra-se nas faixas etárias mais novas.

Meninos menores de seis anos de idade estão mais expostos à violência sexual intrafamiliar e, com os meninos de 12 ou mais anos, o risco maior é o de violência sexual extrafamiliar (Hershkowitz, 2014; Hohendorff et al., 2012a). Holmes e Slap (1998) ainda apontam que meninos abusados têm 15 vezes mais probabilidade de terem outro membro familiar também abusado e que meninos com alguma deficiência são mais abusados do que os sem deficiência.

Outro ponto de destaque que aparece na diferenciação de vítimas de abuso sexual do sexo masculino e feminino diz da existência de lesões e da gravidade das situações abusivas. Embora Mathews, Lee, e Norman (2016) discorram sobre o grande número de casos de abuso sexual em que não há evidências físicas, outros estudos apontam para a maior gravidade dos tipos de abuso sexual sofrida pelos meninos. Leung, Curtis, e Mapp (2010), por exemplo, citam que enquanto carícias e exibicionismo são formas de abuso sexual mais praticadas contra as vítimas do sexo feminino, as vítimas do sexo masculino sofrem formas mais sérias, com uso de força, ameaça e penetração. Para conhecer e identificar tais características e diferenciações é pertinente acessar os registros de prevalência dos diversos tipos de vitimização sexual.

## **Prevalência de Abuso Sexual Contra Vítimas do Sexo Masculino**

Uma das dificuldades para estimar a prevalência de abuso sexual contra crianças e adolescentes está relacionada à própria definição do que vem a ser este fenômeno, pois, com diversas conotações, as estimativas podem acabar incluindo ou deixando de fora algumas situações, a depender do que é considerado abuso sexual. Outro aspecto diz respeito às diferenças metodológicas nas diversas pesquisas realizadas com essa temática (Murray et al., 2014). Há dificuldades em se acessar as vítimas, muitas pesquisas contam com o autorrelato retrospectivo de adultos vitimizados na infância, sujeitos a vieses diversos, e ainda populações clínicas e não clínicas parecem apresentar diferenças em seus resultados (Hohendorff et al., 2012a). Mesmo assim, há pesquisas que buscam apresentar dados referentes à prevalência das violências sexuais contra vítimas do sexo feminino e masculino (Pereda, Guilera, Forns, & Gómez-Benito, 2009; Serafim, Saffi, Achá, & Barros, 2011; Stoltenborgh, Van Ijzendoorn, Euser, & Bakermans-Kranenburg, 2011).

Em estudo de meta-análise realizado por Pereda et al. (2009) com 65 artigos de 22 países, encontrou-se que 7,9% dos homens e 19,7% das mulheres sofreram algum tipo de violência sexual antes da idade de 18 anos. Por sua vez, Stoltenborgh et al. (2011), em meta-análise com 217 trabalhos (número total de participantes=9911748) publicados entre 1980 e 2008 sobre prevalência e incidência da abuso sexual contra crianças em populações de todos os continentes, encontraram que a prevalência global de abuso sexual foi de 11,8%, sendo a prevalência por gênero de 18% para meninas e 7,6% para meninos.

No Brasil, a real prevalência do abuso sexual na população é desconhecida. Em termos específicos, em relação ao abuso sexual de meninos, Hohendorff et al. (2012a) realizaram levantamento de estudos publicados em bases de dados (BVS Psi e Scielo,



Periódicos Capes), sobre pesquisas com dados epidemiológicos da violência sexual contra meninos no território nacional. O meio de coleta de dados predominante foi a análise documental, realizada por meio da consulta a expedientes judiciais, prontuários, protocolos e fichas de atendimento. Evidencia-se, assim, a partir da análise de Hohendorff et al. (2012a), a maior investigação de dados epidemiológicos em populações clínicas, ou seja, em locais de atendimento às vítimas, tais como ambulatórios, centros de referência, Conselhos Tutelares, programas públicos de atendimento e hospitais, enquanto que o estudo de populações não clínicas foi realizado somente em uma pesquisa em escolas públicas (Polanczyc, Zavaschi, Benetti, Zenker, & Gammerman, 2003). Independentemente do meio de coleta de dados, todos os estudos reportaram índices mais elevados de ocorrência de violência sexual contra o sexo feminino. Porém, as maiores diferenças foram percebidas em estudos que utilizaram populações clínicas, enquanto que o estudo com população não clínica (Polanczyc et al., 2003) reportou a menor diferença entre os sexos, sendo 59,3% a prevalência para o sexo feminino e 40,7% para o masculino.

A pesquisa sobre a caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificados em um Programa Sentinela realizado por Baptista et al. (2008) confirma a predominância do abuso sexual maior em meninas (85%), em concordância com quase toda a literatura nacional e internacional consultada, bem como o levantamento realizado por Serafim et al. (2011) sobre dados demográficos e aspectos emocionais e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Nesse trabalho Serafim et al. (2011), cuja amostra era de 205 crianças e adolescentes (6 a 14 anos) vítimas de abuso sexual em avaliação psicológica e psiquiátrica em São Paulo, os autores revelaram que 63,4% das vítimas eram do sexo feminino e 36,6% do masculino. Para as meninas, a faixa etária considerada de maior risco para o abuso sexual foi entre

7 e 10 anos e, para os meninos, entre 3 e 6 anos de idade. Hohendorff et al. (2012a) afirmam que, em relação à idade das vítimas, os estudos feitos no Brasil não chegam a um consenso, embora haja uma tendência de que as vítimas tenham menos de 12 anos.

A menor prevalência para as vítimas de abuso sexual do sexo feminino, apontada em tais estudos (Baptista et al., 2008; Hohendorff et al., 2012a; Serafim et al., 2011), não justifica a existência de poucos estudos nacionais que investiguem e discutam a real prevalência do abuso sexual de vítimas do sexo masculino. Essas vítimas e seus familiares estão inseridos em um contexto sócio cultural bastante relevante, no que diz respeito a não comunicação da violência e, por isso, os baixos índices de prevalência apontados nos estudos não devem ser compreendidos como a não ocorrência de vitimização sexual contra meninos. Assumindo então que também os meninos estão sujeitos a esse tipo de vitimização, a carência de estudos nesta área torna os vítimas ainda mais frágeis, pois a falta de compreensões mais detalhadas sobre a dinâmica do abuso sexual contra meninos torna prejudicado o planejamento de ações, intervenções, tratamentos e políticas públicas direcionadas a este público.

Diante deste contexto, é necessária uma quebra na compreensão disseminada na sociedade sobre violência sexual e gênero (Weiss, 2010) que atribui ao sexo masculino o papel de ofensor e ao feminino o de vítima. Também por isso torna-se fundamental informar-se melhor sobre as características e a dinâmica da violência sexual contra meninos, conhecendo não apenas sua prevalência, mas também as possíveis consequências pós-abuso sexual.

### **Consequências do Abuso Sexual para Vítimas do Sexo Masculino**

A violência sexual possui caráter íntimo e relacional, na qual adultos, ao invés de introduzir a criança na esfera social de forma protetiva, cuidadosa e ética, deturpam as relações sócio-afetivas e culturais transformando-as em relações genitalizadas e

erotizadas, violentas e criminosas (Furniss, 1993). Das relações pervertidas surgem os efeitos interacionais tanto no nível pessoal como social, gerando um círculo vicioso que amplia os prejuízos sofridos como efeito direto da violência sexual e os estende para outras áreas da vida da vítima (Furniss, 1993; Santos, 2010). É denominado “efeito onda” os impactos sistêmicos que afetam os vários envolvidos na situação de abuso sexual, tais como perpetrador, vítima, familiares, amigos, vizinhança e profissionais (Balakrishna, 1998).

Há consenso de que o abuso sexual infantil seja um grave fator de risco para o desenvolvimento do ser humano, tanto a curto como em longo prazo. O conhecimento e a intervenção por parte de profissionais de saúde, educação e justiça têm a possibilidade real de minimizar os impactos de tais vitimizações sexuais (Maia & Williams, 2005). Inúmeras e complexas variáveis devem ser consideradas quando falamos sobre as consequências da violência sexual na vida de crianças e adolescentes. Elas tanto podem sofrer com efeitos mínimos ou com nenhum efeito aparente, quanto podem desenvolver graves problemas sociais e/ou psiquiátricos.

Dentre alguns dos problemas, podem ser citados: (a) comportamento sexualizado inapropriado (Hershkowitz, 2014); (b) ansiedade; (c) Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT); (d) depressão ou baixa autoestima; (e) isolamento; (f) queixas somáticas; (g) agressão, (h) problemas escolares; (i) fuga de casa, (j) comportamento auto-lesivo e (k) ideação suicida (Williams, 2009). Dentre os sintomas, aqueles descritos como presentes para ambos os meninos e as meninas são: depressão, TEPT, ideação suicida, diminuição da autoestima (Jong, Alink, Bijleveld, Finkenauer, & Hendriks, 2015), problemas interpessoais, sentimento de inferioridade, desconforto na relação com outras pessoas, ansiedade e comportamentos sexuais futuros de risco (Maniglio, 2009). No entanto, há estudos que apontam alguma diferenciação nas

consequências em relação ao gênero da vítima (Hohendorff et al., 2012a; Sigurdardottir et al., 2014).

Com as vítimas do sexo masculino, é descrita uma sintomatologia mais *externalizante* do que com as vítimas do sexo feminino, com o predomínio de comportamentos agressivos, de abuso de substâncias (Hohendorff et al., 2012a) e sentimentos de raiva; comportamentos esses que são socialmente esperados para o gênero masculino (Sigurdardottir et al., 2014). O’Leary, Easton, e Gould (2015) ainda citam o receio que as vítimas do sexo masculino passam a ter em relação a sua sexualidade, o medo de se tornarem ofensores e o próprio conceito de identidade masculina prejudicada. Tais aspectos podem ser vistos, ao mesmo tempo, como consequências da experiência sexual abusiva e também como fatores que dificultam a revelação do abuso sexual por parte dos meninos.

No caso de mulheres vítimas, a identificação desses e outros problemas têm sido largamente estudada. Os resultados do estudo de Serafim et al. (2011) mostraram que as meninas vítimas de abuso sexual apresentaram predominantemente sintomas de estresse pós-traumático, depressão e erotização. O rendimento escolar também pareceu estar mais comprometido entre as meninas.

Holmes e Slap (1998) encontraram que dois terços dos adultos abusados na infância reportaram experiências negativas: 63% apresentaram pensamentos obsessivos que permaneceram pós-abuso; a tentativa de suicídio foi de uma a 14 vezes maior entre meninos abusados do que não abusados. Também foram relatados uso de drogas e disfunção sexual entre as vítimas do sexo masculino. Holmes e Slap (1998) ainda apontaram que 91% dos participantes não conotaram o abuso sexual enquanto experiência negativa e sim positiva e que os maiores de 12 anos reportaram a experiência como positiva quando o abuso sexual foi cometido por uma mulher.

Também em estudos mais recentes (Scholes, Jones, & Nagel, 2014; Stoltenborgh et al. 2011), é chamada a atenção para a ofensa sexual de mulheres mais velhas contra crianças e adolescentes do sexo masculino. Os meninos não conotam essas situações como abusivas, mas sim como sinal de sua virilidade. Mesmo mais novos, sentem-se reconhecidos em sua masculinidade, uma vez que eles mesmos, amparados especialmente por seus pares também do sexo masculino, compreendem que tais relações sexuais são frutos da atração e do desejo sexual que despertam em mulheres mais velhas e experientes. No lugar do papel de vítimas, assumem, perante a sociedade machista em que vivem, um papel de grande *status*, com o exercício sexual presente desde cedo.

Assim, a imprevisibilidade do impacto da violência deve-se à sua relação com uma série de fatores intrínsecos à criança/adolescente, tais como o estágio de desenvolvimento psicossocial que se encontram e também seu temperamento, e fatores de risco e proteção extrínsecos: experiências anteriores, características de sua família, recursos financeiros, repetição e tipo de abuso, presença ou ausência de uma rede de apoio social e afetiva e consequências para a família após a revelação (Goodyear-Brown, Fath, & Myers, 2012; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005). Outros mediadores das consequências da violência sexual que, quando presentes, aumentam a gravidade das consequências do abuso sexual (Mathews et al., 2016) e que merecem destaque são: (a) a forma de violência sofrida, (b) a duração por maior período de tempo, e (c) a perpetração por membro da família.

As repercussões da violência sexual também podem atingir a família da vítima (Hohendorff, Santos, & Dell’Aglia, 2015a), que, diante da revelação, podem ter sua dinâmica permeada por sentimentos de pânico, raiva, depressão, choro, além da dúvida sobre a sexualidade dos meninos, dificuldades em estabelecer limites para a criança e

medo de que o menino vítima se torne um ofensor sexual (Hohendorff et al., 2012a). Mudanças na rotina familiar, com restrições de atividades e contatos sociais e isolamento da vítima e dos outros membros podem também se fazer presentes (Hohendorff et al., 2015a). A existência de tais repercussões vai depender da estrutura e dos padrões relacionais existentes em cada família; sendo assim, conhecer as características das famílias marcadas por histórico de abuso sexual pode auxiliar no manejo das consequências familiares pós-abuso.

### **Características das Famílias de Meninos Vitimizados Sexualmente**

Em estudos clássicos, Spencer e Dunklee (1986) e Holmes e Slap (1998) já encontraram que os meninos vítimas de abuso sexual, em sua maioria, residiam somente com as mães ou sem pais. Famílias monoparentais e recasadas também são apontadas como fatores de risco para ocorrência do abuso sexual por Leung et al. (2010) e Turner, Finkelhor, Hamby, e Shattuck (2013). Essas formas *não tradicionais* de estrutura familiar – monoparentais e recasadas – podem ser favorecedoras de situações violentas, uma vez que, nestes casos, o desempenho dos papéis pode ainda ser uma questão frágil e que acaba influenciando a hierarquia e as fronteiras entre os subsistemas (Nichols & Schwartz, 2007). Mães ou pais solteiros muitas vezes acumulam ambos os papéis parentais e apresentam dificuldade nesse duplo exercício. Além disso, a presença de um novo cônjuge também traz mudanças na dinâmica da família, uma vez que a delimitação de seu papel – cônjuge *versus* cônjuge e também responsável pela(s) criança(s) – vai ser negociada com o tempo.

Costa, Marreco, Barros, e Nunes (2015) citam outros possíveis fatores de risco familiares para a ocorrência de abuso sexual: ter pais dependentes de álcool, fatores socioeconômicos como pertencimento a classes de baixa renda e residir com pessoas idosas. Ressalta-se que o pertencimento a classes de baixa renda não é fator de risco por

si só, uma vez que a exposição à violência transcende classes sociais e econômicas (APA, 2015). Porém, a influência comunitária nas vidas das famílias é muito significativa e, ao pertencer a um contexto carente de recursos e oportunidades econômicas, educacionais, profissionais e sociais, também a comunidade acaba tornando-se fator de risco. Nesse sentido, o conhecimento da dinâmica familiar e de sua inserção comunitária é fundamental para que se compreenda melhor a violência sofrida e suas mais amplas repercussões.

Destaca-se que tal compreensão deve ser feita considerando o contexto no qual as famílias estão inseridas, pois, de acordo com Le, Holton, Romero, e Fisher (2016), é relevante que não se generalize as comparações de resultados de estudos realizados em países de alta renda com aqueles de países de baixa renda, em razão das diferenças sócio-históricas e culturais das duas realidades. Tais diferenças revelam-se na presença e intensidade de fatores de risco e de proteção para a ocorrência de violências contra crianças e adolescentes. Em países com desenvolvimento econômico mais privilegiado o acesso a serviços de atendimento, de saúde e de proteção é mais amplo, embora no Brasil também seja um direito adquirido (Brasil, 1988; Brasil, 1990). Alguns fatores de risco também podem se apresentar com menor frequência nos países de desenvolvimento econômico mais elevado, embora isso não seja uma regra ou tampouco o nível econômico exclua qualquer fator de risco. Se assim fosse, em famílias abastadas não haveria nenhuma situação de violência.

Contudo, compreender a forma como o desemprego, a violência estrutural, o contexto de criminalidade, a negligência dos governos em relação a direitos de educação, saúde, segurança, saneamento, moradia e lazer afetam as famílias brasileiras torna a análise da violência contra crianças e adolescentes mais pertinente, ampla e complexa, o que é coerente com a necessidade de análise que este fenômeno requer.

Dessa forma, podem ser feitas leituras mais completas que levem em consideração um possível estresse e frustração parental diante da realidade do desemprego (Le et al., 2016) ou ainda de relações conjugais conflituosas, mas que não atribuam apenas à família ou ao indivíduo vítima ou ofensor a responsabilidade total pela ocorrência da violência.

### **Características dos Ofensores de Meninos Vitimizados Sexualmente**

A partir de uma compreensão sistêmica (Esteves de Vasconcellos, 2012), considera-se relevante também conhecer quem é o/a perpetrador(a) da violência, e não apenas a dinâmica familiar da vítima em questão. Mais ainda porque os estudos apontam maior prevalência das ofensas sexuais em contexto intrafamiliar (Pincolini & Hutz, 2014) ou com pessoa com próximo pertencimento a rede social da criança (Frías & Erviti, 2014).

As situações de violência contra pessoa do mesmo sexo geralmente ocorrem entre um pai ou parente do sexo masculino ofensor (tio, avô, primo, irmão) e o menino (criança ou adolescente) vítima. Anteriormente, pais e padrastos eram as figuras apontadas como principais ofensores sexuais (Valente, 2005), porém, mais recentemente os adolescentes ofensores sexuais passaram a ser mais estudados e, a depender do contexto, estimados como principais ofensores sexuais (Costa et al., 2015). Sendo assim, a reflexão e discussão sobre os adolescentes ofensores sexuais são de fato fundamentais, pois, estando eles ainda em período de desenvolvimento biopsicossocial, compreende-se que também devem receber atenção e tratamento, juntamente com as vítimas e seus familiares (Costa et al., 2015).

Embora existam estudos (Hassan, Killion, Lewin, Totten, & Gary, 2015; Holmes & Slap, 1998) que apontam que o perpetrador é homem entre 53% e 96,8% dos casos, mais recentemente outros resultados apontam a existência e a descrição das ofensoras



sexuais do sexo feminino (Cortoni, Babchishin, & Rat, 2016; Frías & Erviti, 2014). O processo de socialização do homem e da mulher, que em última instância reflete a cultura a que estão inseridos, difere de tal forma que se torna difícil atribuir ao sexo masculino o papel de vítima, ou ao feminino o de agressor. Tal cenário dificulta o conhecimento da real prevalência destas ofensoras, já sendo esse um cenário difícil de ser acessado devido às diferenças metodológicas dos estudos, às definições que são dadas ao abuso sexual e ainda às próprias populações amostrais selecionadas (Murray et al., 2014). Cortoni et al. (2016) ainda discutem concepções socioculturais que acabam dificultando o reconhecimento da ofensa sexual por mulheres, são elas: a visão de que mulheres são cuidadoras natas, protetoras, não agressivas e não sexuais e ainda que se, se forem ofensoras sexuais, sofrem necessariamente adoecimento mental, ou são ainda coagidas por parceiros a praticar as violências. Tais concepções podem contribuir para a atribuição de um olhar patologizante às ofensoras sexuais e, assim, de menor responsabilidade. Embora seja um dado real que diversas ofensas sexuais praticadas por mulheres são perpetradas em coautoria com um homem (Wijkman, Bijleveld, & Hendriks, 2010), este resultado não reflete a totalidade das ofensas sexuais praticadas por mulheres.

Em relação às características de tais ofensoras, Cortoni et al. (2016) destacam a maior presença de faixas etárias mais jovens, como babás ou outras cuidadoras, resultado também apontado como presente em estudos antigos (Holmes & Slap, 1998), embora seja possível que a violência sexual seja perpetrada também pela mãe da vítima (Hohendorff et al., 2012a; Lawson, 1993). Outro aspecto significativo da dinâmica das ofensoras sexuais do sexo feminino refere-se às características de suas vítimas, pois mais recentemente tem-se encontrado como resultado que a maior parte das vítimas das mulheres é do sexo masculino (Cortoni et al., 2016; Grattagliano et al., 2012).

A vivência de uma situação de cunho sexual que envolva uma criança ou adolescente do sexo masculino e uma pessoa do sexo feminino com alguma diferença de idade ou papel de hierarquia pode não ser vista como uma situação abusiva ou violenta (Frías & Erviti, 2014). Questões de gênero referentes ao que se é esperado de uma pessoa do sexo masculino podem ser aspectos considerados nessa dinâmica e que também contribuem para que as vítimas não revelem tais situações.

### **A Dinâmica do Segredo**

Muito embora o silenciamento das vítimas em relação à ocorrência de situações sexualmente abusivas exista para ambas as vítimas do sexo masculino e feminino (Baía et al., 2015), as motivações dos meninos para a não revelação variam das motivações das meninas e envolvem principalmente questões de gênero (Baptista et al., 2008), que contribuem para o não reconhecimento dos homens como vítimas (Weiss, 2010).

Os estudos têm constatado que os homens que sofreram abuso sexual não revelam ou demoram mais tempo para revelar experiências do fenômeno, o que pode contribuir para a subnotificação de casos envolvendo vítimas de sexo masculino (Holmes & Slap, 1998; Sorsoli, Kia-Keating, & Grossman, 2008). De acordo com Weiss (2010), as vítimas do sexo masculino têm sido ignoradas por pesquisadores e teóricos, que centraram seus estudos em mulheres vítimas. Ainda para Weiss (2010), muitas teorias foram desenvolvidas colocando os homens no lugar de *predadores* e as mulheres no lugar de *presas*, contribuindo, portanto, para a manutenção de uma crença que os coloca em uma posição dominante na sociedade.

Para Weiss (2010), um homem vitimizado sexualmente contradiz a definição hegemônica da sexualidade masculina que requer do homem uma postura sexual potente, dominante e detentor de poder. Um estudo realizado por Sorsoli et al. (2008) com homens adultos que sofreram abuso sexual na infância revelou que eles pouco

falavam das experiências vividas, mesmo depois de adultos. Dos 16 homens pesquisados, apenas um contou a experiência quando criança e descreveu o resultado como desastroso. Alaggia e Mishna (2014) apontam que o medo de ser visto como homossexual, o sentimento de isolamento, em razão da crença de que meninos raramente são vítimas de abuso, e o medo de se tornar um abusador são outros fatores que dificultam a revelação.

Também como causas para o silenciamento de situações sexualmente abusivas, relatadas por meninos entre sete e 13 anos, estão o medo da reação de seus pais, o medo de uma possível ruptura familiar, e também, da reação do agressor (Hohendorff, Habigzang, Rodrigues, & Koller, 2012b). Essas causas já haviam sido citadas por Holmes e Slap (1998) que também apontaram que a vontade das vítimas em esquecer o evento pode motivá-las a não falarem do assunto com ninguém. De acordo com tais autores (Holmes & Slap, 1998), as vítimas de abuso sexual são pouco hábeis para falar sobre o assunto e somente um terço dos meninos abusados falam espontaneamente sobre sua experiência. Assim, para eles, o silêncio é uma tentativa de ser normal, de fugir do estigma e da rejeição familiar e social (Valente, 2005).

A familiaridade do ofensor com a vítima é outro aspecto que interfere na não revelação de uma situação sexualmente abusiva (Katz & Barnett, 2014), pois, devido ao caráter ambíguo que é característico dessas relações intrafamiliares, a criança e/ou o adolescente têm dificuldade de compreender que alguns aspectos de tais relações são inadequados e violentos e de então revelar a outra pessoa. Mais complicado ainda torna-se, para as crianças e adolescentes, revelar a um terceiro que se está sofrendo de mais de um tipo de situação violenta (Habigzang et al., 2005), ou seja, quando se é uma polivítima (Finkelhor, Ormrod, Turner, & Hamby, 2005).

## **Polivitimização**

O termo polivitimização foi definido inicialmente por Finkelhor et al. (2005) e diz respeito à submissão de uma mesma vítima a vários tipos de violência em um determinado período de tempo. Não apenas a ocorrência repetida do mesmo tipo de violência, que seria o fenômeno denominado revitimização, mas sim a ocorrência de violências de diversas formas, tais como a sexual, violência física e psicológica, *bullying*, negligência ou mesmo testemunhar violência entre os familiares, etc. Pouco se tem estudado sobre esse fenômeno nacionalmente, o que prejudica o olhar e a prática profissional nas ações e intervenções com as chamadas *polivítimas*, mesmo que de forma indireta.

Um estudo brasileiro que trata do fenômeno, ainda que não o denomine *polivitimização*, é o de Oliveira et al. (2014). Nele, as autoras analisaram os índices de violência sexual isolada e em coocorrência por período de dez anos em município da região Nordeste do Brasil. Como resultado importante, foi observado um aumento nos índices de polivitimização, especialmente para as vítimas do sexo masculino. Não obstante as autoras tenham chamado atenção para a necessidade de contínuos investimentos às equipes profissionais, no sentido de sensibilizá-los para a percepção de outras vivências de violência que não aquela demanda inicial e principal trazida pela vítima e sua família, tais resultados parecem indicar uma maior sensibilização da sociedade e dos profissionais a respeito da temática da polivitimização.

Como fruto da pesquisa realizada no mestrado que deu origem a esta dissertação, Said e Costa Jr. (no prelo) destacaram que cerca de um quarto das vítimas do sexo masculino analisadas foram classificadas como polivítimas, com o número de diferentes tipos de vitimizações variando entre dois e cinco. Sugeriram ainda que o percentual de 24,5% de polivítimas deve ser menor do que a realidade de fato, pois só compuseram a

amostra os meninos que haviam sofrido violência sexual, excluindo-se, assim, possíveis polivítimas de outros tipos de violência.

Aumentar a compreensão acerca do fenômeno polivitimização é fundamental para que sejam pensadas ações mais coerentes e que abarquem a complexidade de tal situação (Finkelhor et al., 2005; Oliveira et al., 2014). Ademais, Finkelhor, Ormod e Turner (2007) apontaram que os meninos são polivítimas mais frequentemente do que as meninas, chamando novamente a atenção para esse público do sexo masculino, isso porque as consequências e os fatores de risco para situações traumáticas, das denominadas polivítimas, são mais robustos do que para as vítimas de apenas um tipo de violência (Finkelhor et al., 2007).

A identificação de mais de um tipo de violência para a mesma vítima parece depender de um olhar mais atento e aprofundado dos profissionais e familiares que interagem com as crianças e adolescentes. Uma alternativa para auxiliar os profissionais neste olhar mais atento pode vir da necessidade de registros dos mais variados tipos de violência em documentos e formulários oficiais do governo. No Brasil, a obrigatoriedade desses registros evoluiu com o tempo, passou por mudanças cruciais e a sua compreensão é fundamental para que se pense a identificação das violências, das poliviolenças e todas suas consequências e futuras intervenções.

### **Notificação de Violências em Contexto Nacional**

Desde 2006, diversas políticas e ações governamentais têm surgido a fim de padronizar e melhor estruturar o registro epidemiológico de doenças e agravos no Brasil (Rates, Melo, Mascarenhas, & Malta, 2015). A notificação da violência sexual contra crianças e adolescentes é um dos pontos que vem ganhando maior sistematização desde então e refere-se ao registro profissional, quando da suspeita ou confirmação de uma situação de violência contra crianças e adolescentes, em uma Ficha de

Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências (Anexo I).

De forma histórica e contextual, é importante compreender os caminhos pelos quais se chegou à situação de ações e políticas públicas atuais. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (Brasil, 1990) foi um marco nacional de peso, pois foi a partir dele que se passou a priorizar a infância e a juventude, proporcionando diversos avanços e ampliando a garantia de direitos deste público. A violência contra crianças e adolescente é um dos crimes previstos por tal Estatuto que ainda prevê a notificação compulsória por profissionais ao terem conhecimento ou suspeita de maus tratos contra as crianças, prevendo também as consequências para uma eventual omissão:

Art. 245 – Deixar o médico, professor ou responsável, por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças ou adolescentes. Pena: multa de 3 a 20 salários de referência.

Além da determinação compulsória da notificação de violências contra crianças e adolescentes pelo ECA, outras políticas e normativas do Ministério da Saúde contribuíram, ao longo do tempo, para a efetivação do processo notificador no Brasil. Tais políticas e normativas são recentes e vêm sendo continuamente aprimoradas.

A partir de 2006, foi implantado o Sistema de Violências e Acidentes (VIVA) com o intuito de obter e divulgar dados de forma continuada acerca de violências doméstica, sexual e outras interpessoais ou autoprovocadas (Lima & Deslandes, 2011). Tais dados poderiam gerar informações que, por sua vez, contribuiriam com a formatação de ações e políticas públicas para prevenir violências (Brasil, 2013). A partir do segundo semestre de 2008, as notificações passaram a ser feitas por meio do

Sistema de Informação de Agravos e Notificações – Sinan Net – por meio de ficha padronizada em todo território nacional (Brasil, 2011).

O Sinan Net, sistema de registro de agravos e doenças, conta com uma Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, documento impresso e distribuído pelo Ministério da Saúde (Anexo I), que estabelece a necessidade do preenchimento de diversos campos de informação, desde dados sociodemográficos até dados detalhados sobre a violência e possível(is) autor(es). Quando da suspeita, ou confirmação de uma situação de violência, o profissional, em contato com a criança e/ou adolescente, tem obrigação de coletar o máximo de informações possíveis e preencher a ficha manualmente. Não há especificidade do tipo de profissional autorizado a proceder ao preenchimento, necessitando apenas que seja formalmente vinculado à rede de assistência à saúde (Brasília, 2015a).

Ao efetuar uma notificação de caso de violência contra criança ou adolescente, a fichas de notificação deve ser direcionada a três instâncias. Uma primeira cópia deve permanecer na unidade de saúde notificadora, uma segunda via é encaminhada ao Conselho Tutelar ou a outra autoridade competente e há, ainda, outra via que deve ser entregue ao setor de vigilância epidemiológica de Doenças e Agravos Não Transmissíveis, da Secretaria de Estado de Saúde, da respectiva unidade da federação (Brasil, 2011). Especificamente no caso do Conselho Tutelar, pode também ser feito relatório de dados com as informações pertinentes ao caso, ao invés do envio da cópia da ficha. Todas as informações são registradas no Sistema de Informação de Agravos e Notificações - Sinan Net por um profissional da saúde designado e treinado anteriormente.

Assim, a ficha de notificação representa mais do que um instrumento burocrático a ser preenchido pelos profissionais dos serviços de saúde e assume um papel

fundamental na não banalização e não manutenção do segredo nas situações de violência. Um de seus propósitos principais diz da possibilidade de acionar o Sistema de Garantia de Direitos visando a proteção infantojuvenil (Deslandes, Mendes, Lima, & Campos, 2011), além de oportunizar o aumento na comunicação entre diversos setores e equipes. Ademais, contribui para o conhecimento e a caracterização do perfil das vítimas e autores e tipifica as várias formas de violência (Lima & Deslandes, 2015).

Por ser um fenômeno complexo e dinâmico, as situações de violência exigem que profissionais e instituições criem uma rede de atendimento no qual considere todos os aspectos implicados. O preenchimento adequado e sistemático da ficha de notificação representa um dos primeiros elos relacionais e comunicacionais entre as diversas instituições que compõem a rede de atendimento e proteção de crianças e adolescentes e, também por isso, os treinamentos acerca do correto preenchimento de tal ficha devem ser continuamente direcionados a tais profissionais.

Embora tenha se tornado obrigatório o registro regular no Sinan Net com os dados referentes às fichas de notificação, seu uso de forma sistemática e integral ainda possui falhas. Santos e Dell’Aglío (2010) citam como algumas dificuldades enfrentadas pelos profissionais para adotar a notificação como conduta padrão: a falta de preparo profissional, o receio em romper o sigilo, possíveis transtornos legais advindos da notificação – como a necessidade de realização de depoimentos ou emissão de laudos – e ainda problemas estruturais das próprias instituições responsáveis pelas notificações.

Em estudo realizado em Porto Alegre, região sul do Brasil, Hohendorff et al. (2014b), utilizaram as fichas de notificação como instrumento para traçar o perfil dos meninos vítimas de abuso sexual, seus ofensores e a situação de violência em si. Analisaram todas as fichas dos casos de violência sexual contra meninos dos anos 2009, 2010 e 2011 e encontraram um total de 239 registros. O maior número de notificações



deste estudo (Hohendorff et al., 2014b), em período menor de tempo, em comparação a pesquisa de Oliveira et al. (2014), que considerou intervalo temporal de dez anos, é outro exemplo do aumento progressivo do registro e da utilização das fichas de notificação.

No Distrito Federal (DF), são os profissionais de saúde dos Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância em Violência (PAV) que são responsáveis por realizar a notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes. Os PAVs, que, distribuídos por todo o DF oferecem atendimento biopsicossocial às vítimas de diferentes idades e também a seus familiares, são coordenados, supervisionados e apoiados pelo Núcleo de Estudos e Programas na Atenção e Vigilância em Violência (NEPAV). Este Núcleo faz parte da Gerência de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (GEDANT) da Subsecretaria de Vigilância à Saúde (SVS) da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) e atua também na consolidação, análise e divulgação dos dados referentes à morbimortalidade por violência no Distrito Federal, além de subsidiar ações de promoção à saúde, prevenção e atendimento à população em situação de violência numa perspectiva biopsicossocial.

Diante do cenário apresentado, considera-se relevante que sejam investidos esforços para a melhor utilização deste instrumento oficial, a ficha de notificação. Mais que investir na discussão de como ele é preenchido (Brasília, 2015a), também se deve buscar que os profissionais aumentem sua atenção e valorização em relação à ficha de notificação (Lima & Deslandes, 2015).

## **Objetivos**

### **Objetivo geral.**

O objetivo deste estudo de métodos mistos é conhecer a realidade das vítimas de abuso sexual do sexo masculino no Distrito Federal e identificar suas características e

especificidades, bem como a de seus familiares, por meio da análise das fichas de notificação e de prontuários biopsicossociais.

### **Objetivos específicos.**

- Identificar o perfil sociodemográfico da vítima de abuso sexual do sexo masculino no Distrito Federal nos anos de 2013 e 2014;
- Compreender a dinâmica familiar nos casos de abuso sexual contra vítimas do sexo masculino, por meio da exemplificação de casos.

### **Estrutura da Dissertação**

A estrutura desta dissertação está organizada por capítulos contendo, ao todo, seis capítulos, organizados de acordo com o método de coleta e análise de dados – quantitativo e qualitativo – e de acordo com os temas e objetivos deste estudo. O Capítulo I refere-se ao levantamento bibliográfico feito sobre o tema abuso sexual contra vítimas do sexo masculino e alguns assuntos correlatos, como o processo notificatório no Brasil. Constam também, neste primeiro capítulo, os objetivos desta pesquisa. No Capítulo II foi descrito o método de pesquisa escolhido, com a defesa do método misto – quantitativo e qualitativo – como o mais adequado para abarcar a complexidade do tema em estudo.

No Capítulo III foi feita a caracterização das vítimas de abuso sexual do sexo masculino da amostra desta pesquisa. O Capítulo IV destinou-se a caracterização do ofensor sexual de vítimas do sexo masculino. Estes dois capítulos tiveram seus resultados colhidos a partir das fichas de notificação de meninos vitimizados sexualmente nos 2013 e 2014 no Distrito Federal.

O Capítulo V refere-se à parte qualitativa desta pesquisa, com a análise das dinâmicas familiares de meninos vitimizados sexualmente. Foi feita a discussão de três casos a partir do levantamento de informações dos prontuários de três meninos

atendidos em serviço de saúde no Distrito Federal. No Capítulo VI constam as considerações finais deste trabalho, com a apresentação de pontos fortes, de algumas limitações e ainda possíveis implicações para pesquisas futuras.

Algumas dos resultados presentes nos Capítulos III e IV, especialmente referentes ao fenômeno da polivitimização, estão também descritos em artigo científico intitulado “Polivitimização de meninos vitimizados sexualmente: análise documental a partir de fichas de notificação”, aceito pelo periódico “Contextos Clínicos” (ISSN: 1983-3482) e com previsão de publicação ainda para 2017. Também os resultados apresentados no Capítulo V, sobre as dinâmicas familiares, foram transformados em formato de artigo científico e já submetidos para periódico científico, ainda sem resposta.

Optou-se por não colocar na íntegra o artigo e o manuscrito, pois ainda não estão publicados e também a fim de evitar a repetição de informações. Outra vantagem foi a possibilidade de discutir os resultados obtidos no estudo qualitativo à luz do levantamento quantitativo feito com as fichas de notificação, comparações que por sua vez não estão presentes no manuscrito sobre as dinâmicas familiares, pois este não incluiu a parte quantitativa desta dissertação. Assim, a estrutura desta dissertação é apresentada de maneira mais tradicional, em formato de capítulos, embora a publicação de artigos científicos, a partir dela, seja um aspecto priorizado pelas autoras.

## **Capítulo II**

### **Método**

#### **Contexto**

Trata-se de pesquisa documental exploratória descritiva e analítica de método misto que pretende construir a caracterização da vítima de abuso sexual do sexo masculino no Distrito Federal, incluindo a descrição da ocorrência de outras formas de violências, a configuração familiar, bem como a cena do abuso e o perfil do provável autor. A escolha do método misto – com um componente quantitativo para análise das fichas de notificação e um componente qualitativo para análise dos prontuários biopsicossociais – deu-se a partir da compreensão de que um fenômeno complexo, como o abuso sexual estudado aqui, carece de olhares complementares que abarquem a amplitude do fenômeno (Glass, Gajwani, & Turner-Halliday, 2016).

Assim, considera-se a utilização do método quantitativo como apropriada, pois possibilitou a análise de frequência das características selecionadas nas fichas. Além disso, na ausência de estudos descritivos como este, considera-se que esse tipo de análise quantitativa seja um primeiro passo na pesquisa sobre vítimas de abuso sexual do sexo masculino. A partir de uma descrição inicial, os dados poderão ser comparados e generalizados a outras situações e, mesmo apresentando limitações, permitirão chamar a atenção de pontos relevantes a serem priorizados e aprofundados em pesquisas futuras.

Na parte qualitativa aprofundou-se a análise a partir da discussão de três casos de vítimas do sexo masculino no Distrito Federal. A discussão dos casos objetivou exemplificar alguns dos dados obtidos no levantamento quantitativo inicial das fichas de notificação, tal como idade, escolaridade e local de moradia, mas também teve a intenção de ampliar a discussão sobre o fenômeno abuso sexual contra vítimas do sexo

masculino, acessando um instrumento com mais riqueza de informações: o prontuário biopsicossocial. Não faz parte do objetivo de uma proposta qualitativa de estudo de caso a generalização dos resultados para todos os outros casos (Stake, 1994), e sim a ilustração e o aprofundamento de uma questão; neste caso, a dinâmica familiar destes meninos vitimizados sexualmente.

## **Participantes**

### **Eixo quantitativo.**

Foi efetuada seleção de todas as notificações de violência sexual, do Distrito Federal, em que a vítima fosse do sexo masculino, no período de 2013 e 2014. A seleção ocorreu após autorização formal de acesso ao registro das fichas de notificação de violência das instituições vinculadas à rede pública de saúde do DF.

Optou-se por selecionar os registros de 2013 e 2014 em função dos seguintes argumentos: (a) a partir de 2015, deu-se início à utilização de um novo modelo de ficha de notificação, com novos campos de informação, embora, nesse ano, a ficha anterior continuasse a ser utilizada concomitantemente; desta forma, a utilização de dois modelos diferentes de ficha de notificação nesta pesquisa poderia prejudicar as análises e comparações das informações preenchidas; e (b) observou-se, a partir de políticas de incentivo e treinamento do Estado, um aumento progressivo na utilização da ficha de notificação a partir do ano de 2010 (Lima & Deslandes, 2015). Dados da própria instituição responsável, no Distrito Federal, pela coleta e organização de tais fichas, o Núcleo de Estudos e Programas de Atenção e Vigilância em Violência - NEPAV (Brasília, 2015b), mostram um aumento de tais informações. Assim, optou-se, por fazer um recorte dos anos mais recentes e, possivelmente, com mais registros de fichas de notificação. Nessas condições, o total de notificações de vítimas do sexo masculino,

para estes dois anos, foi de 290, resultado superior a estudos semelhantes, realizados em outras partes do Brasil (Hohendorff et al., 2014b; Oliveira et al., 2014).

### **Eixo qualitativo.**

Os participantes da parte qualitativa deste estudo foram três vítimas de abuso sexual do sexo masculino que passaram por atendimento em instituição de saúde pública. Tal instituição faz parte da Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e conta com equipe multidisciplinar composta por profissionais da psicologia e do serviço social. As três vítimas chegaram à instituição por meio de encaminhamento do Conselho Tutelar (CT) de sua respectiva região de domicílio e têm suas principais características descritas na Tabela 1. Suas histórias clínicas estão expostas a seguir, com a mudança de todos os nomes, a fim de preservar o sigilo dos participantes.

Tabela 1

#### *Características das Vítimas da Análise Qualitativa e seus Prováveis Ofensores*

Nome	Vítimas			Prováveis Ofensores		
	Idade à época	Escolaridade	Familiares residentes na mesma casa	Idade	Sexo	Vínculo/ Grau de parentesco
Arthur	Seis (6) anos	1º ano do Ensino Fundamental	Filho único Pai, 31 anos, motorista Mãe, 33 anos, atendente	Maior de 18 anos 22	M	Netos da cuidadora de Arthur Ofensores são irmãos
Caio	Dos seis (6) aos nove (9) anos	6º ano do Ensino Fundamental	Pai, 48 anos, motorista Mãe, 37 anos, do lar Irmã, 18 anos, trabalho informal	Três anos mais velho que Caio	M	Primo

Douglas			Mãe, 24 anos, do lar Padrasto, 24 anos, pedreiro Irmã, um ano e meio Avó, 59 anos, do lar Avô, 62 anos, aposentado e dono de bar			Vizinho, filho de casal amigo dos pais de Douglas
	Seis (6) anos	1º ano do Ensino Fundamental		12 anos	M	

### *Caso 1.*

Arthur foi acolhido na instituição de atendimento, após encaminhamento do Conselho Tutelar, aos seis anos de idade, cursando o 1º ano do Ensino Fundamental. A mãe queixava-se de comportamento agressivo, dificuldades na fala e limitações relacionadas ao processo de aprendizagem e de socialização do filho. A revelação do abuso aconteceu enquanto o pai dava banho em Arthur e, ao ensiná-lo a lavar o pênis, o menino contou que Bruno, 22 anos, tocava em seu pênis e também pedia que ele tocasse no pênis de Bruno. Arthur é filho único e revelou o abuso no mesmo ano de sua ocorrência. Diante da revelação, os pais foram ao Conselho Tutelar e posteriormente à Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente (DPCA) e ao Instituto Médico Legal (IML) para efetuar a denúncia. Na delegacia, Arthur ainda contou que o irmão de Bruno, também maior de idade, participava das situações de abuso e que elas ocorreram em mais de um episódio, na casa da avó dos adolescentes, cuidadora de Arthur. Bruno e seu irmão estão foragidos e por isso não foram responsabilizados. No prontuário da instituição, há registro de que houve assédio sexual, ameaças e penetração anal contra Arthur. Há histórico na família de outras vitimizações sexuais perpetradas por um mesmo homem, que atualmente é sogro de uma tia de Arthur e abusou da mãe de Arthur

e de duas tias do menino quando todas eram crianças. Na época, as mesmas tentaram contar a mãe, mas apenas tiveram crédito quando duas netas, primas de Arthur, revelaram a avó. Isto ocorreu quatro anos antes da revelação do abuso sexual contra Arthur. Por ser idoso e ter sofrido um AVC recentemente, a família optou por não realizar denúncia contra o ofensor da mãe, das tias e das primas do menino. Arthur e seus pais participaram dos atendimentos de Grupo Multifamiliar (Costa, Almeida, Ribeiro, & Penso, 2009) na instituição de atendimento, onde foi possível identificar uma dificuldade dos pais na colocação de limites com o filho.

### *Caso 2.*

Caio tinha 11 anos e cursava o 6º ano do Ensino Fundamental quando foi acolhido na instituição de atendimento e chegou encaminhado do Conselho Tutelar. Havia queixas da mãe de que ele apresentava comportamento inquieto, agressivo e que passou a ter medo de ficar sozinho em casa, tinha pesadelos e comia em excesso. A mãe descobriu a situação de abuso sexual quando viu uma conversa do filho com seu primo em rede social na internet e o primo, três anos mais velho, ameaçava-o e chamava-o de “veadinho”. Os abusos iniciaram quando Caio tinha por volta dos seis anos de idade e ocorreram ao longo de três anos, na chácara da avó, onde havia três casas construídas, sendo uma a que seu primo residia. Consta no prontuário que, além das ameaças, também houve penetração anal. Além do CT, a família também realizou a denúncia na DPCA e Caio foi examinado no IML. Os contatos entre Caio e seu primo foram interrompidos e a criança, juntamente com os pais e sua irmã, participaram dos atendimentos de Grupo Multifamiliar na instituição de atendimento. Durante os atendimentos, a mãe do adolescente relatou sentimentos de extrema culpa e desconfiança, pois teme que a experiência de abuso influencie a sexualidade do filho.



Além disso, ela passou a adotar condutas rígidas de proteção, não mais permitindo que o filho saísse de casa para brincar ou realizar outras atividades de lazer.

### ***Caso 3.***

Douglas tinha seis anos e cursava o 1º ano do Ensino Fundamental quando foi acolhido na instituição de atendimento de saúde, após encaminhamento do Conselho Tutelar de sua Região Administrativa. Residia com a mãe, o padrasto, a irmã de um ano e meio e os avós materno e não conheceu seu pai biológico. Os avós representavam as figuras afetivas e de autoridade, e a mãe, a Sra. Estela, relatava nos atendimentos dificuldades em impor limites ao filho, utilizando a punição corporal como forma educativa. Havia queixas de que Douglas era uma criança muito agitada, que chorava muito, com sono inquieto, apresentando agressividade com a professora e colegas na escola e, ainda, com a sexualidade exacerbada, fazendo brincadeiras de cunho sexual com os colegas. A Sra. Estela presenciou o filho com o primo, de cinco anos, pelados e Douglas pedindo para o primo “colocar o pinto em seu bumbum”. Quando a mãe questionou, Douglas disse que Felipe também fazia isso com ele. Felipe tinha 12 anos há época, uma diferença de seis anos de idade, e era vizinho de Douglas, filho de casal amigo da família. A Sra. Estela deixava Douglas ir brincar na residência do adolescente, pois confiava muito nos pais de Felipe. Douglas disse só ter ocorrido uma vez, mas a mãe suspeita que os abusos ocorreram repetidas vezes, pois em mais de uma ocasião o filho chegava em casa com carrinhos de brinquedo que ganhava de presente de Felipe. A família fez o registro de ocorrência na delegacia da região onde morava, Douglas foi examinado no IML e no posto de saúde local, onde recebeu atendimento profilático. No prontuário, havia registros de que Douglas já havia presenciado diversos episódios de violência física e verbal entre os adultos de sua família. A família de Douglas tenta mantê-lo afastado do vizinho adolescente, mas por vezes eles ainda se encontravam.

## **Instrumentos**

### **Eixo quantitativo.**

Os dados disponíveis em todas as 290 fichas de notificação, nos campos selecionados para análise, juntamente com suas subseções, foram organizados em um banco de dados sequencial, com auxílio da ferramenta *Microsoft Excel*, do Sistema Operacional *Windows*, para que fossem realizadas as análises descritivas.

### **Eixo qualitativo.**

Os prontuários são registros oficiais que compilam as informações relevantes da pessoa atendida, garantindo a continuidade das informações, a despeito de quais profissionais as atendem. Contêm os relatos dos atendimentos realizados às vítimas e a seus familiares, além do registro dos procedimentos realizados pela equipe, como supervisões e estudos de caso, e ainda outros materiais frutos dos atendimentos, como Genograma Familiar (McGoldrick et al., 2008), também utilizado como dado nesta pesquisa (Anexos II a V).

No serviço de saúde escolhido para esta pesquisa, os prontuários são multidisciplinares, ou seja, todos os profissionais que realizam algum tipo de contato ou atendimento fazem suas evoluções numa mesma pasta, ainda não informatizada. Para melhor acessar as informações destes prontuários, foi construído um instrumento com auxílio das ferramentas *Microsoft Excel* e *Microsoft Word* do Sistema Operacional *Windows*. Tal instrumento foi importante para registrar as informações dos prontuários de maneira mais uniforme possível, garantindo, assim, o registro máximo das informações presentes nos prontuários.

## **Procedimentos de Coleta e Análise de Dados**

### **Eixo quantitativo.**

Foram selecionados os campos de interesse para este estudo e excluídos os restantes. Os campos remanescentes foram divididos em dois grandes eixos, de forma a caracterizar e analisar separadamente as vítimas e os prováveis ofensores. Organizados em um grande banco de dados digital, foram feitas análises descritivas das informações selecionadas para que assim pudessem ser feitas descrições de frequência e de porcentagem de cada campo desejado.

A partir de tal análise descritiva, os resultados foram então dispostos em onze tabelas de forma a facilitar a visualização das informações, sendo as oito primeiras referentes à caracterização das vítimas e o restante à caracterização do provável autor: (1) Idade e Escolaridade das Vítimas, (2) Notificações por Região Administrativa e Respectiva Renda Familiar, (3) Consequências do Abuso Sexual, (4) Características da Cena do Abuso, (5) Encaminhamentos Realizados às Vítimas após Notificação, (6) Frequência de Polivitimizações, (7) Frequência de Outros Tipos de Violências Sofridas, (8) Caracterização da Violência Sexual, (9) Características do Provável Ofensor Sexual e (10) Meio de Agressão Praticado pelo Ofensor, (11) Relação entre Ofensor e Vítima de acordo com a Quantidade de Meios de Agressão.

Além das 11 tabelas, também foram construídas duas figuras para a caracterização do menino vitimizado sexualmente e outra para a caracterização dos prováveis ofensores. Optou-se por privilegiar o formato de figura para estes casos devido à especificidade das informações, são elas: (1) Zona de Moradia dos Meninos Vitimizados Sexualmente, (2) Revitimização da Violência Sexual e (3) Suspeita de Uso de Álcool pelo Provável Ofensor.

### **Eixo qualitativo.**

A coleta de dados deu-se na instituição de atendimento e a partir da leitura dos prontuários selecionados. Este momento ocorreu em quatro visitas a instituição com cerca de três horas de duração cada, de modo a garantir a transcrição integral de todas as informações pertinentes. A análise dos dados coletados teve como referencial teórico a Teoria Sistêmica Familiar (Minuchin et al., 2009) e as informações foram organizadas na perspectiva da análise temática de Minayo (2004) que consiste em “descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (p. 209).

Inicialmente foi feita o processo denominado de *leitura flutuante* por ambas as pesquisadoras e todas as informações dos prontuários foram então registradas no instrumento construído. Com objetivo de organizar as informações de todos os três prontuários de forma semelhante, facilitando as comparações e análises posteriores, foi realizada a *constituição do corpus* do material (Minayo, 2004), momento em que foram construídas cinco grandes tabelas que continham informações acerca do (1) encaminhamento para a instituição de atendimento, (2) características da vítima, (3) características da família da vítima, (4) relato do abuso sexual e (5) encaminhamentos à vítima e à sua família. Após o preenchimento total de todas essas tabelas, foram feitas outras leituras do material para nova organização das informações de maneira mais concisa, tendo então sido sistematizadas de acordo com a semelhança do conteúdo apresentado. Assim, as informações dos três prontuários que permaneceram foram organizadas em três grandes eixos: (1) estigmas e preconceitos, (2) parentesco e familiaridade dos autores da ofensa, (3) encaminhamentos e intervenções pós-abuso.

A seleção dos prontuários ocorreu como amostra de conveniência (Flick, 2009), de modo a priorizar os casos que continham mais informações e se apresentassem de

forma mais completa possível, favorecendo, assim, a exemplificação dos casos analisados. A escolha de três casos ampara-se na ideia de que o estudo de caso é um método para ilustrar e aprofundar um tema, não necessitando, portanto, ter um número amostral grande (Glass et al., 2016; Grattagliano et al., 2012).

### **Considerações Éticas**

Após autorização da instituição de atendimento, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, datado de 01 de abril de 2015, tendo parecer favorável com Número 1.009.198.

## Capítulo III

### Caracterização do menino vitimizado sexualmente

Este é o primeiro capítulo desta dissertação com apresentação de resultados sob um olhar quantitativo e irá apontar a caracterização do menino vitimizado sexualmente. Para tal, foi feita análise descritiva das informações contidas nas fichas de notificação do Distrito Federal referentes aos anos 2013 e 2014, tendo sido apresentados resultados prioritariamente referentes à identificação do perfil sociodemográfico das vítimas, alcançando, assim, a execução do primeiro objetivo específico deste trabalho.

O aumento de estudos enfocando as vítimas de abuso sexual do sexo masculino tem se mostrado como uma tendência na produção científica atual. Alguns estudos recentes (Easton, Saltzman, & Willis, 2013; Weiss, 2010) objetivaram abordar as vítimas de abuso sexual do sexo masculino e buscaram como participantes homens adultos e os relatos de seus abusos na infância. A utilização de tais participantes é benéfica do ponto de vista do acesso às consequências e repercussões dos abusos em longo prazo. No entanto, participantes adultos têm maior possibilidade de apresentar vieses em seus discursos, quer seja pela passagem do tempo ou devido a possíveis resignificações das situações abusivas e ainda pela própria questão da memória (Gauthier-Duchesne, Hébert, & Daspe, 2017). Mesmo assim, a existência de um perfil dessas vítimas não existe de forma consensual na literatura, uma vez que características sociais e culturais, além das individuais, influenciam a ocorrência da violência sexual (Hohendorff, Habigzang & Koller, 2014a) e, conseqüentemente, também da criança vitimizada. Porém, algumas características individuais ganham maior destaque nos estudos e compreensões sobre esta temática. A idade da vítima à época do abuso sexual é uma dessas características, pois é fator mediador do impacto da violência (Habigzang et al., 2005).

## **Idade**

Os resultados referentes à idade das vítimas nesta pesquisa encontram-se descritos na Tabela 2. Na maior parte das notificações (n=235), os meninos tinham até dez de anos de idade, com a maior frequência na faixa de um a cinco anos (42,4%). Tal resultado é comparável a outros estudos que também encontraram a maior presença das vítimas do sexo masculino em estágio de desenvolvimento biopsicossocial mais precoce (Martins & Jorge, 2010; Modelli et al., 2012). Enquanto nos resultados apresentados por Holmes e Slap (1998) 58% dos meninos tinham menos de 11 anos de idade, na pesquisa de Modelli et al. (2012), a idade média encontrada foi de 6,5 anos. O baixo número de notificações sem informação da idade nos resultados desta dissertação parece indicar a importância que é dada a essa característica, pois apenas em 1% das vezes os profissionais não registraram a idade da vítima nas fichas de notificação desta amostra.

Importa lembrar que tais dados referem-se às idades das vítimas no dia do registro da ficha de notificação e não necessariamente às idades que elas tinham nos episódios de abuso sexual. Na ficha de notificação, há um campo destinado à data da ocorrência da violência e outro à data da notificação e em todas as 290 fichas desta pesquisa, as datas destes dois episódios eram as mesmas. Tal resultado não indica que em todas as 290 violações a ficha de notificação foi preenchida no mesmo dia do episódio violento, mas sim que há um desconhecimento profissional acerca da data específica em que ocorreu o abuso ou ainda uma imprecisão ou não informação por parte dos comunicantes familiares aos profissionais de atendimento.

De toda forma, é possível que os resultados apresentados na Tabela 2 apontem um quadro com crianças com maior idade do que quando foram vitimizadas, especialmente se considerarmos que, entre as vítimas do sexo masculino, a lacuna temporal entre a ocorrência da violência e o momento da revelação é bastante

significativa (Sorsoli et al., 2008). Não havendo a especificação da data da violência, não é possível precisar a idade das vítimas há época do abuso e, assim, diante do não registro nas fichas de notificação, essa importante informação acaba se perdendo. Além disso, também as famílias dos meninos vítimas tendem a apresentar mais dificuldade na comunicação dos abusos sexuais às esferas públicas devido ao receio que têm de ter sua rotina e dinâmica familiar alteradas, aumentando o lapso temporal entre a ocorrência da violência e o preenchimento da ficha de notificação pelos profissionais que, em uma última instância, são representantes de esferas públicas (Hohendorff, Habigzang, & Koller, 2015b).

Uma consequência relevante para o resultado que aponta o grande número de vítimas em idades mais novas diz da possibilidade de revitimização. Não apenas por uma questão temporal, como se, já iniciada a exposição à violência precocemente, *houvesse tempo futuro* para existência de outras exposições à violência, mas também porque a presença de experiências abusivas configura-se como fator de risco para a ocorrência de outras experiências abusivas ou comportamentos sexuais inadequados mais tardiamente (Hershkowitz, 2014). Lansford et al. (2007) também apontam a maior chance de delinquência ou abuso de drogas em idades mais elevadas se a criança ou o adolescente houver sofrido violências em idades mais novas.

Tal quadro parece então fortalecer a necessidade de planejamento de ações direcionadas a esse público, muito embora também levante uma preocupação em relação ao foco de tais ações. Isso porque se considera fundamental que também sejam pensados programas de prevenção à violência, embora no Brasil o número de publicações sobre prevenção seja inferior àqueles focados em intervenções (Abreu, Miranda, & Murta, 2016). No entanto, realizar ações anteriores à instalação de um problema, a fim de reduzir os riscos de ocorrência do mesmo é um passo importante



para a interrupção do problema em uma perspectiva de longo prazo (Abreu et al., 2016). Sendo a maior parte das vítimas do sexo masculino de idades mais novas, é preciso que seja repensado o foco das prevenções. Faz sentido supor que os pais e responsáveis pelas crianças, além de outras pessoas e contextos nos quais elas se inserem, ganhariam destaque, já que seria árduo abordar essa temática diretamente com meninos muito novos. Tal reflexão é um desafio para os profissionais de atendimento, mas não deve ser perdida de vista, pois parece ser um dos possíveis caminhos para diminuição ou interrupção da vitimização sexual contra crianças e adolescentes.

Tabela 2

*Idade e Escolaridade das Vítimas*

Variáveis	N (=290)	%
<b>Idade em anos</b>		
Menos de 1 ano	3	1,0
1 - 5 anos	123	42,4
6 - 10 anos	112	38,3
11 - 15 anos	37	12,8
16 - 18 anos	4	1,4
Maiores de 18 anos	8	2,8
Sem informação	3	1,0
<b>Escolaridade</b>		
Ens. Fund. I Incompleto	48	16,5
Ens. Fund. I Completo	1	0,4
Ens. Fund. II Incompleto	28	9,6
Ens. Fund. II Completo	1	0,4
Ens. Médio Incompleto	2	0,7
Ens. Médio Completo	0	0
Ens. Superior Incompleto	2	0,7
Ens. Superior Completo	1	0,4
Sem informação	207	71,3

**Escolaridade**

Outro resultado importante também apresentado na Tabela 2 diz respeito à escolaridade das vítimas, embora chame atenção o grande número de fichas de notificação sem registro desta informação (71,3%). A maior presença de meninos com Ensino Fundamental I incompleto, cursando então do 1º ao 4º ano, também é o

resultado encontrado por Hohendorff et al. (2014b). Tal informação não indica necessariamente um atraso escolar ou baixa escolaridade por parte das vítimas, especialmente porque a maior concentração de meninos desta amostra tinha até dez anos, idade em que estariam de fato encerrando o Ensino Fundamental I.

A grande porcentagem de fichas que não continham essa informação é, no entanto, alarmante. A escola é um dos ambientes sociais de maior influência para o desenvolvimento infantil e também um espaço onde as crianças e adolescente passam grande parte de seu tempo. É fonte de aprendizados não apenas técnicos e acadêmicos, mas também tem importante papel na aquisição de habilidades sociais, pois vem sendo construída a ideia de que à escola não cabe apenas responsabilidade pela educação formal (Silveira, 2011). Ademais, um possível sinalizador da ocorrência de situações de violência contra crianças e adolescentes é justamente a defasagem e/ou evasão escolar (Hershkowitz, 2014), por isso, acessar quais são as condições escolares desses meninos vitimizados é fundamental para compreender o ciclo da violência e ainda entender se a escola desempenha papel de fator de risco ou de proteção.

No Brasil, o nível de escolaridade está relacionado com a renda e a classe social dos indivíduos e das famílias, quadro que pode ser observado nas desigualdades regionais ainda existentes (Brasil, 2014). A essas diferenças são atribuídos fatores culturais, passando pelos limites de oferta de estabelecimentos de ensino e considerando até mesmo o acesso e as dificuldades de deslocamento (Brasil, 2014). Famílias provenientes de classes sociais com nível socioeconômico mais elevado tendem a ser também aquelas que apresentam mais anos de acesso à educação formal.

Não há um campo na ficha de notificação destinado a escolaridade dos comunicantes ou dos familiares das vítimas, talvez porque ela seja uma ficha única destinada a todas as faixas etárias e não a para crianças e adolescentes vítimas de

violências, ou ainda porque é visto como um instrumento simples e acessível que não objetiva abarcar todas as especificidades das vítimas, mas sim tomar conhecimento da ocorrência de um episódio violento.

O preenchimento adequado da categoria *escolaridade*, mesmo que exclusivamente relacionado às vítimas, poderia levantar outras reflexões referentes a temas não diretamente relacionados às condições de escolaridade formal, mas sim de renda familiar, de acesso a infraestruturas importantes e ainda de conhecimento de leis, direitos, etc. Também seria possível estimar se há defasagem escolar entre as vítimas, investigando, assim, se este é um dos sintomas e consequências pós-abuso sexual ou se pode ser um sinalizador para familiares e profissionais da escola de que pode estar ocorrendo uma situação sexualmente abusiva, pois os problemas e dificuldades escolares não necessariamente aparecem apenas pós-abuso, mas também podem dar-se concomitantemente à situação violenta.

### **Renda Familiar e Local de Moradia**

Sobre este aspecto, descritos na Tabela 3, embora o Distrito Federal (DF) seja a unidade da federação com maior renda *per capita* do Brasil (Redação RBA, 2017), ele também conta com uma grande disparidade na distribuição da renda familiar. O pertencimento a uma classe social de baixa renda não é fator de risco para a ocorrência de violência sexual por si só (APA, 2015), embora apareça como um dos fatores importantes a serem levados em consideração (Costa et al., 2015). Isso porque pertencer a classes sociais desfavorecidas parece aumentar as chances das crianças e adolescentes estarem envoltas por outros fatores de risco para a ocorrência do abuso sexual, como o falta de recursos, o acesso inadequado a sistemas de saúde, habitações superlotadas, estresse parental, etc (Le et al., 2016).

Em torno de 53% dos meninos vítimas de abuso sexual que tiveram fichas de notificação registradas em 2013 e 2014 no DF pertenciam a Regiões Administrativas (RAs) cuja renda familiar mensal era inferior a cinco salários mínimos. As duas RAs – Ceilândia e Samambaia – com maior número de fichas registrado são também as RAs com maior número populacional, de acordo com levantamento governamental recente (Brasília, 2016). Embora mais da metade das vítimas desta amostra residam em áreas com maior ausência de recursos, a distribuição dos meninos desta amostra em quase todas as RAs do DF, inclusive naquelas com maior renda familiar mensal, demonstra como a violência sexual é fenômeno presente em qualquer faixa social e econômica.

O pertencimento a classes sociais mais privilegiadas, como é o caso dos residentes das RAs Lago Sul e Sudoeste/Octogonal, com apenas uma vítima nesta amostra para cada uma destas duas RAs, sugere que a população destas localidades pode contar com outros recursos para não acionar os serviços públicos de atendimento e proteção à criança e ao adolescente nos casos de violência sexual (Pedersen & Grossi, 2011). Os residentes na RA Plano Piloto apresentam a quarta maior renda familiar mensal no DF (Brasília, 2016) e o número de vítimas nesta amostra foi bastante superior ao do Lago Sul e Sudoeste/Octogonal. Assim, o dado sugere que a existência de violência sexual contra meninos perpassa diversas classes sociais e econômicas e não é fenômeno exclusivo de classes com maior vulnerabilidade social. Outro ponto que pode influenciar o maior número de registros de fichas de notificação em algumas RAs em detrimento de outras pode ter relação com a disponibilidade e o acesso das famílias à rede de serviços e atendimentos – lugares responsáveis por esta comunicação epidemiológica.

Também o baixo número de meninos desta amostra pertencentes à RAs altamente carente e vulneráveis, como o caso do Varjão e da Fercal – segunda e terceira

pior renda mensal familiar, respectivamente (Brasília, 2016) – vai ao encontro do que Costa et al. (2013) discorrem a respeito da vivência em contextos vulneráveis como esses no Brasil. Segundo Costa et al. (2013), famílias com carências múltiplas possuem grande dificuldade de acesso a recursos e condições mínimas de vida, como lazer, saúde, segurança e educação. A baixa escolaridade é um dos pontos sugeridos para justificar a baixa tomada de providência familiar face uma situação de violência sexual (Costa et al., 2013). Sem estudo formal e acesso a cultura, os familiares apresentam dificuldade na compreensão e nomeação do que é violência e não acionam os recursos e instituições que podem contar para atender às suas demandas.

Tabela 3

*Notificações por Região Administrativa e Respectiva Renda Familiar*

Região Administrativa de residência	N (=290)	Renda Familiar Média Mensal (em salários mínimos)
Ceilândia	26	3,9
Samambaia	26	4,4
Gama	23	5,76
Planaltina	22	4,26
Recanto das Emas	17	3,68
São Sebastião	14	3,92
Taguatinga	14	7,28
Guará	11	9,41
Itapoã	11	3,24
Brazlândia	10	4,34
Paranoá	10	3,51
Plano Piloto	10	15,73
Riacho Fundo II	7	3,96
Águas Claras	6	10,93
Sobradinho	6	7,2
Sobradinho II	6	7,36
Estrutural	5	2,5
Lago Norte	5	14,83
Vicente Pires	5	10,92
Santa Maria	4	4,15
Núcleo Bandeirante	3	6,58
Cruzeiro	2	9,31
Varjão	2	2,88
Fercal	1	2,89

Lago Sul	1	27,53
Riacho Fundo	1	6,18
Sudoeste/Octogonal	1	17,71
Sem informação	41	-

### **Presença de Deficiências e Transtornos nas Vítimas**

A respeito da presença de deficiências e transtornos nas vítimas desta amostra, resultado descrito detalhadamente na Tabela 4, foi registrada a presença de tais características 23 vezes, distribuídas entre 17 meninos, que correspondem a apenas cerca de 6% da amostra total. No estudo de Davis e Jones (2013) sobre fatores de risco para vitimização sexual de crianças, a presença de algum tipo de deficiência física apresentou-se como fator de risco para 4,3% da amostra total de 138 crianças. Esses autores não especificaram o tipo de deficiência presente, mas registraram a maior porcentagem de tais deficiências na faixa etária entre sete e doze anos. Uma possível explicação para a baixa frequência de meninos com deficiências e transtornos pode se dever ao fato de que, apresentando tais características, essas vítimas podem apresentar ainda mais dificuldade para comunicar o abuso sexual sofrido (Hohendorff et al., 2014b).

O principal número de registros destinado aos transtornos de comportamento possibilita a análise desta informação no sentido de pensar se esta queixa é anterior ao acontecimento do abuso ou se já representava um sintoma de tal violência e na realidade não houve atenção familiar para percepção e conexão temporal desses fenômenos. Novamente a ausência da correta data de ocorrência do abuso dificulta a compreensão e análise dessa característica.

Outro aspecto que chama a atenção, permitindo ainda diversos questionamentos, é o grande número de fichas em que este campo não foi preenchido, dificultando a inferência de que os transtornos e deficiências existentes são apenas os registrados.

Algumas dúvidas que decorrem dessa situação são: o não registro dessa informação representou, para o profissional no momento do preenchimento, uma economia de tempo diante da ausência de características evidentes de transtornos e deficiências ou uma dúvida a respeito da presença ou não de tais deficiências e transtornos? Uma vez que profissionais de diversas categoriais da saúde podem, e devem, realizar a notificação (Brasília, 2015a), é possível considerar a inabilidade de alguns para a detecção de tais características. Qual deveria então ser o procedimento mais adequado nesses casos? O preenchimento sempre em conjunto com outros profissionais, de maneira a complementar o conhecimento técnico? O preenchimento imediato por parte do profissional cuja situação foi recebida, mesmo que sem total possibilidade teórica e técnica para diagnóstico de transtornos e deficiências, em prol da garantia de preenchimento desta importante fonte de pesquisa?

Todas essas questões parecem ter relação com a discussão endossada por Lima e Deslandes (2015) sobre a importância do treinamento e capacitação profissional diante de situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A necessidade de constantes sensibilizações e aprimoramentos não deve ser exclusiva aos profissionais de ponta, que atendem às vítimas e aos seus familiares. Instâncias superiores, governamentais, e que têm a ver com o manejo público e político dos serviços devem amparar a realização e o investimento de tais treinamentos e capacitações.

Embora sejam, em sua maioria, profissionais do serviço social, enfermagem, medicina e psicologia que lidam com as comunicações, notícias e revelações das violências, em sua maioria, muitas vezes o preenchimento da ficha não é realizado de forma completa e aprofundada não por uma questão de negligência profissional, mas pelas próprias características dos serviços em que estão inseridos. É nesse sentido que aqui está sendo chamada a atenção para as instâncias *superiores*, para que os

profissionais, em suas rotinas de atendimento e de serviço cotidiano, possam dedicar atenção e tempo necessários para este instrumento. Tal contexto poderia ocorrer de forma mais favorável se o valor e o tempo dado ao preenchimento da ficha de notificação fossem maiores do que se tem no cenário atual.

Tabela 4

*Consequências do Abuso Sexual*

Presença de deficiências e sintomas			
Deficiência e transtornos	Sim	Não	Sem informação
Transt. de Comportamento	9	11	270
Mental	6	13	271
Outras deficiências	4	14	272
Física	2	17	271
Auditiva	1	18	271
Transtorno mental	1	18	271
Visual	0	18	272
Total	23		
<b>Sintomas</b>			
Transt. de Comportamento	54	103	133
Estresse pós-traumático	53	100	137
Outros	9	115	166
Transt. mental	8	136	146
DST	3	143	144
Tentativa de suicídio	0	162	128
Total	127		

**Presença de Sintomas após Abuso Sexual**

Os sintomas – aqui compreendidos como presentes em decorrência da situação de abuso sexual – foram registrados 127 vezes, distribuídos entre 87 meninos, ou seja, em apenas 30% das fichas de notificação desta pesquisa foram registradas consequências das violências sexuais. Esses resultados também estão apresentados na Tabela 4. Com destaque, apareceram os transtornos de comportamento (42,5% do total de sintomas registrados) e transtornos de estresse pós-traumático – TEPT – (41,7%),



sintomas que também foram os prevalentes no estudo nacional de Hohendorff et al. (2014b).

Em contexto internacional, duas revisões sistemáticas apontaram alguns impactos da violência sexual. Enquanto Jong et al. (2015) buscaram discutir as consequências de violências sexuais a longo prazo, na transição para a vida adulta, Maniglio (2009) destacou os diversos sintomas encontrados nas vítimas de abuso sexual de 14 estudos com amostras clínicas e não clínicas. Coerente com os resultados apresentados nesta pesquisa de mestrado, Maniglio (2009) apontou a maior frequência de alguns sintomas: para as vítimas de abuso sexual, TEPT foi apontado como mais comum do que transtornos alimentares.

Não há campo destinado para o detalhamento dos sintomas existentes nas fichas de notificação utilizadas nesta pesquisa, interferindo, portanto, no conhecimento completo do que se referem os denominados transtornos de comportamento deste grupo de meninos. Sigurdardottir et al. (2014) citam nos meninos vítimas de abuso sexual sintomas de caráter mais agressivo e *externalizante*, como o abuso de substâncias e a violência interpessoal. No entanto, não é possível, a partir do instrumento utilizado nesta pesquisa, conhecer a sintomatologia das vítimas de abuso sexual infantojuvenil de forma detalhada. A retirada deste campo na nova versão da ficha de notificação distribuída e utilizada a partir de 2015 sugere que existe uma compreensão, por parte das autoridades governamentais de saúde, de que esse não é um instrumento que visa levantar a situação atual da vítima de abuso sexual, mas sim conhecer o episódio de abuso sexual, cuja comunicação está sendo feita.

### **A Cena do Abuso Sexual**

A compreensão acerca da cena do abuso sexual é importante, pois diversos aspectos desse cenário podem contribuir para minimizar ou maximizar as consequências

da violência. A descrição do local específico em que ocorreu o abuso com a amostra desta pesquisa está presente na Tabela 5.

Conforme dados encontrados por Hohendorff et al. (2014b), em que 78,7% das vitimizações se deram na residência da vítima, também nesta pesquisa esse foi o local em que mais vezes ocorreu a violência sexual, embora com porcentagem um pouco menor: 59,3%. O segundo local com mais registros de abusos nesta pesquisa foi a via pública (5,5%), seguido da creche ou escola (4,2%) e da residência de algum familiar (3,5%). A diferença explícita entre o número de abusos que ocorreram na própria residência da vítima com o restante dos locais é alarmante, uma vez que o lar deveria ser um dos principais locais de proteção. O aparecimento de outros locais considerados “seguros”, como escola e residência de familiar, também preocupa, pois são ambientes em que se pode identificar o fenômeno da polivitimização (Turner, Shattuck, Finkelhor, & Hamby, 2016).

A ocorrência da cena do abuso em tais locais de proteção levanta novamente a questão da relativização dos fatores de risco e de proteção. Tais fatores não devem ser vistos como existentes *a priori*, pois a permanência da criança e do adolescente de forma segura em sua casa, quando não na casa de algum familiar ou na escola vai depender das condições de tais ambientes e das pessoas que os compõem. Nadan, Spilsbury, e Korbin (2015) discutem as possibilidades do contexto da vizinhança representar fonte de suporte e relações positivas para as famílias, muito embora seja possível que também causem prejuízos e desproteções.

Tabela 5

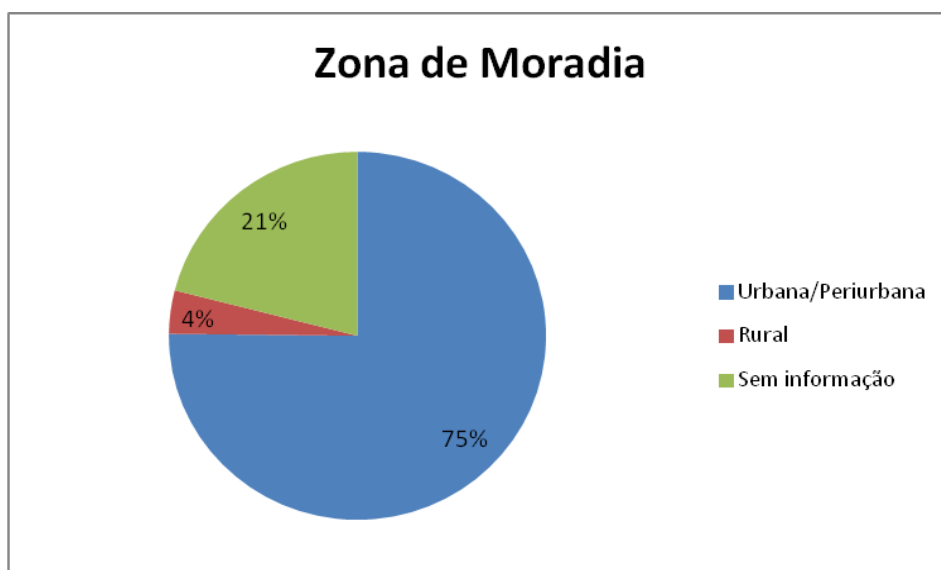
*Características da Cena do Abuso*

Local de ocorrência	Zona			Total	
	Urbana/Periurbana	Rural	Sem informação	N	%
Residência vítima	139	10	23	172	59,3
Via pública	13	0	3	16	5,5
Creche/Escola	9	0	3	12	4,2
Residência de familiar	7	1	2	10	3,5
Residência da cuidadora	3	0	0	3	1,0
Residência de vizinho	3	0	0	3	1,0
Habitação Coletiva	3	1	1	5	1,8
Bar	2	0	0	2	0,7
Instituição	1	0	0	1	0,3
Clube	0	1	0	1	0,3
Indústria/Construção	0	0	1	1	0,3
Ignorado/Em branco	28	0	33	61	21,1
Outro	0	1	2	3	1,0
Total	208	14	68	290	100

Pode-se também observar que 71,2% dos locais de ocorrência da cena do abuso sexual era uma zona urbana ou periurbana, contra 4,8% em zona rural e 23,5% de vezes em que não houve registro ou conhecimento se o local da cena pertencia à zona urbana ou rural. Esses resultados são bastante semelhantes aos dados referentes à zona de moradia dos meninos desta amostra, tal como mostra a Figura 1, resultado que faz sentido, uma vez que, para as vítimas desta amostra, o principal local de ocorrência do abuso foi o local de residência da própria vítima.

Figura 1

*Zona de Moradia dos Meninos Vitimizados Sexualmente*



A grande concentração de residências e do local da cena do abuso em zona urbana diz de características do DF, que conta com menor espaço rural de fato (Brasília, 2016), mas também pode sinalizar a dificuldade que os residentes em zona rural têm de chegar a serviços e instituições públicas de atendimento e cuidado. Mais uma vez aqui, quase um quarto das fichas de notificação não especificou se a moradia pertencia à zona rural e urbana. Pode-se supor uma dificuldade na definição por parte das próprias pessoas atendidas, mas é também possível que tenha havido uma falta de atenção profissional para a marcação e diferenciação nesta categoria.

Levando em consideração que grande parte dos serviços e instituições de atendimento e de proteção – como hospitais, PAVs, delegacias, Conselhos Tutelares, etc – estão alocados em zonas urbanas do DF, deveria ser do conhecimento dos profissionais se a moradia das famílias em atendimento é próxima ou representa potencial enclave de acesso. O conhecimento dessa informação poderia ser útil, por exemplo, para que a equipe buscasse adotar medidas que facilitassem a ida das famílias

às instituições e ainda para que eles compreendam de maneira mais sensível as possíveis dificuldades de acesso e chegada dos familiares aos locais de atendimento.

### **Encaminhamentos**

Outro campo da ficha de notificação que pode não ter preenchimento imediato por parte dos profissionais de atendimento refere-se aos setores de encaminhamento da vítima. Na ficha constam doze opções de setores, sendo um deles a opção “Outros”, embora para nenhum dos 290 meninos desta amostra este campo tenha sido preenchido. A Tabela 6 apresenta a distribuição dos encaminhamentos realizados como consequência da realização da notificação.

Ao total, foram feitos 570 encaminhamentos aplicados a 237 vítimas. Dessas, 18% receberam encaminhamento para apenas um local, 28% para dois locais, 34% para três locais, 15% para quatro locais, 4% para cinco locais e 1% para seis locais. No setor Justiça, aí incluídas todas as instituições que de alguma forma podem, ou devem, assumir o caráter de responsabilização dos ofensores, a instituição que recebeu mais encaminhamentos foi o Conselho Tutelar (32%) e, com 31% o setor Saúde, sem especificação da instituição, foi o segundo local com maior frequência de encaminhamentos. A existência de um encaminhamento para um serviço de atendimento exclusivo de mulheres, o Centro de Referência da Mulher, pode indicar que o registro, neste caso, não se referiu ao encaminhamento dirigido à vítima, mas a alguém de sua rede familiar, mas pode também representar outra falha no preenchimento dessas fichas.

No estudo de Hohendorff et al. (2014b), também analisando fichas de notificação no sul do Brasil, 51% dos encaminhamentos foram direcionados à instituições da justiça, como delegacias e, em segundo lugar, apareceu o Conselho Tutelar com 40%. Já no levantamento realizado por Oliveira et al. (2014), o Conselho

Tutelar também apareceu como a instituição que mais recebeu encaminhamentos, tanto para as vítimas de abuso sexual unicamente (33,6%), como para as polivítimas (10,6%). A forte presença dessa instituição nesta pesquisa e nas citadas anteriormente (Hohendorff et al., 2014b; Oliveira et al., 2014) sinaliza para a importância do Conselho Tutelar no circuito protetivo de crianças e adolescentes.

Um primeiro ponto a ser considerado relaciona-se a obrigatoriedade prevista em lei (Brasil, 1990) da comunicação ao Conselho Tutelar de qualquer situação de violência contra crianças e adolescentes. Assim, considera-se pertinente que os profissionais que realizaram a notificação de fato procederam a este encaminhamento: para 77% dos 237 meninos que receberam algum encaminhamento, o Conselho Tutelar foi citado. Além da questão da obrigatoriedade de comunicação ao Conselho Tutelar, também é relevante ressaltar a importância de sua atenção enquanto rede social e também diretamente com os membros da família, pois é uma instituição que se insere na dinâmica familiar, por meio de acompanhamentos próximos e continuados e, assim, pode auxiliar na promoção de significativas mudanças e reestruturações familiares (Costa et al., 2014).

De forma geral, a importância de serem realizados encaminhamentos à rede de proteção de crianças e adolescentes ampara-se na concepção de que um fenômeno complexo como o abuso sexual deve ter suas diversas facetas sob atenção e cuidado especializados, com várias instituições atuando de maneira complementar nas questões de proteção e responsabilização (Santos & Dell’Aglia, 2010). Defendem Lima e Deslandes (2015) a necessidade de capacitação dos profissionais que atuam na rede e também a contribuição da própria ficha de notificação enquanto instrumento de consolidação da rede de atenção integral às vítimas de violência, uma vez que está presente na comunicação entre as instâncias diversas.

Tabela 6

*Encaminhamentos Realizados às Vítimas após Notificação*

Encaminhamentos à vítima				
Setor	Instituição	N	%	Total
Justiça	Conselho Tutelar	182	32	204
	VIJ	14	2,4	
	MPDFT	8	1,4	
Saúde	-	177	31	177
Segurança Pública	DPCA	102	17,9	172
	Outras delegacias	29	5	
	IML	41	7,2	
Assistência Social	CREAS	10	1,8	17
	Programa Sentinela	4	0,7	
	Abrigo	2	0,4	
	Centro de Referência da Mulher	1	0,2	
Total		570	100	570

**Revitimização e Polivitimização**

Mesmo que diante de certa confusão entre os conceitos de revitimização e polivitimização, importa diferenciar que, enquanto este se refere à ocorrência de diversos tipos de violências para uma mesma vítima (Finkelhor et al., 2005), aquele diz respeito à ocorrência de mais de um episódio do mesmo tipo de violência (Classen et al., 2005). Ambos são fatores que mediam o impacto do abuso sexual.

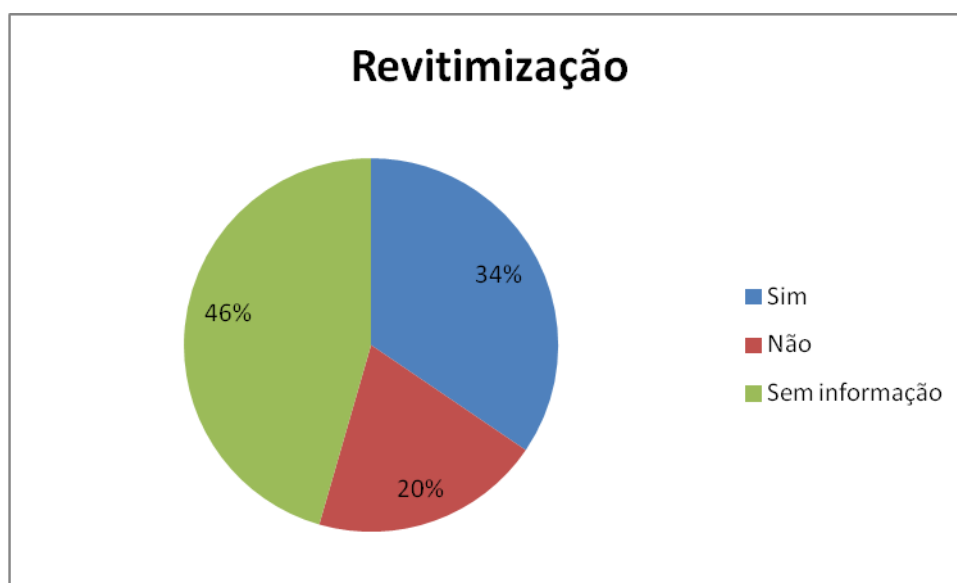
Pesquisas indicando a relação entre experiências adversas na infância e exposição a traumas posteriores já existem de maneira vasta (Miron & Orcutt, 2014), muito embora existam poucos estudos que abordem a questão da revitimização sexual como foco central. Algumas pesquisas apontam que as vítimas de violências sexuais têm mais chances de serem revitimizadas posteriormente, mas normalmente tais revitimizações são consideradas já em momento posterior, na vida adulta e não próximo ao primeiro episódio sexualmente abusivo (Classen et al., 2005).

A Figura 2 aponta a revitimização nos meninos vítimas desta amostra, ou seja, se a violência sexual a que se estava notificando ocorreu mais de uma vez. Com apenas 20% deste campo marcado negativamente, pode-se supor, novamente considerando a grande falha apontada com o resultado de 46% de fichas sem informação para este campo, que a realidade de revitimizações desta pesquisa deve ser superior a 34% da amostra.

Outras informações sobre as circunstâncias, o local de reocorrência, a quantidade de vezes e a distância temporal entre os episódios não estão presentes na ficha de notificação e poderiam enriquecer o conhecimento sobre o fenômeno no DF. A compreensão de tais fatores seria válida não apenas para compreender e caracterizar as vítimas do DF, mas também para oferecer atendimento de maneira mais completa. De acordo com Hershkowitz (2014), a ocorrência da revitimização, atrelada à relação de proximidade que o ofensor tem com a vítima e com a gravidade dos episódios, é fator que contribui para o surgimento de comportamentos sexuais intrusivos (do inglês *sexually intrusive behavior*), posteriormente na adolescência ou vida adulta.

Figura 2

#### *Revitimização da Violência Sexual*





Na Tabela 7 é possível observar a frequência das polivitimizações nos meninos da amostra desta pesquisa. Houve registro de violência sexual em todas as 290 fichas de notificação e, além delas, em 71 vezes (24,5%) foi registrada a presença de outra violência, que não a sexual. Tal resultado foi superior ao encontrado por Oliveira et al., em que 21,8% do total de 1418 notificações de crianças e adolescentes, sofreram violência sexual em coocorrência a outros tipos de violência, e, também, com o trabalho de Turner et al. (2016), cujas polivítimas representaram 17,8% do total de 2312 participantes.

Assim, do total de meninos polivítimas, na maior parte das fichas (46,5%) houve registro de dois tipos de violências. Com número bastante aproximado foram os registros de três tipos diferentes de violências (40,8%) e em menor porcentagem os casos de quatro tipos de violência (9,9%). Para dois meninos desta amostra foram registrados cinco tipos de violências.

Tabela 7

*Frequência de Polivitimizações*

	Frequência	
	N	%
Dois tipos de violências	33	46,5
Três tipos de violências	29	40,8
Quatro tipos de violências	7	9,9
Cinco tipos de violências	2	2,8
Total	71	100

A descrição de quais foram as violências registradas para os 290 meninos desta amostra encontra-se na Tabela 8. Pode-se observar que para a maior parte das polivítimas a violência sexual veio acompanhada de violência psicológica/moral, representando aproximadamente 13% da amostra total. No universo das polivítimas desta amostra (n=71), a ocorrência concomitante de violência psicológica/moral com a

violência sexual representa 45% (n=54) dos casos. A violência física, com 9% da amostra total, foi a segunda vitimização com mais registros positivos, representando 30,8% (n=37) do total das polivítimas; negligência/abandono são as outras violências que aparecem mais vezes, com 14,2% (n=17). Tortura, intervenção legal, violência financeira e outros tipos de violência foram registrados para menos de dez meninos. Não houve nenhum caso registrado de trabalho infantil ou tráfico de seres humanos.

Deve-se destacar na Tabela 8 que: (a) o total de ocorrências de violências é superior ao total da amostra, uma vez que, conforme descrito acima, a mesma vítima poderia ter sido submetida a dois ou mais tipos de violências; e (b) casos sem informação registrada não significam, necessariamente, ausência de violência. Com quase 20% de registros positivos para todas as outras violências que não a sexual, a frequência de “Sem informação” neste campo da ficha de notificação mostra-se relevante, pois inclui todos as vezes em que foi registrado “Ignorado” pelo profissional e também quando o campo ficou em branco, sem registro algum. Nessas duas situações, não é possível aferir se aquele tipo de violência não esteve presente, mas sim que a informação é desconhecida pelo profissional. Por isso, é possível que o número de polivítimas dessa amostra seja ainda maior do que aparece nos números apresentados como resultado desta pesquisa.

Tabela 8

*Frequência de Outros Tipos de Violências Sofridas*

Tipos	Ocorrência					
	Sim		Não		Sem informação	
	N	%	N	%	N	%
Violência sexual	290	70,7	0	0	0	0
Violência psicológica/moral	54	13,2	179	67,1	57	19,7
Violência física	37	9,0	197	71,7	56	19,3
Negligência/abandono	17	4,1	217	76,6	56	19,3
Tortura	7	1,7	230	80	53	18,3

Intervenção legal	3	0,7	237	82	50	17,3
Violência financeira/econômica	1	0,3	240	82,8	49	16,9
Outros tipos de violência	1	0,3	235	81,1	54	18,6
Trabalho infantil	0	0	243	83,8	47	16,2
Tráfico de seres humanos	0	0	242	83,4	48	16,6
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### **Caracterização das Violências Sexuais**

A Tabela 9 apresenta o detalhamento do tipo de violência sexual sofrida pelos meninos desta amostra. Com o total de tipos de violência sexual registrando mais que 290, número total de fichas de notificação desta pesquisa, observa-se que para quatro vítimas foi registrado mais de um tipo de violência sexual. Tal situação pode ser vista como fonte de agravamento das consequências da violência sexual, tal como descreve Hershkowitz (2014). Na Tabela 9 ainda chama-se a atenção para a ocorrência de registros no campo “Não se aplica” verificado em todos os tipos de violência sexual, o que denota erro de registro, já que todos os casos selecionados para esta pesquisa eram de violência sexual e poderiam ser aplicados às vítimas desta amostra.

Na maior parte (60,9%) dos casos desta pesquisa foi registrado o campo “estupro” como violência sexual presente. É necessário lembrar que, em 2009, na mesma direção dos movimentos pró-saúde do homem, o Código de Processo Penal Brasileiro (Brasil, 1940) sofreu significativa mudança por meio da Lei Nº 12.015 (Brasil, 2009), dando ao fenômeno do estupro uma nova interpretação. A redação do Artigo 213 passou, então, a definir o estupro como o ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”.

Muito embora tenha havido uma mudança legal na compreensão do fenômeno *estupro*, ainda existe uma dificuldade societária de considerar abusivas e prejudiciais outras formas de violência sexual que não se caracterizem por penetração ou algum tipo

de toque físico. O baixo número de registros nas categorias “pornografia infantil” e “outros tipos de violência”, por exemplo, verificados neste trabalho, pode refletir desconhecimento ou dificuldades das famílias em perceber tais eventos como abusivos e, dessa forma, não tomarem providências de interrupção que envolvam instituições responsáveis não apenas pela atenção e o cuidado às vítimas como também pela responsabilização dos possíveis autores.

Esse contexto pode ser ainda mais sério quando se trata de vítimas do sexo masculino, uma vez que às condutas e experiências sexuais, muitas vezes precoces, de meninos, são atribuídos significados de naturalização e até mesmo de empoderamento. Diferentemente ocorre com as vítimas do sexo feminino, que são ensinadas/reforçadas a vivenciarem a sexualidade de forma mais velada e contida (Hohendorff et al., 2014a). A aparente não definição e consideração da violência sexual contra meninos os deixa mais vulneráveis e isso pode ser observado na contínua exposição a situações potencialmente abusivas e, por conseguinte, ao acúmulo e a maior gravidade das consequências para eles.

Tabela 9

*Caracterização da Violência Sexual*

Tipos	Ocorrência				
	Sim		Sem informação		Não se aplica
	N	%	N	%	
Estupro	179	60,9	64	13	1
Assédio sexual	54	18,4	76	15,5	1
Atentado violento ao pudor	30	10,2	96	19,6	3
Outro tipo de violência sexual	21	7,1	93	18,9	2
Pornografia infantil	6	2	83	16,9	2
Exploração sexual	4	1,4	79	16,1	2
Total	294	100	491	100	-

No que se refere à ocorrência de penetração nos meninos desta amostra, foram 105 vítimas (36,2%) que tiveram registro positivo de algum tipo de penetração. A presença de apenas a penetração oral foi de 14,3% para esses meninos; a presença de apenas penetração anal foi de 67,7% e 18% destas 105 vítimas sofreram ambas as penetrações: oral e anal. Ainda chama a atenção a grande quantidade de fichas sem registro desta informação também neste campo: 161 fichas sem informação sobre a ocorrência de penetração anal e 178 fichas sem informação de penetração oral. Diante desse cenário, é possível levantar a hipótese de que o número real de violências sexuais com algum tipo de penetração é superior às 105 vítimas identificadas. Observou-se a existência de registros no campo “Não se aplica” para os tipos de penetração anal e oral, denotando outro possível erro de preenchimento das fichas de notificação por parte dos profissionais.

A presença de penetração para as vítimas do sexo masculino representa um indicador significativo da gravidade das situações sexualmente abusivas para esse grupo (Leung et al., 2010). O preenchimento da ficha de notificação dá-se a partir de relatos verbais da vítima e de seus familiares/responsáveis, portanto, a estratégia de coleta de dados deve ser priorizada pelos profissionais, uma vez que é grande a ausência de evidências físicas que comprovem a ocorrência de penetração (Mathews et al., 2016). Além do próprio relato verbal, Pedersen e Grossi (2011) ressaltam a necessidade dos profissionais prestarem atenção em outras condutas, sintomas e comportamentos das crianças e adolescentes, dadas as dificuldades que elas têm em relatar as violências sofridas.

Para compor a descrição dos meninos vitimizados sexualmente, entende-se ser necessária a obtenção de informações também sobre os possíveis ofensores sexuais e as

famílias das vítimas. A descrição e discussão desses outros aspectos serão expostas nos próximos capítulos, de forma a seguir o viés sistêmico proposto neste trabalho.

## Capítulo IV

### Caracterização do ofensor sexual de vítimas do sexo masculino

Este capítulo apresentará as principais características dos prováveis ofensores sexuais de vítimas do sexo masculino no Distrito Federal, também sob um olhar quantitativo e por meio de análises descritivas de informações obtidas nas fichas de notificação. Optou-se por conceder um capítulo inteiro para a discussão desses ofensores, pois se acredita que conhecê-los mais detalhadamente é fundamental para interferir na relação abusiva, interrompendo-a e tratando-a.

No âmbito da pesquisa desta dissertação de mestrado, o instrumento utilizado para descrição da violência sexual contra vítimas do sexo masculino menores de 18 anos no Distrito Federal, a ficha de notificação, têm suas informações de referência enfocando as vítimas, embora existam campos que trazem informações acerca do possível autor. Para sua caracterização nesta pesquisa, foram selecionados os quatro campos da ficha que se referem ao provável autor da agressão: (1) Número de envolvidos, (2) Vínculo/grau de parentesco com a pessoa atendida, (3) Sexo do provável autor da agressão e (4) Suspeita de uso de álcool. Além desses, também foi selecionado o campo “Meio de Agressão”, uma vez que foi o ofensor que dele se utilizou contra a vítima.

Para o primeiro campo (Número de envolvidos), os profissionais poderiam registrar “Um”, “Dois ou Mais” e “Ignorado”; para os demais campos poderia ser “Sim”, “Não”, “Ignorado” e ainda “Masculino”, “Feminino”, “Ambos os sexos” e “Ignorado”. Por terem sido os quatro campos das 290 fichas analisados paralelamente, de forma a complementar as informações, foi possível perceber algumas falhas significativas no preenchimento das fichas, que serão citadas e discorridas ao longo deste capítulo.

## **Número de ofensores envolvidos**

A fim de tentar minimizar resultados advindos de possíveis falhas no preenchimento das fichas de notificação, em relação à quantidade de ofensores para cada vítima, a análise de frequência foi feita de duas formas: foi feita a contagem da frequência quando da marcação de mais de um ofensor sexual no campo destinado especificamente a isso (Número de Envolvidos) e ainda feita conferência nos campos destinados ao “Vínculo/Grau de Parentesco”. Assim, mesmo quando foi feita marcação de apenas “Um” ofensor envolvido, tal resultado foi confirmado verificando se de fato apenas havia sido registrada a presença de um só vínculo/grau de parentesco do provável ofensor com a vítima.

Das 290 fichas, houve registro de mais de um ofensor sexual para 49 (16,9%) vítimas; no entanto, em cinco fichas em que foi registrado apenas um ofensor ou em que esta informação foi registrada como ignorada, houve marcação de mais de um vínculo/grau de parentesco com a vítima. Assim, foram contabilizadas 54 fichas (18,6%) com registro de mais de um ofensor sexual. Ressalta-se um primeiro equívoco neste âmbito, que diz respeito ao preenchimento incorreto do campo “Número de envolvidos”.

Outro erro percebido refere-se a não discriminação de mais de vínculo/grau de parentesco para todos os 49 casos em que foi registrada a presença de mais de um ofensor. Isso ocorreu em 57,4% (n=31) das fichas de notificação deste grupo de meninos com mais de um provável ofensor sexual. Tal resultado dificulta a compreensão do fenômeno a partir da ficha de notificação de forma absolutamente confiável, pois não é possível afirmar se:



- de fato foram 54 meninos que tiveram mais de um ofensor sexual, e para 31 deles não foi possível identificar os dois ofensores detalhadamente e, por isso não houve registro completo ou;

- se para 31 meninos a marcação foi feita incorretamente, já que outras informações na ficha (Vínculo/grau de parentesco) não corroboram o dado da presença de mais de um ofensor sexual envolvido.

Foram 23 fichas (7,9%) em que houve registro completo da existência de mais de um provável ofensor, sendo que em 21 delas foram registrados dois ofensores, em uma foram registrados três ofensores e em outra foram registrados cinco ofensores. No total do grupo com mais de um ofensor, 14 mulheres foram citadas (representando 45,2% da amostra total de ofensoras do sexo feminino), sendo que seis delas eram prováveis ofensoras juntamente com mais um homem e duas delas foram citadas para o mesmo menino, que tinha, no total, cinco possíveis ofensores. A vitimização sexual por mais de um ofensor é um dos fatores potencializadores das repercussões do abuso sexual e, em estudo australiano (O'Leary et al., 2015), a porcentagem de homens abusados na infância por mais de um ofensor foi maior do que a encontrada nesta amostra (18,6%), chegando a 35%.

A existência de uma vítima com registro de cinco ofensores sexuais é extremamente alarmante, mesmo que seja apenas uma em 290, porque tais ofensores eram oriundos de diferentes contextos (namorada, ex-namorada, pai, conhecido e desconhecido), o que pode representar um desafio frente às intervenções que englobam todos esses sujeitos. É, no entanto, essencial que sejam identificados em sua totalidade e por isso, ressalta-se, mais uma vez, a importância de um olhar atento por parte dos profissionais para que possam ter conhecimento de todos os envolvidos.

## Caracterização do Provável Ofensor Sexual

Para as descrições e análises dos prováveis ofensores sexuais desta pesquisa, suas características foram organizadas em quatro grandes eixos, a fim de facilitar a discussão: (1) Vínculo/Grau de parentesco, (2) Idade, (3) Gênero, (4) Outras Características. A exposição de tais aspectos é essencial, pois, a depender da relação que se dá entre vítima e ofensor, a situação violenta pode agravar-se, gerando consequências mais fortes e negativas (Le et al., 2016).

Em aproximadamente 75% (n=216) das fichas desta amostra foi registrado o vínculo/grau de parentesco do possível ofensor com a vítima; no restante das fichas essa informação foi ignorada ou não registrada. Tais descrições encontram-se na Tabela 10, que apresenta as informações a respeito do Vínculo/Grau de parentesco da vítima com o provável ofensor. Importa lembrar que o número total de prováveis ofensores sexuais é maior do que 290, total de vítimas nesta pesquisa, pois, como exposto anteriormente, para 23 meninos foi registrado mais de um provável ofensor.

Tabela 10

### *Características do Provável Ofensor Sexual*

Sexo	Vínculo/Grau de Parentesco		Total		
	Intrafamiliar N (=138)	Extrafamiliar N (=116)			
Masculino	Primo	30	Amigos/conhecidos	80	223
	Pai	29	Vizinho	11	
	Tio	18	Colegas de instituições	4	
	Irmão	18	Pessoa com relação institucional	4	
	Padrasto	10	Funcionários da escola	2	
	Avô/Bisavô	9	Filho/neto da cuidadora	2	
	Filho(a)	1	Companheiro da cuidadora	2	
	Padrasto da mãe	1	Polícia/Agente da lei	1	
	Irmão do padrasto	1			
Feminino	Mãe	14	Cuidadora	4	31

Namorada/ex-namorada	6	Neta da cuidadora	1
Irmã	1	Vizinha	2
		Babá	1
		Conhecida	2

Vínculo/Grau de parentesco desconhecidos

74

### Vínculo/Grau de parentesco

A proximidade e vinculação da vítima com seu ofensor é um dos fatores mediadores do impacto da violência sexual (Mathews et al., 2016): sendo assim, um dos aspectos relevantes na compreensão deste fenômeno refere-se à classificação entre intra ou extrafamiliar. Para tal classificação, partiu-se do pressuposto de proximidade e convívio da vítima com o ofensor, pois, tal como Pincolini e Hutz (2014) defendem, a categorização *intrafamiliar* vai além dos vínculos consanguíneos e de parentesco e inclui também os afetivos, de convivência regular e responsabilidade. Percebe-se, portanto, que essa classificação deve ser feita de forma flexível e a depender das especificidades de cada relação.

No Brasil, e mais especificamente na realidade do Distrito Federal, onde é comum a existência de várias casas em um mesmo lote/terreno, a proximidade e o convívio diário de vários núcleos familiares acaba tornando-os uma grande família (Caiado, 2005). Por vezes há o compartilhamento de alguns cômodos, como a cozinha, por pessoas que *a priori* poderiam ser consideradas de diferentes famílias, mas, tal vinculação acaba tornando livre o tráfego das pessoas entre as casas, situação que também pode ocorrer intencionalmente, como consequência de uma tentativa de organizar as famílias em torno do cuidado de crianças e adolescentes.

Nesta amostra, por exemplo, optou-se por considerar o irmão do padrasto como intrafamiliar, pois tem relação de parentesco. Na ausência de informações mais detalhadas sobre como é a relação, proximidade e convívio da babá e cuidadoras desta

amostra com as vítimas optou-se por classificá-las como vínculo extrafamiliar. Novamente, ressalta-se que esta classificação é dinâmica e não necessariamente reflete a realidade de qualquer babá ou cuidadora.

Dentre os 216 meninos que tiveram registro, em suas fichas, sobre o provável ofensor, 119 meninos (55%) sofreram vitimizações intrafamiliares. Desses, cinco também tiveram ofensores extrafamiliares. Santos e Dell’Aglia (2010) e Seto, Babchishin, Pullman, e McPhail (2015) também encontraram em sua pesquisa a maior parte das vitimizações sendo intrafamiliar. O número total de ofensores intrafamiliares foi superior ao número de vítimas intrafamiliares (138 x 119), pois para mais de uma vítima houve a presença de mais de um ofensor.

Como é possível observar também na Tabela 10, no grupo de ofensores intrafamiliares, 84,8% (n=117) eram do sexo masculino, sendo que os primos (n=30) e os pais (n=29) apareceram com as maiores frequências. A existência de registro positivo na subcategoria “Filho(a)” denota outro possível erro de preenchimento das fichas de notificação selecionadas nesta amostra. Ainda que seja possível que um adolescente com menos de 18 anos tenha filho(a), não é descrito na literatura a existência de abuso sexual praticado por uma pessoa mais jovem contra uma de mais idade, nem tampouco de filho(a) contra pai.

Estudos mais antigos (Habigzang et al., 2005) e também mais recentes (Seto et al., 2015) citam pais e padrastos como os principais ofensores sexuais contra crianças e adolescentes. Mais recentemente o adolescente ofensor sexual tem ganhado mais espaço no mundo científico (Costa, et al., 2015), com a ampliação dos estudos sobre essa temática de forma a compreendê-los em contexto, ou seja, não apenas enquanto ofensores, mas também enquanto vítimas de uma infância sem proteção (Picolini & Hutz, 2014).

Nesta amostra, as maiores frequências registradas para primos e pais assemelham-se a esses dois tipos de estudos, mostrando a dificuldade que é apontar um perfil de ofensor sexual. Tais resultados permitem ainda levantar a hipótese que de fato fazem parte do grupo de ofensores com maior frequência para vítimas do sexo masculino os pais e primos.

Embora não haja uma categoria na ficha de notificação para registro da idade do possível ofensor, considerou-se aqui que os primos eram, pelo menos em sua maioria, adolescentes e com idade mais próxima à da vítima. Se considerarmos também os “Irmãos” como indivíduos com menos de 18 anos, assim como os ofensores das categorias “Amigos/conhecidos”, “Vizinho”, “Colegas de instituição”, “Filho/Neto da cuidadora”, “Namorada/Ex-namorada” e “Vizinha”, a porcentagem para a ofensa sexual praticada por adolescentes passa a representar 55% da amostra aqui analisada. Esta porcentagem é maior do que a apresentada por estudos internacionais, que apontam que a incidência de ofensa sexual praticada por menores de 18 anos é de 30% e citam os primos, irmãos e babás, motivados pela curiosidade ou em nível de experimentação sexual (Pincolini & Hutz, 2014).

Na nova ficha de notificação, que teve seu uso iniciado em 2015, existe um campo para registro do “Ciclo de Vida do Provável Autor da Violência” com as subcategorias: criança (0 a 9 anos), adolescente (10 a 19 anos), jovem (20 a 24 anos), pessoa adulta (25 a 59 anos) e pessoa idosa (60 anos ou mais). Embora a nova ficha de notificação não tenha sido objeto de estudo nesta dissertação pelos motivos explicados no Capítulo II, considera-se relevante registrar tal informação, pois se compreende que a presença deste campo na nova ficha já é um sinalizador de avanços nas políticas e sistematizações de informações. A distância etária entre vítima e ofensor é fator mediador dos impactos da violência (Pincolini & Hutz, 2014), por isso, conhecer tal

informação é fundamental para pensar as intervenções necessárias às vítimas e seus familiares.

### **Gênero**

Ainda na Tabela 10, pode-se observar a presença de prováveis ofensores de ambos os sexos. Justino et al. (2011) citam que em sua maioria os ofensores sexuais são do sexo masculino, ainda que estudos mais recentes apontem a existência de ofensoras do sexo feminino e discorram acerca da invisibilidade de tal prática violenta pelas mulheres (Grattagliano et al., 2012).

Nesta amostra, em 10,7% (n=31) das fichas foi registrada suspeita de ofensora sexual do sexo feminino; destas, 67,7% (n=21) foram classificadas como intrafamiliar. Embora a porcentagem de ofensoras do sexo feminino seja ainda consideravelmente inferior à do sexo masculino, 10,7% é um resultado alarmante e que salta aos olhos. No estudo de meta-análise de Cortoni et al. (2016), a prevalência de ofensoras sexuais do sexo feminino variou de 0,4% a 6,8% para os estudos com fontes e registros oficiais e de 3,1% a 24,4% nas pesquisas com dados coletados diretamente com as vítimas. Anteriormente, Grattagliano et al. (2012) apresentaram índices para as ofensoras sexuais do sexo feminino que variavam de 5% a 20%. Assim, evidencia-se que, embora dentro da faixa de prevalência citada em alguns estudos internacionais, como o de Grattagliano et al. (2012), o resultado que aponta para 10,7% das ofensas sexuais perpetradas pelo sexo feminino é superior à porcentagem indicada em Cortoni et al. (2016), pois aqui este resultado também foi colhido por meio de análise de documentos e registros oficiais – neste caso, a ficha de notificação.

Em Hassan et al. (2015) a porcentagem de ofensoras do sexo feminino foi de apenas 3,2%, embora esses autores discutam se tais taxas refletem de fato a realidade ou se refletem uma situação de subnotificação. Assim como a vitimização sexual de

vítimas do sexo masculino é envolta por muitos tabus e silêncios devido a questões relacionadas a concepções culturais e sociais de gênero, também assim ocorre com as ofensoras sexuais do sexo feminino. Às mulheres são designados papéis de cuidado, zelo e atenção, seja em contexto intrafamiliar ou extrafamiliar (Cortoni et al., 2016). Assim, em algumas situações cotidianas, “de cuidado” – tarefas de higienização como o banho, por exemplo – é esperado que exista algum contato das mulheres com partes íntimas das crianças, neste caso, os meninos. Justamente por ser um *contato previsto*, não é esperado que seja dada qualquer conotação sexual e/ou abusiva, afinal, elas estariam realizando atividades *naturais, inatas*. Além disso, os estereótipos de gênero existentes também afetam as concepções que se têm acerca da sexualidade feminina, dando a ela um lugar de menos prestígio, em comparação à sexualidade masculina e, dessa forma, negando também a possibilidade que mulheres possam assumir condutas violentas, especialmente de cunho sexual (Cortoni et al., 2016).

A presença da suspeita da mãe enquanto ofensora sexual em metade dos registros do sexo feminino corrobora a discussão de Cortoni et al. (2016) que também discutem os motivos pelos quais o segredo é componente ainda mais forte nessas situações. Nesta amostra, 57,2% das vezes em que uma mãe foi registrada como provável ofensora, estava acompanhada de outro(a) ofensor(a), sendo que em metade dessas vezes o outro ofensor era o pai ou padrasto da vítima, podendo então, ser um companheiro da mãe.

Considerando todas as mulheres ofensoras desta amostra (n=31), 54,8% das vezes elas eram as únicas prováveis ofensoras. Wijkman et al. (2010) encontraram como resultado de sua pesquisa que 63% das ofensoras sexuais cometeram o abuso juntamente com outra pessoa. Embora a análise das fichas de notificação desta amostra permita saber que 45,2% dos meninos que foram vitimizados por mulheres não as

tiveram como únicas ofensoras, não é possível inferir se a violência sexual foi praticada em coautoria, ou seja, ao mesmo tempo pela ofensora do sexo feminino e uma outra pessoa. Tal informação seria relevante, pois, de acordo com Wijkman et al. (2010), existem diferenças a serem consideradas na dinâmica e consequências do abuso a depender do tipo de ofensora sexual.

Peter (2006) discute algumas diferenciações para as ofensoras sexuais do sexo feminino, classificando-as entre *vítimas*, *loucas* e *más*. No primeiro grupo, estariam as ofensoras com histórico de vitimização sexual nas suas infâncias, apresentando elas certa predisposição. Também nesse grupo se encaixariam aquelas mulheres que praticam a ofensa sexual em companhia de seu parceiro, tendo sido coagidas e, portanto, vistas com menor responsabilidade. As *loucas* por sua vez, seriam aquelas mulheres que sofrem de alguma patologia e que atribuem a esse quadro a responsabilidade pela ação violenta. Por último, não se encaixando em nenhuma dessas categorias, às mulheres são atribuídas características de serem *malvadas*, pois mulheres que se envolvem com crimes e quebram leis não podem ser boas (Peter, 2006). Concepções engendradas como essas podem dificultar a percepção deste fenômeno de maneira relacional, pois atribui uma causalidade linear e individual à violência e desconsidera os efeitos e influências da relação ofensora – vítima.

Por outro lado, a presença de namorada/ex-namorada enquanto possíveis ofensoras também abarca uma discussão de gênero, posto que para muitos meninos a ofensa sexual não é significada desta forma ou mesmo desconsiderada como fenômeno traumatizante (Scholes et al., 2014), e sim vista como experiência que faz parte do mundo masculino, de iniciação sexual e afirmação do status viril. Diante dessa discussão sobre as questões de gênero anteriormente levantadas, é possível supor que as ofensas sexuais praticadas por mulheres são subnotificadas e o número apresentado



nesta amostra, mesmo que alarmante, pode não representar a totalidade dos casos, sendo menor do que a realidade no Distrito Federal.

### **Outras Características**

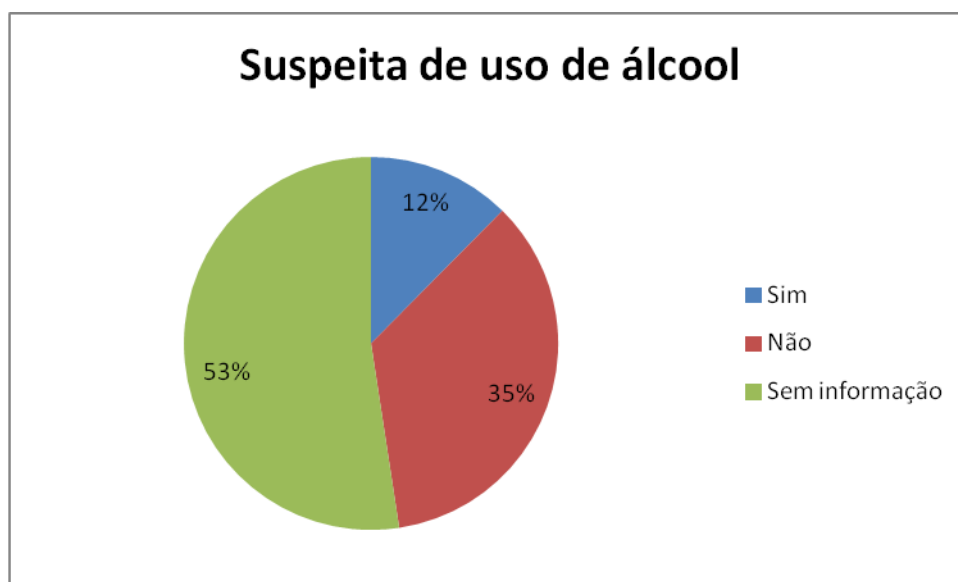
Além do vínculo/grau de parentesco do provável ofensor, bem como a quantidade de ofensores envolvidos, outro possível agravante para as consequências do abuso sexual relaciona-se ao uso de álcool pelos ofensores. Além de ser agravante das consequências pós-abuso, também é apontado como fator de risco para a ocorrência da violência. Nesta pesquisa, mais da metade das fichas de notificação não sinalizaram este fator, e para apenas 12% dos casos foi feito registro positivo do uso de álcool, tal como mostra a Figura 3. Destes 12%, pouco mais da metade (55,5%) eram ofensores intrafamiliares e o restante eram ofensores extrafamiliares ou sem informação de vínculo/grau de parentesco com a vítima.

Tal como a situação socioeconômica da vítima, a presença do uso de álcool pelo provável ofensor sexual representa um fator de risco para a ocorrência da violência sexual e um agravante para a mesma devido a questões relacionadas ao uso do álcool. Nas famílias em que há experiência de violência sexual, há grandes chances de sua caracterização incluir fatores de risco, que podem apresentar-se ainda mais forte se forem transgeracionais (Carter & McGoldrick, 1995). O uso do álcool pode estar associado a um contexto de estresse parental, de falta de comunicação entre pais e filhos, de ausência ou distanciamento afetivo e ainda isolamento social, presença de outros transtornos psiquiátricos, rompimentos, doenças e mortes (Habigzang et al., 2005). Esses são alguns fatores de risco relacionais e familiares para a ocorrência e para o agravamento de violências sexuais. Mais uma vez, a exposição de tais fatores demonstra a relevância de serem oferecidos atendimentos que incluam também os familiares das vítimas, a fim de alcançar mudanças que minimizem os fatores de risco

acima citados e ainda promovam outros fatores de proteção, como sensibilidade e apego parental (Bogaerts, Buschman, Kunst, & Winkel, 2010).

Figura 3

*Suspeita de Uso de Álcool pelo Provável Ofensor*



Dentre outros possíveis agravantes para as consequências da vitimização sexual, estão as formas de agressão praticadas pelos ofensores, apresentadas na Tabela 11. Foram registradas 167 meios de agressão, distribuídos entre 130 meninos ou 44,5% da amostra total. Ameaça e força corporal/espancamento foram os meios de agressão mais registrados, resultado que é coerente com a grande presença de violência psicológica e física nesta amostra, discutido no Capítulo III, e que também foi resultado apontado na pesquisa de Frías e Erviti (2014). Não foram registrados quais os outros meios de agressão, quando registro positivo no campo "Outro meio de agressão", embora este tenha sido o terceiro campo com mais registros positivos.

Tabela 11

*Meio de Agressão Praticado Pelo Ofensor*

Meio de agressão	Ocorrência			
	Sim		Sem informação	
	N	%	N	%
Ameaça	68	40,23669	98	33,9
Força corporal/espancamento	56	33,13609	101	34,9
Outro meio de agressão	33	19,52663	116	40
Objeto pérfuro cortante	5	2,95858	92	31,7
Arma de fogo	3	1,775148	88	30,4
Enforcamento	2	1,183432	90	31,1
Envenenamento	1	0,591716	87	30
Objeto contundente	1	0,591716	92	31,7
Substância/Objeto quente	0	0	90	31,1
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>100</b>	<b>854</b>	

No que diz respeito ao vínculo entre ofensor e vítima, em relação ao meio de agressão, a Tabela 12 aponta essa descrição. Dentre os 130 meninos que tiveram o campo “Outros meios de agressão” registrados, 46% tinham ao menos um ofensor intrafamiliar, 32,3% tinham o ofensor apenas extrafamiliar e para 20,7% dos meninos não foi registrado qual o vínculo/grau de parentesco. Tal resultado parece apontar para uma maior gravidade das experiências abusivas no contexto intrafamiliar e, além disso, também foi este grupo que apresentou maior frequência para a ocorrência de mais de um meio de agressão.

Em pesquisa internacional objetivando comparar os ofensores sexuais adolescentes e adultos, Miranda e Corcoran (2000) encontraram maior número de ofensas sexuais com uso de força entre os ofensores adolescentes e ainda maior prevalência de abusos intrafamiliares para esses ofensores. A hipótese destes autores (Miranda & Corcoran, 2000) é de que o menor uso de coerção e força por parte dos adultos pode dizer da maior autoridade que eles têm sobre as crianças, em comparação aos adolescentes. Embora não seja possível saber com exatidão as idades dos ofensores

sexuais das vítimas analisadas nesta pesquisa, é possível verificar que também aqui a maior parte das agressões “ameaça” e “força corporal/espantamento” foram perpetradas por um ofensor intrafamiliar. Omitindo-se as porcentagens das vítimas sem informação do vínculo familiar, tem-se: 51,5% de ameaças por ofensores intrafamiliares x 30,9% de ameaças por ofensores extrafamiliares; 46,4% de uso de força por ofensor intrafamiliar x 33,9% de uso de força por ofensor extrafamiliar.

Seto et al. (2015) também apontam a maior gravidade do abuso sexual ocorrendo quando a ofensa se dá em contexto intrafamiliar, pois esses ofensores são pessoas próximas, que possuem vínculo afetivo com a vítima e, por conseguinte, a relação acaba se tornando ambígua. Ao passo que o ofensor usa da ameaça para violentar a vítima, também pode manter comportamentos de cuidado e proteção. A existência de ambiguidade na relação entre vítima e ofensor é outro fator que endossa a manutenção do segredo no contexto de violência sexual (Easton et al., 2013). A vítima receia que sua revelação gere mudanças e consequências para seu núcleo familiar, sentindo-se por vezes com vergonha e culpada da violência (Hohendorff et al., 2014b), optando por se calar.

Tabela 12

*Relação entre Ofensor e Vítima de acordo com a Quantidade de Meios de Agressão*

Quantidade de meios de agressão	Vínculo/Grau de parentesco com a vítima			
	Intrafamiliar	Extrafamiliar	Intra e Extrafamiliar	Sem informação
Um	44	35	2	18
Dois	8	4	0	9
Três	6	3	0	0
Total	58	42	2	27

A caracterização do ofensor sexual de vítimas do sexo masculino é um processo difícil e que não é descrito de forma linear e objetiva pela literatura. Há uma grande

diversidade que, por sua vez, é explicada pela forma como são conduzidos os estudos e analisados os resultados, mas também pela real diversidade encontrada entre os ofensores sexuais. Mesmo diante de tamanha diversidade, é fundamental que sejam pensadas formas de intervenção e tratamento que incluam também os ofensores (Justino et al., 2011). Especialmente considerando que a maioria dos ofensores sexuais de meninos são pessoas do contexto intrafamiliar, é possível que eles tenham maior possibilidade de manutenção de contato com a vítima. Assim, mesmo após o abuso, o atendimento voltado aos ofensores deve ser visto como fator imprescindível para a interrupção do ciclo de violência (Santos & Ippolito, 2014).

Os benefícios das intervenções e atendimentos para os ofensores são ressaltados por Justino et al. (2011) e Santos e Ippolito (2014) que também salientam a importância de serem oferecidos atendimentos específicos a depender das características desses ofensores para, assim, também diminuir as chances de reincidência. Uma das importantes características a se levar em consideração é a faixa etária do ofensor sexual: se for adolescente, deve-se levar em conta o momento de desenvolvimento que eles se encontram, além de suas dinâmicas familiares e, como consequência, os papéis familiares que estão desempenhando. Nesses casos, faz-se necessário também ampliar a intervenção para os familiares, pois são eles os responsáveis pelo estabelecimento e a quebra de fronteiras, limites e expectativas no desempenho das atividades domésticas e de cuidado das crianças (Minuchin et al., 2009).

Sem a provocação de reflexões e mudanças no ambiente doméstico, é possível que também os resultados das reflexões com os adolescentes ofensores não sejam fortes o suficiente para interrupção da violência. Considera-se importante o estímulo aos familiares também porque, conforme discutido por Said, Junqueira, e Costa (2016), à ofensa sexual praticada por adolescentes em contexto intrafamiliar também pode ser

dado um significado de *pedido de ajuda*, ou seja, uma maneira encontrada por eles para prescindir do papel de cuidadores das crianças e retornar aos seus papéis de adolescentes (Changnon, 2012).

Em relação às ofensoras do sexo feminino, o atendimento oferecido a elas deve enfocar questões de gênero, mas também deve ser dirigido aos familiares. Por ser a família um dos principais locais responsáveis pela socialização das crianças e adolescentes (Minuchin et al., 2009), considera-se que as discussões, reflexões e quebras de paradigmas sobre a criação, o desenvolvimento biopsicossocial e sexual das crianças e adolescentes sejam também direcionados aos importantes influenciadores de condutas e pensamentos destes: os pais e responsáveis.

Ainda que seja aqui defendida a necessidade de oferecimento de atendimentos que incluam também os ofensores e as famílias, de acordo com suas especificidades, considera-se relevante apontar algumas dificuldades para o oferecimento de tal proposta. Uma delas diz respeito à escassez de recursos por parte dos profissionais e dos serviços em que eles atuam. Tal escassez refere-se a recursos físicos e materiais, que muitas vezes não dão suporte suficiente às demandas apresentadas, com ausência de salas adequadas, de materiais lúdicos para o público infantojuvenil, mas também se refere à escassez de recursos profissionais e técnicos. Faltam capacitações e investimentos do Estado que tenham como objetivo aumentar o conhecimento dos profissionais para o fenômeno do abuso sexual, com toda a complexidade a que ele é inerente. Falta ainda uma mudança na concepção dos profissionais – gestores ou que atendem na ponta, em contato direto com as vítimas, familiares e ofensores – acerca da importância do compartilhamento das informações entre os pares, por meio de supervisões ou intervisões. Tais recursos são fundamentais não apenas para a melhor condução dos atendimentos oferecidos, como também são fatores de proteção para a

saúde dos trabalhadores que diariamente lidam com questões delicadas e de difícil resolução.

A própria especificidade do tema abuso sexual já é fator dificultador para o oferecimento de atendimentos. A escassez de conhecimento específico sobre as vítimas do sexo masculino dificulta a forma como os profissionais lidam com esses meninos, pois, mesmo com o avanço de discussões a respeito de aspectos de gênero em nossa sociedade, cidadãos comuns e mesmo os profissionais que atendem crianças e adolescentes tendem a minimizar a ocorrência e as consequências da vitimização sexual contra vítimas do sexo masculino (Mathews, Bromfield, Walsh, Cheng, & Norman, 2017). Da mesma maneira, a defesa de que os atendimentos sejam também dirigidos aos ofensores e aos familiares vem sendo discutida recentemente (Morrill, 2014; Hohendorff et al., 2015a), contudo, ainda não é amplamente aceita na realidade cotidiana dos serviços públicos de atendimento.

Já no momento da descoberta ou revelação do abuso sexual a família inicia um processo de crise e as consequências decorrentes da descoberta ou revelação podem trazer mudanças na rotina familiar e prejuízos em diversas áreas. Por isso, Hohendorff et al. (2015a) enfatizam a necessidade dos familiares poderem contar com o apoio de suas rede social e afetiva e os serviços e profissionais de atendimento fazem parte destas redes. No entanto, a inclusão destes outros atores, familiares e ofensores, ocasionalmente onera o sistema público, com a necessidade de mais atendimentos e horas gastas para *um único caso*. Mesmo assim, defende-se aqui, como exposto por Morrill (2014), que a melhor forma de prevenir futuras situações abusivas é oferecer treino de responsabilidades parentais aos pais e que é por meio de mudanças sistêmicas que o fenômeno abuso sexual poderá caminhar para sua interrupção (Nichols & Schwartz, 2007).

É verdade que benefícios são descritos pela literatura (Hohendorff et al.,2015b) para intervenções e atendimentos com abordagens, individuais ou em grupo, mas que são direcionadas exclusivamente às vítimas. Os ganhos de tais abordagens são reais, muito embora a compreensão sistêmica compreenda que um fenômeno complexo, tal como o abuso sexual, não deva ser visto de forma linear e por isso confere a uma abordagem sistêmica maiores benefícios e ganhos. Compreender os sujeitos, nestes casos as vítimas, em suas relações e interações com seus familiares, possíveis ofensores e ainda com outros sistemas em que se inserem, pode sim acarretar alguns desafios nas rotinas de atendimento. Tais desafios não devem ser suficientes para impedir o oferecimento de um olhar e de uma atenção mais ampla, mas sim servirem de combustível para o oferecimento de bons atendimentos.



## Capítulo V

### Dinâmicas Familiares de Meninos Vítimas de Abuso Sexual

Este capítulo fechará a sessão de resultados desta dissertação, com a apresentação dos resultados qualitativos coletados e analisados nesta pesquisa. Serão descritas as dinâmicas familiares de três meninos atendidos em serviço público de saúde no Distrito Federal, abarcando então o segundo objetivo específico deste trabalho. A apresentação de resultados com viés qualitativo, em seguida à apresentação de resultados quantitativos, almeja fornecer um quadro mais global da situação dos meninos vitimizados sexualmente no Distrito Federal e completar a discussão sistêmica do fenômeno, iniciado com a caracterização das vítimas e dos ofensores sexuais.

Um primeiro ponto de destaque para compreensão da dinâmica familiar destes meninos refere-se às características e estruturas de seus núcleos familiares, pois esses desempenham papel fundamental na dinâmica da violência, não apenas como partícipe, mas porque podem representar fatores de risco ou de proteção para as crianças e adolescentes (Minuchin et al., 2009). Um importante papel que a família pode desempenhar como fator de proteção, refere-se à atenção que devem ter sobre possíveis sinais e sintomas de alerta de situações violentas e abusivas.

Além da família, a escola também é um dos locais privilegiados para a detecção dos sintomas decorrentes da vitimização sexual, pois são nesses dois ambientes que as crianças e adolescentes passam grande parte do dia. Nos casos discutidos nesta pesquisa, a família (casos 1 e 2), representada principalmente pela figura materna, e a escola (caso 3) foram as instituições que apresentaram queixas e suspeitas da situação sexualmente abusiva.

Em contrapartida, enquanto fator de risco, ressalta-se que a existência de conflitos entre os membros da família não só vitimiza os meninos de maneira indireta,

enquanto testemunhas, mas também pode desviar a percepção dos responsáveis de que as crianças estejam sendo violentadas (Veenema, Thorton, & Corley, 2015). Quando a atenção da díade pai-e-mãe fica mais orientada para o desempenho dos papéis conjugais e não parentais (Minuchin, 1990), especialmente em situações conflituosas, aumentam-se as chances dos filhos ficarem desamparados, não receberem orientações adequadas, tornando-se, assim, mais vulneráveis a situações de violências, intra ou extrafamiliar.

Por desempenhar um papel ímpar na constituição dos sujeitos, os núcleos familiares carecem de atenção, investimento e também tratamento. Para além de suas características e fatores de risco e de proteção, cabe lembrar que cada núcleo familiar se insere em sistemas sociais mais amplos e que a influência entre esses sistemas é mútua. Sendo assim, e com base nas informações contidas nos prontuários dos três casos analisados nesta pesquisa, um primeiro tema a ser discutido é o dos *estigmas* e *preconceitos* que, por sua vez, refletem a cultura e o meio social cujas famílias brasileiras, como as estudadas aqui, se inserem.

### **Estigmas e Preconceitos**

Crenças e estereótipos de gênero, que relacionam a masculinidade a concepções de força, coragem e virilidade, marcam o desenvolvimento dos meninos e influenciam a reação – deles próprios, de suas famílias e da sociedade como um todo – diante da ocorrência de uma violência sexual. O medo de se tornarem homossexuais (Baía et al., 2015) após o abuso sexual mostra-se presente, por exemplo, na fala da mãe de Caio (caso 2). Também a mãe de Douglas manifestou receio do futuro do filho, diante dos comportamentos sexualizados apresentados por ele (caso 3).

A existência de preconceito é outro importante dificultador para a revelação das situações abusivas (Oliveira et al., 2014), pois muitas vezes sua existência fica à frente da experiência violenta em si, contribuindo de maneira negativa para a interrupção e

adoção de medidas de intervenção e tratamento necessárias. Em estudo com 460 homens com histórico de abuso sexual na infância, Easton et al. (2013) fizeram um levantamento das principais barreiras para a revelação da situação abusiva e em seus resultados encontraram que os homens adiaram a revelação motivados pelo medo de tornarem-se homossexuais e de virarem abusadores sexuais posteriormente. No caso 2, a adoção de medidas de proteção rígidas por parte da mãe exemplifica esse receio, pois há uma crença de que, fechando o ciclo de convivência de Caio, a mãe possa controlar as influências externas que seu filho recebe para sua socialização e desenvolvimento sexual. Estes são aspectos descritos por Hohendorff et al. (2015a) a respeito das repercussões da violência: mudança de rotina com restrição e isolamento da vítima e dos familiares.

Outra repercussão também trazida por Hohendorff et al. (2015a) é a da hiperssexualização do menino vitimizado sexualmente. A existência de comportamentos sexualizados na tenra infância, como acontece com Douglas, no caso 3, diz da sua experiência prévia de vitimização sexual: a reprodução como repetição do que houve anteriormente. Além disso, também a sua mãe demonstrou receio em relação à sua sexualidade, pois Douglas reproduzia jogos sexuais com o primo, também menino. Para os três casos analisados, pode-se dizer que tal receio recaiu apenas sobre as genitoras, pois, com as idades de seis anos há época em que o abuso foi iniciado, não houve qualquer registro nos prontuários de receios ou questionamentos por parte das vítimas em relação a sua própria identidade de gênero. Se essa não parece ser uma consequência para os meninos vitimizados nessa idade, fortalece a ideia de que as intervenções devem se dar tão logo o abuso seja descoberto, evitando, assim, que esse sintoma apareça nos meninos, quando mais velhos, ou permaneçam nos adultos ao longo do tempo.

Os estigmas em torno da masculinidade são marcantes em nossa sociedade e muitas vezes justificam também a demora na revelação ou o silêncio das vítimas. Quando as vítimas são do sexo masculino, como são os casos deste trabalho, os meninos tendem a tomar atitudes socialmente esperadas do que vem a compor o mundo masculino (Hohendorff et al., 2015a) e não faz parte desse rol comportamentos de fragilidade, medo, insegurança e dependência. A existência de tais crenças deve ser continuamente abordada nas famílias, uma vez que os familiares são os membros mais próximos, capazes de intervir adequadamente nas percepções que cada menino tem de si mesmo.

Por isso, considera-se fundamental o planejamento de ações que incluam e privilegiem também os membros das famílias. Essas ações devem abarcar não apenas os atendimentos *pós-violências*, mas também ações preventivas. Tal como exposto anteriormente no Capítulo III, destino à caracterização dos meninos, por serem as vítimas do sexo masculino mais comumente concentradas em faixas etárias mais novas, deve-se iniciar as propostas interventivas e preventivas com os membros familiares mais velhos, orientando-os e acolhendo-os em suas necessidades. Também por serem os membros da família os principais ofensores sexuais (violência intrafamiliar), outro tema de discussão relevante diz respeito ao parentesco e familiaridade dos autores da ofensa sexual com as vítimas.

### **Parentesco e Familiaridade dos Autores da Ofensa**

Nos três casos apresentados os ofensores sexuais eram do sexo masculino e adolescentes, ou jovens adultos, que mantinham vínculos próximos com a família da vítima. Em um caso o parentesco era consanguíneo – primo no caso 2 – mas nos outros dois casos eram adolescentes conhecidos, por quem as famílias das vítimas mantinham laços de confiança e afeto. No caso 1 eram dois adolescentes, filhos da cuidadora de

Arthur, e no caso 3 era um adolescente filho de casal amigo da família de Douglas. Nos três casos a rede que parecia desempenhar um papel de suporte e cuidado para as famílias acabou por se tornar uma rede de agressão. Este dado corrobora o resultado encontrado na parte quantitativa deste trabalho, com o maior percentual (55%) dos abusos sexuais sendo praticados por adolescentes.

O resultado, nesta parte qualitativa, que aponta a totalidade dos ofensores sexuais estarem em período psicosssexual ainda em desenvolvimento pode dizer de uma falha educativa e comunicacional dos adultos perante esses jovens. Defendem Pincolini e Hutz (2014) que esses adolescentes não devem ser apenas criminalizados, mas também devem ser vistos como “vítimas de uma infância sem proteção” (p.303) e que se aproveitam da disponibilidade das crianças, de sua autoridade e diferença de idade perante elas para sanar seus interesses e curiosidades sexuais. Também é preciso destacar os papéis que tais adolescentes acabam por ocupar em suas famílias e ainda a relação de tais ofensores com as vítimas e seus familiares. Embora apenas no caso 2 o vínculo tenha sido consanguíneo, é possível considerar que eram todos casos de abuso sexual intrafamiliar, uma vez que todos eram figuras conhecidas, de confiança e convívio frequente.

A caracterização do abuso como intrafamiliar é um dos pontos que torna o fenômeno mais complexo e com consequências mais difíceis de serem acessadas e tratadas (Murray et al., 2014), pois envolve uma confusão e ambiguidade relacional para as vítimas. Os ofensores, nestes casos, são pessoas por quem os meninos mantinham afeto e tinham contatos regulares com componentes também saudáveis e possivelmente de proteção: brincadeiras, cuidados de higiene, recebimento de presentes, etc. A confusão relacional das vítimas vem justamente da presença, ao mesmo tempo, de

comportamentos saudáveis e protetivos e de condutas inadequadas e violentas por parte dos ofensores.

Nos dois primeiros casos, as famílias foram as responsáveis por identificar sinais e sintomas de uma possível violência sexual contra seus filhos. Hohendorff et al. (2015a) diferenciam dois tipos de revelação de abuso sexual: a intencional, quando o relato vem da própria vítima, e a acidental, quando algum evento traz à tona a violência. No caso 1, a revelação da situação abusiva foi intencional e dirigida ao pai de Arthur e no caso 2 a revelação foi acidental, pois a mãe descobriu a violência quando investigou as redes sociais do filho, após desconfiar da existência de algum problema diante dos comportamentos apresentados por Caio.

O processo de revelação de situações de violência contra crianças e adolescentes é algo difícil, que pode levar anos para acontecer e que se dá especialmente se há uma relação de confiança e proximidade entre a vítima e a quem se revela (Scrandis & Watt, 2014). O intervalo de tempo entre a ocorrência da violência e sua revelação, no caso 1, foi relativamente curto, com ambos os episódios ocorrendo no mesmo ano. Arthur dirigiu sua fala ao pai e não à sua mãe, que de fato reagiu de forma mais hostil, o que pode explicar a escolha e afinidade do filho com seu pai. A hostilidade da mãe, por sua vez, pode ser respaldada pela sua própria vivência de abuso sexual na infância. A transgeracionalidade (Carter & McGoldrick, 1995) marcada neste caso coloca a mãe numa posição de desproteção em relação a seu filho, pois, enquanto vítima que já foi, tem dificuldades de perceber a vitimização que ocorria com Arthur. Por isso também nutria sentimentos de culpa e raiva de forma mais exacerbada que seu esposo.

A proximidade e consanguinidade do agressor no caso 2, bem como o intervalo maior de duração das situações abusivas, podem ter contribuído significativamente para justificar a não revelação do abuso por Caio, pois esses são fatores expostos pela

literatura que justificam o adiamento da revelação por parte da vítima (Katz & Barnet, 2014). Nesses casos, como defendido por Hohendorff et al. (2015a), o papel da mãe é central, pois é a partir de sua desconfiança inicial que ela passa a prestar atenção a situações diversas e tomar posturas de caráter investigativo, como ocorreu no caso 2, em que a mãe foi buscar conversas *online* do filho com o primo e em seguida tomou todas as providências legais de denúncia.

Já no caso 3, a dinâmica familiar é marcada por uma confusão no exercício dos papéis, com os avós exercendo significativa autoridade, até mesmo mais do que a própria mãe de Douglas. Outro exemplo de que neste caso os papéis parentais estão desviados é a forma com que o menino chama a sua avó, “mãezinha”. A mãe de Douglas engravidou na adolescência e criou seu filho na presença e sob supervisão de seus pais, uma vez que o pai biológico de Douglas nunca nutriu contato com o filho. No prontuário, os relatos das profissionais de que a Sra. Estela “não saiu do papel de filha e tem dificuldades na diferenciação” demonstram como é frágil o exercício parental dessa mulher.

A diferenciação é um conceito presente na teoria de Murray Bowen (1991) que diz da capacidade dos indivíduos de se tornarem autônomos e independentes em relação a sua família. Quanto mais diferenciado, mais maduro é o indivíduo que também acaba vivenciando menos conflitos relacionais. Ao entender que a Sra. Estela não conseguiu se diferenciar completamente de seus pais, é possível atribuir a ela dificuldades no exercício da maternidade, prejudicando, assim, a correta imposição de limites e de autoridade em relação ao filho Douglas. Ela não possui renda própria, reside com seus pais, mesmo após segunda união conjugal e com uma segunda filha, e ainda são eles os responsáveis por aspectos importantes de sua vida, como a criação de Douglas, seu primogênito.

Outro aspecto relevante na análise da dinâmica familiar destes casos é a presença de conflitos e violências entre os outros membros da família, pois enquanto eles próprios estão passando por situações que os colocam nos papéis de vítimas e ofensores, brigando entre si, os familiares deixam de perceber os sinais e sintomas das crianças e adolescentes vitimizados. No caso 3, mesmo com sintomas e queixas de mau comportamento de Douglas advindas da escola, a revelação do abuso só ocorreu quando a mãe presenciou o filho reproduzindo a situação com o primo. Foi preciso um sinalizador explícito para que a família de Douglas tomasse as medidas necessárias de proteção. Mesmo assim, relatam que ainda há algum contato entre o garoto e seu ofensor sexual, o que demonstra a permanência de um fator de risco para este menino. Alguns fatores de risco para a ocorrência de violência sexual nesse núcleo familiar, também citados na literatura (Costa et al., 2015) são: o fato de Douglas não ter conhecido seu pai biológico, os comuns desentendimentos entre a Sra. Estela e seu companheiro, bem como situações de violência física e verbal entre outros familiares, em que Douglas esteve presente.

Uma das consequências possíveis em casos de abuso sexual, especialmente intrafamiliares, como os deste estudo, é a mudança na rotina e na dinâmica familiar após a revelação da situação violenta. No caso 2, Caio foi cerceado por sua mãe em relação às suas práticas de lazer e no caso 3 Douglas interrompeu quase que absolutamente os contatos com o adolescente com quem brincava, também dando fim aos ganhos secundários de brinquedos e carrinhos que recebia do ofensor. Baía et al. (2015) citam ainda os componentes *negação* e *retratação* que, embora não presentes nos casos discutidos neste trabalho, muitas vezes ocorrem pelo receio das mudanças familiares advindas da revelação. Tais mudanças explicam o medo que os meninos têm em revelar



a violência, pois a partir dela podem vir consequências adversas para a própria vítima e também para seus familiares (Baía et al., 2015).

### **Encaminhamentos e Intervenções Pós-Abuso**

Nos três casos citados neste trabalho os meninos passaram por diversas instituições, tendo, inclusive que passar por exames no IML, fatores que podem ser considerados adversos. De toda forma, pôde-se perceber que nas três famílias foram ativados os circuitos de proteção para as vítimas e responsabilização para os ofensores: delegacias, IML e serviço de atendimento em saúde, onde participaram do Grupo Multifamiliar. Os Conselhos Tutelares foram as instituições que realizaram os encaminhamentos à instituição de saúde, corroborando o dado da parte quantitativa que mostra que essa foi a instituição mais acionada nos casos de violência sexual contra meninos vitimizados sexualmente no Distrito Federal.

Em relação ao registro das fichas de notificação, nos três casos analisados isso foi feito, embora apenas nos casos 1 e 3 tenha sido a própria instituição de atendimento a fazer seu registro, pois no caso 2 a notificação já havia sido realizada por outra profissional do posto de saúde em que Caio recebeu atendimento profilático. De toda forma, por terem sido os três meninos atendidos nos últimos três anos, este parece ser um dado que vai ao encontro da hipótese levantada na parte quantitativa, com aumento do número de registros de fichas de notificação em anos mais recentes.

Outro resultado encontrado nos três casos desta amostra é o que aponta a gravidade dos abusos para as vítimas do sexo masculino, conforme também indicam Hershkowitz (2014) e Scrandis e Watt (2014). Nos três casos deste estudo há relatos da presença de penetração anal e de ameaças ou coerção para com os meninos, resultados também encontrados com alta frequência no primeiro capítulo quantitativo desta dissertação.

Considerando ainda que ameaças poderiam ser consideradas violências psicológicas, esses meninos estariam diante de um cenário de polivitimização (Finkelhor et al., 2007), ou seja, de serem vítimas de mais de um tipo de violência ao mesmo tempo. No caso 3, somadas as agressões físicas que sofria, há registros de que Douglas também presenciava agressões entre os membros de sua família. Este fenômeno da polivitimização, concomitante com a gravidade do que significa ter vivenciado penetração anal, prevê consequências e sintomas mais graves a essas vítimas do sexo masculino. Além das polivitimizações e da presença de penetração anal, os três meninos analisados nestes estudos de casos sofreram revitimizações sexuais, pois há registros de que houve mais de um episódio de abuso sexual nos casos 1 e 3, e no caso 2 a mãe também levantou suspeita de repetições.

No que diz respeito aos atendimentos realizados com as três famílias, salienta-se que a participação de outros membros familiares nos Grupos Multifamiliares possibilitou que a equipe tivesse um olhar expandido, com o foco ampliado, abarcando não só as vítimas, como também seus familiares e, assim, também a dinâmica do abuso sexual (Costa et al., 2015). Dessa forma, foi possível investir nos tratamentos direcionados às consequências e repercussões pós-abuso exclusivamente relacionadas às vítimas (medo, agressividade, problemas de socialização, dificuldades escolares), mas também àqueles relacionados aos seus familiares e que acabam repercutindo na dinâmica familiar de uma forma geral (culpa dos genitores, não colocação de limites ou rigidez no exercício dos papéis parentais, etc).

No caso 1, por exemplo, foi possível intervir nas dificuldades familiares relacionadas ao correto desempenho dos papéis e na delimitação de fronteiras (Minuchin, 1990). Inicialmente os pais de Arthur desempenhavam a autoridade parental de forma inadequada, pois não conseguiam impor limites ao filho, o que também

acabava por prejudicar a manutenção de fronteiras claras entre o subsistema conjugal e o filial. Arthur muitas vezes saía de sua cama à noite, com medo, e “obrigava” os pais a saírem de sua cama para dormirem em colchões próximos ao garoto, enquanto ele permanecia na cama do casal. Ao final do grupo, foi possível perceber que Arthur conseguiu introduzir em seu repertório comportamental novas estratégias de pedir ajuda em situações potencialmente aversivas e que os pais avançaram na adequada delimitação das fronteiras familiares e no desempenho de seus papéis parentais, impondo limites com afeto e amor (Minuchin, 1990).

Já no caso 2, durante o Grupo Multifamiliar, foi possível intervir na ressignificação da situação abusiva com Caio, com registros de que o garoto saiu mais leve ao término das intervenções, e também diretamente nas crenças e receios de sua genitora. Com a Sra. Estela, foram desmistificados os mitos em relação à sexualidade de Caio e também foi trabalhada sua adequada colocação de limites e fronteiras. Por estar com suas atividades cerceadas, com pouco contato com seus pares, há relatos de que Caio passou a quebrar várias regras em sua escola. Uma compreensão sistêmica possibilita analisar esse comportamento não apenas como um possível sintoma da vítima, pós-abuso sexual, mas também de forma mais ampla, compreendendo que a escola acabou configurando-se, para Caio, como um dos únicos espaços que poderia desempenhar seu papel de adolescente (Minuchin, 1990). Tais “desvios” poderiam ser ainda compreendidos enquanto *acting outs* (Marty, 2012), uma forma de Caio chamar a atenção e reivindicar para a família o retorno ao seu papel de adolescente (Said et al., 2016).

Considera-se que o alcance dos resultados das intervenções no caso 3, a partir dos registros do prontuário de Douglas, foi parcimonioso. A vítima mostrou-se hostil às diversas tentativas de aproximação por parte das profissionais e de ressignificação da

situação abusiva. Também a mãe do garoto apresentou dificuldade no desenvolvimento de seu papel parental, pois diversas ações em relação ao filho eram de responsabilidade dos pais dela. Percebe-se que há um emaranhamento nas relações familiares desse núcleo (Minuchin, 1990), indo além da família de origem de Douglas e incluindo também seus avós. A existência de outros atores na composição desse quadro pode ser um dos fatores a complexificar o atendimento profissional. A não participação dos avós de Douglas no Grupo Multifamiliar pode ter se dado pela impossibilidade dos mesmos de comparecerem aos encontros ou ainda pode ter sido uma forma deliberada dos profissionais de atendimento, para que à mãe do menino pudesse ser oferecida oportunidade de fortalecer seu papel parental. No entanto, conforme preceitos de um olhar sistêmico (Minuchin et al., 2009) e de transmissão multigeracional (Carter & McGoldrick, 1995), os profissionais optaram por realizar uma visita domiciliar ao fim do Grupo Multifamiliar, pois também devem ter considerado que as ações deveriam alcançar os avós de Douglas. Há registro em seu prontuário de que foi agendada e realizada tal visita, embora não tenha havido registro do relato da visita, apontando uma falha significativa no prontuário e, por conseguinte, dificultando o acesso ao conhecimento das repercussões de tal visita.

Especialmente nos casos intrafamiliares, como os acima discutidos, é fundamental que toda a família esteja implicada nos mecanismos de proteção às vítimas. Sendo os ofensores destes casos ainda adolescentes, também a eles é reservado o direito à proteção integral (Brasil, 1990), podendo ser exercida por meio da atenção e dos atendimentos psicossociais na rede social, embora nos casos aqui discutidos, os adolescentes ofensores não tenham participado do Grupo Multifamiliar juntamente com a vítima e sua família nuclear.

Além das intervenções profissionais, ressalta-se a necessidade de que as próprias famílias atuem como mecanismos de proteção. Podem novamente os serviços e profissionais que trabalham nas áreas psicossociais instruírem os adultos e responsáveis, mas cabe a eles orientar com respeito à educação sexual e supervisionar adequadamente as crianças e adolescentes de seus lares. A vizinhança, por sua vez, também pode exercer papel protetivo ao oferecer suporte, embora Spilsbury e Korbin (2013) enfatizem que a *percepção* que as pessoas têm de sua rede social como sendo de apoio é mais importante do que as características da rede em si. Em contrapartida, ocorrendo situações em que há prejuízos e desapontamentos, como os casos aqui discutidos, a rede pode se tornar fonte de ressentimento e acabar agregando valor negativo, pois, como visto no caso 2, a mãe de Caio isolou seu filho de sua rede social, pois acreditava que em contato com ela, o filho estaria em risco novamente.

Diante do contexto aqui apresentado, percebe-se a dimensão que as famílias têm nas situações de abuso sexual. Podem os membros das famílias representar fatores de risco ou de proteção, devendo, portanto, estar presentes nas avaliações que os profissionais dos serviços de atendimento fazem das situações abusivas, mas também devendo a eles ser oferecidas oportunidades de atendimento e ressignificação. Assim, trabalhando a família e seus subsistemas (Nichols & Schwartz, 2007), acredita-se que as chances de sucesso nos atendimentos são maiores.

## Capítulo VI

### Considerações Finais

A realização de pesquisas sobre o abuso sexual contra vítimas do sexo masculino é de importância ímpar e precisa ganhar maior robustez. É um fenômeno real, muitas vezes subnotificado e que traz consequências a curto, médio e longo prazo (Katz & Barnett, 2014) para as vítimas do sexo masculino, seus familiares e ainda para as pessoas por quem eles mantêm e/ou manterão relações. Realizar pesquisas sobre essa temática implica em um processo longo que se inicia com a investigação e compreensão do fenômeno, para então pensar e planejar formas de intervenção e atendimento que poderão trazer, por sua vez, melhora ou diminuição nas consequências das violências. Em longo prazo, poderão ainda significar uma diminuição, se não interrupção, de padrões de comportamentos relacionais que são favorecedores da perpetração de violências com um viés de gênero.

Assim, um primeiro ponto forte desta pesquisa relaciona-se com o seu objetivo principal: o conhecimento acerca das vítimas do sexo masculino no contexto do Distrito Federal. Embora se compreenda que os resultados aqui apresentados dizem respeito à realidade local nos anos investigados, também se considera ser este um primeiro passo para a ampliação de estudos sobre a vitimização sexual do sexo masculino. Além do caráter inédito desta pesquisa, chama-se a atenção para os resultados encontrados, caracterizando o menino vitimizado sexualmente, seus ofensores e familiares.

Embora, de forma geral, pais e padrastos sejam apontados como os principais ofensores sexuais de crianças e adolescentes, a maior frequência de ofensores sexuais não adultos (55%) na amostra aqui estudada é um dado relevante e pode apontar para uma tendência das ofensas sexuais contra vítimas do sexo masculino. Outro resultado desta pesquisa que chama a atenção e difere de outros estudos (Cortoni et al., 2016;

Grattagliano et al., 2012) é a porcentagem de ofensoras do sexo feminino de 10,6%. Ainda não é possível fazer inferências sobre as razões que justificam tal resultado, pois as pesquisas e a compreensão das ofensoras do sexo feminino também são incipientes, mas encontrar, neste estudo, uma porcentagem superior a outras pesquisas é expressivo e levanta algumas possibilidades: a frequência das ofensoras sexuais do sexo feminino está de fato se elevando ou já existiam como agora, com a diferença que não eram notificadas e conhecidas? O tipo de coleta de dados pode interferir no alcance do conhecimento desta informação? Este resultado reflete novamente erros de preenchimento das fichas de notificação no Distrito Federal? O caminho para acessar as respostas a essas perguntas e tornar o fenômeno um pouco mais claro é por meio da realização de mais pesquisas sobre as ofensoras sexuais do sexo feminino ou ainda considerá-las como possíveis ofensoras e discutir as implicações disso, mesmo nos estudos que não as abordem diretamente.

A escolha de instrumentos oficiais – a ficha de notificação distribuída pelo Ministério da Saúde e os prontuários de instituição pública de saúde – foi proposital e teve como objetivo compreender o fenômeno a partir da realidade que se tem de fato. Sabe-se que a coleta e a análise documental apresentam limitações no que diz respeito à completude e a confiabilidade das informações registradas (Flick, 2009), mesmo assim, optou-se por trabalhar com estes instrumentos para que também pudessem ser feitas críticas e reflexões sobre os mesmos.

Embora a existência de uma ficha de notificação padronizada para todo território nacional, bem como sua obrigatoriedade de preenchimento, devam ser vistos como avanços significativos nas políticas públicas nacionais (Deslandes et al., 2011), esta pesquisa apontou a presença de diversas falhas em seu preenchimento. Tais falhas mostraram não apenas a ausência de informações importantes (muitos campos em

branco ou com marcação de “ignorado”), como também erros de preenchimento (por exemplo, em relação à idade e em alguns campos trazendo informações opostas, como para o caso do “Número de ofensores”). Esse cenário dificulta a utilização e a confiabilidade destes instrumentos, o que é grave, tendo em vista que são documentos oficiais.

Mesmo assim, apesar das possíveis limitações da utilização das fichas de notificação e de prontuários, é preciso salientar as vantagens no emprego de um viés metodológico misto. Sendo o abuso sexual de meninos um tema ainda estudado de forma exploratória, é necessário associar estudos de prevalência a estudos que abarquem questões mais detalhadas. Neste trabalho, foi possível apresentar resultados mais gerais e de prevalência juntamente com exemplos mais completos e, assim, dialogar com os métodos quantitativo e qualitativo. Considerando ainda as dificuldades no processo notificador brasileiro, referidas anteriormente neste trabalho, considera-se que os resultados apresentados são significativos e representam importante recorte da situação dos meninos vítimas de violência sexual na capital do Brasil tendo em vista que este trabalho analisou 100% dos registros oficiais disponíveis, no Distrito Federal, ao longo de dois anos consecutivos.

Especificamente em relação aos resultados apresentados nesta pesquisa, considera-se que os objetivos propostos foram alcançados, mesmo diante das limitações metodológicas acima citadas. Foi possível fazer um levantamento geral do cenário das vítimas de abuso sexual do sexo masculino com menos de 18 anos no Distrito Federal (Capítulos III e IV) e ainda exemplificar e ressaltar alguns pontos importantes, especialmente sobre suas dinâmicas familiares (Capítulo V).

Mesmo nos diversos trabalhos internacionais (Scrandis & Watt, 2014; Valente, 2005), não há textos que discutam paralelamente o abuso sexual de meninos com suas



dinâmicas familiares. Alguns poucos estudos chamam a atenção para a figura do ofensor sexual e de sua proximidade com as vítimas e seus familiares. Em Pincolini e Hutz (2014), por exemplo, foram feitas comparações entre os ofensores sexuais adolescentes e adultos e discutida a invisibilidade a que aqueles ofensores estão sujeitos.

A difusão de responsabilidades atingindo outros atores e esferas que não exclusivamente a familiar, como as instituições públicas de prestação de serviços e atendimentos, os profissionais que ali trabalham e os profissionais de gestão foi outro aspecto que se tentou enfatizar nesta pesquisa. Primeiramente, a presença de informações também referentes ao possível ofensor sexual e aos familiares da vítima de abuso sexual do sexo masculino traz a defesa de que as intervenções e atendimentos sejam também direcionados a estes outros atores, especialmente nos casos de abuso sexual intrafamiliar (Pincolini & Hutz, 2014). A abordagem sistêmica (Minuchin et al., 2009) garante este olhar abrangente, complexo e relacional. Além de ser coerente teoricamente com o fenômeno abuso sexual, é também pertinente no contexto de atendimento de saúde que se tem nacionalmente, em que, o grande número de demanda justifica a escolha grupal, em detrimento da individual. Nos três casos estudados nesta pesquisa, os atendimentos foram grupais e, ao mesmo tempo, também direcionados aos familiares das vítimas (Costa et al., 2009).

Em relação aos profissionais que lidam com essa temática, ressalta-se a necessidade de valorização e capacitação contínua, pois eles são figuras centrais no circuito da violência: seja inicialmente, com o recebimento de denúncias e revelações de situações abusivas, seja também durante o oferecimento de atendimentos de qualidade às vítimas, ofensores e familiares e ainda porque são os profissionais os responsáveis pelo preenchimento de registros e documentos oficiais. O melhor desempenho dessas funções deve ser visto enquanto um *continuum*, pois desde a graduação devem ser

oferecidas ferramentas, teóricas e práticas, que favoreçam a existência de um olhar sistêmico e complexo diante de situações violentas (Hohendorff et al., 2015b). Além da graduação, no exercício prático e cotidiano devem ser oferecidos recursos para que os profissionais sejam realmente um dos principais grupos responsáveis pelo oferecimento de ajuda às vítimas (Veenema et al., 2015). Tais recursos devem englobar capacitações contínuas e frequentes, pois o aumento dessas contribui para o crescimento do registro das fichas de notificação (Lima & Deslandes, 2015). Momentos de discussão e reflexão de seus cotidianos, amenizando as dificuldades e dividindo responsabilidades, devem ser também componentes da rotina dos profissionais. A criação desses espaços deve ser reivindicada pelos profissionais da ponta, mas também devem ser garantidas e asseguradas pelos profissionais de níveis de gestão.

Tendo em vista a magnitude do Brasil e das especificidades e diferenças de um estado e de uma cidade para a outra, sugere-se que sejam feitas outras pesquisas de natureza semelhante em outras localidades nacionais para que os recortes possam ser analisados e compreendidos em conjunto. Dessa maneira, os dados obtidos neste estudo poderiam ser comparados e discutidos com outras realidades nacionais, pois as especificidades do Distrito Federal, com a estrutura urbanística que ele tem, traduzem a realidade aqui apresentada.

A política de distribuição de lotes no Distrito Federal (Caiado, 2005) favoreceu a existência de grupos familiares residindo em um mesmo espaço e, assim, favorecendo o intercâmbio e o livre trânsito de pessoas nas casas. Tal aspecto é próprio do Distrito Federal e foi central na compreensão das histórias dos três casos apresentados. Diante desse cenário, precisam ser repensadas as formas de contato e relacionamento comunitário, para que a vizinhança possa ao mesmo tempo ser considerada suporte e

fator de proteção (Spilsbury & Korbin, 2013), mas que também respeite a delimitação de adequadas fronteiras familiares (Minuchin, 1990) e limites espaciais.

Afora a realização de mais pesquisas em outras localidades, considera-se pertinente que também sejam feitas outras pesquisas com o aporte qualitativo. Apesar da dificuldade em acessar casos envolvendo violências sexuais com riqueza de detalhes, trabalhos futuros poderiam contar com um número amostral maior, que não tivesse como fonte única de informação os documentos. Também assim questões familiares e subjetivas poderiam ser aprofundadas, oferecendo assim novos questionamentos e hipóteses.

## Referências

- Abreu, S., Miranda, A. A. V., & Murta, S. G. (2016). Programas preventivos brasileiros: quem faz e como é feita a prevenção em saúde mental?. *Psico-USF*, 21(1), 163-177. doi:10.1590/1413-82712016210114
- Alaggia, R., & Mishna, F. (2014). Self psychology and male child sexual abuse: healing relational betrayal. *Clinical Social Work Journal*, 42(1), 41-48. doi:10.1007/s10615-013-0453-2
- Almeida, T. M. C., Penso, M. A., & Costa, L. F. (2009). Abuso sexual infantil masculino: O gênero configura o sofrimento e o destino?. *Estilos da Clínica*, 14(26), 46-67.
- American Psychological Association, APA. (2015). *Violence and socioeconomic status*. Retrieved from <http://www.apa.org/pi/ses/>
- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Habigzang, L. F., Dell'Aglio, D. D., & Magalhães, C. M. C. (2015). Padrões de revelação e descoberta do abuso sexual de crianças e adolescentes. *Revista de Psicología*, 24(1), 1-19. doi:10.5354/0719-0581.2015.37007
- Baptista, R. S., Franca, I. S. X., Costa, C. M. P., & Brito, V. R. S. (2008). Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificados em um Programa Sentinela. *Acta Paulista de Enfermagem*, 21(4), 602-608. doi:10.1590/S0103-21002008000400011
- Balakrishna, J. (1998). Sexual abuse: How far do the ripples go?. *Sexual and Marital Therapy*, 13(1), 83-89. doi:10.1080/02674659808406546
- Bogaerts, S., Buschman, J., Kunst, M. J. J., & Winkel, F. W. (2010). Intra- and extra-familial child molestation as pathways building on parental and relational deficits and personality disorders. *International Journal of Offender Therapy and*

*Comparative Criminology*, 54(4), 478-493. doi:10.1177/0306624X09334519

Bowen, M. (1991). *De La família al individuo: la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar*. Buenos Aires: Paidós.

Brasil. (1940). *Código de Processo Penal Brasileiro*. Brasília, DF. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Brasil. (1990). *Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*. Brasília, DF. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

Brasil. (2009). *Lei nº 12.015, de 07 de agosto de 2009*. Brasília, DF. Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)

Brasil. (2011). *Viva: instrutivo de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências*. Brasília, Ministério da Saúde. Retrieved from [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva\\_instrutivo\\_notificacao\\_violencia\\_domestica.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_notificacao_violencia_domestica.pdf)

Brasil. (2013). *Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva): 2009, 2010 e 2011*. Brasília, Ministério da Saúde. Retrieved from [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema\\_vigilancia\\_violencia\\_acidentes.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_vigilancia_violencia_acidentes.pdf)

Brasil. (2014). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Retrieved from <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>

Brasília. (2015a). *Instrutivo: Ficha de notificação de violência interpessoal e autoprovocada*. Brasília, CVS / Ministério da Saúde. Retrieved from

[http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Instrutivo\\_notificacaodeviolencia\\_versao\\_5\\_1\\_final21\\_12\\_15.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/Instrutivo_notificacaodeviolencia_versao_5_1_final21_12_15.pdf)

- Brasília. (2015b). *Informativo Epidemiológico de Violência no Distrito Federal*. Brasília: NEPAV. Retrieved from <https://prezi.com/eazisxp7x5jz/informativo-epidemiologico-das-violencias-no-df/>
- Brasília (2016). *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Distrito Federal – PDAD/DF 2015*. Brasília: Governo do Distrito Federal/ Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPLAG/ Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.
- Caiado, M. C. S. (2005). Estruturação intra-urbana na região do Distrito Federal e entorno: a mobilidade e a segregação socioespacial da população. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 22(1), 55-88.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Chagnon, J.-Y. (2012). As agressões sexuais na adolescência. In: D. M. Amparo, S. F. C. de Almeida, K. T. R. Brasil, M. I. G. Conceição, & F. Marty (Eds.), *Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais* (pp. 57-77). Brasília: Liber Livro e Editora.
- Classen, C. C., Palesh, O. G., & Aggarwal, R. (2005). Sexual revictimization: a review of the empirical literature. *Trauma, Violence & Abuse*, 6(2), 103-129.
- Cortoni, F., Babchishin, K. M., & Rat, C. (2016). The proportion of sexual offenders who are female is higher than thought. *Criminal Justice and Behavior*, 44(2), 1-18.  
doi:10.1177/0093854816658923

- Costa, L. F., Almeida, M. C., Ribeiro, M. A., & Penso, M. A. (2009). Grupo multifamiliar: espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo, 14*(1), 21-30. doi:10.1590/S1413-73722009000100004
- Costa, L. F., Marreco, D. F., Barros, J. F., & Chaves, M. N. S. G. (2015). Meninos pré-adolescentes que abusam sexualmente de meninos. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina, 61*(1), 79-87.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Conceição, M. I. (2014). *Abordagem à família no contexto do Conselho Tutelar*. São Paulo: Ágora.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., Stroher, L. M. C., & Bravin, C. S. (2013). Atendimento às famílias em contexto de grande complexidade. In M. R.D. Seixas, & M. L. Dias (Eds.), *A violência doméstica e a cultura da paz (pp. 125-135)*. São Paulo: Editora Roca Ltda.
- Costa, L. F., & Penso, M. A. (2010). A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias. In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família (pp. 201-214)*. São Paulo: Ágora.
- Davis, E. A., & Jones, A. C. (2013). Risk factors in child sexual abuse. *Journal of Forensic and Legal Medicine, 20*(3), 146-150. doi:10.1016/j.jflm.2012.06.005
- Deslandes, S., Mendes, C. H. F., Lima, J. S., & Campos, D. S. (2011). Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. *Cadernos de Saúde Pública, 27*(8), 1633-1645. doi:10.1590/S0102-311X2011000800018
- Easton, S. D., Saltzman, L. Y., & Willis, D. G. (2013). "Would you tell under circumstances like that?": Barriers to disclosure of child sexual abuse for men. *Psychology of Men & Masculinity, 15*(4), 460-469. doi:10.1037/a0034223

- Esteves de Vasconcelos, M. J. (2012). *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas, SP: Papirus.
- Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso Sexual em Família: A violência do incesto à luz da Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Faleiros, E. T. S. (2003). Aspectos relevantes na definição de abuso sexual. In A. C. Oliveira (Ed.), *Abuso sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional* (pp. 55-70). Rio de Janeiro: Nova Pesquisa.
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., Turner, H. A., & Hamby, S. L. (2005). Measuring poly-victimization using the JVQ. *Child Abuse & Neglect*, 29(11), 1297-1312. doi:10.1016/j.chiabu.2005.06.005
- Finkelhor, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. (2007). Poly-victimization: a neglected component in child victimization. *Child Abuse & Neglect*, 31(1), 7-26. doi:10.1016/j.chiabu.2006.06.008
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artemed.
- Frías, S. M., & Erviti, J. (2014). Gendered experiences of sexual abuse of teenagers and children in Mexico. *Child Abuse & Neglect*, 38(4), 776-787. doi:10.1016/j.chiabu.2013.12.001
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gauthier-Duchesne, A., Hébert, M., & Daspe, M.E. (2017). Gender as a predictor of posttraumatic stress symptoms and externalizing behavior problems in sexually abused children. *Child Abuse & Neglect*, 64, 79-88. doi:10.1016/j.chiabu.2016.12.008
- Glass, S., Gajwani, R., & Turner-Halliday, F. T. (2016). Does quantitative research in child maltreatment tell the whole story? The need for mixed-methods approaches to



- explore the effects of maltreatment in infancy. *The Scientific World Journal*, 1-8.  
doi:10.1155/2016/1869673
- Goodyear-Brown P., Fath, A., & Myers, L. (2012). Child Sexual Abuse: The Scope of the Problem. In P. Goodyear-Brown (Ed.). *Handbook of child sexual abuse: identification, assessment, treatment* (pp. 3-28). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Grattagliano, I, Owens, J. N., Morton, R. J., Campobasso, C. P., Carabellese, F., & Catanesi, R. (2012). Female sexual offenders: Five Italian case studies. *Agression and Violent Behavior*, 17(3), 180-187. doi:10.1016/j.avb.2012.01.001
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (3), 341-348.
- Hassan, M., Killion, C., Lewin, L., Totten, V., & Gary F. (2015). Gender-related sexual abuse experiences reported by children who were examined in na emergency department. *Archives of Psychiatric Nursing*, 29(3), 148-154. doi:10.1016/j.apnu.2015.01.006
- Hershkowitz, I. (2014). Sexually intrusive behavior among alleged CSA male victims: a prospective study. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 26(3), 291-305. doi:10.1177/1079063213486937
- Hohendorff, J., Habigzang, L. E., & Koller, S. H. (2012a). Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. *Psicologia USP*, 23(2), 395-415. doi:10.1590/S0103-65642012005000007
- Hohendorff, J., Habigzang, L. F., Rodrigues, L. S., & Koller, S. H. (2012b). Produção e utilização de um documentário sobre violência sexual contra meninos. *Psico*, 43(2), 228-236.

- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014a). *Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção*. Curitiba: Juruá.
- Hohendorff, J. V., Costa, L. S., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014b). Documentary analysis of cases of sexual violence against boys reported in Porto Alegre. *Paideia*, 24(58), 187-195. doi:10.1590/1982-43272458201406
- Hohendorff, J. V., Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2015a). Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. *Contextos Clínicos*, 8(1), 46-54. doi:10.4013/ctc.2015.81.05
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2015b). Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: panorama e alternativas de atendimento. *Psicologia, Ciência & Profissão*, 35(1), 182-198. doi:10.1590/1982-3703000202014
- Holmes, W. C., & Slap, G. B. (1998). Sexual abuse of boys: definition, prevalence, correlates, sequelae, and management. *Jama*, 280(21), 1855-1862.
- Jong, R., Alink, L., Bijleveld, C., Finkenauer, C., & Hendriks, J. (2015). Transition to adulthood of child sexual abuse victims. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 175-187. doi:10.1016/j.avb.2015.04.012
- Justino, L. C. L., Ferreira, S. R. P., Nunes, C. B., Barbosa, M. A. M., Gerk, M. A. S., & Freitas, S. L. F. (2011). Violência sexual contra adolescentes: notificações nos Conselhos Tutelares, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 32(4), 781-787.
- Katz, C., & Barnett, Z. (2014). The behavior patterns of abused children as described in their testimonies. *Child Abuse & Neglect*, 38(6), 1033-1040. doi:10.1016/j.chiabu.2013.08.006

- Lansford, J. E., Miller-Johnson, S., Berlin, L. J., Dodge, K. A., Bater, J. E., & Pettit, G. S. (2007). Early physical abuse and later violent delinquency: a prospective longitudinal study. *Child Maltreatment, 12*(3), 233-245.
- Lawson, C. (1993). Mother-son sexual abuse: rare or underreported? A critique of the research. *Child Abuse & Neglect, 17*, 261-269.
- Le, M. T. H., Holton, S., Romero, L., & Fisher, J. (2016). Polyvictimization among children and adolescents in low- and lower-middle income countries: a systematic review and meta-analysis. *Trauma, Violence, & Abuse, 1-20*. doi:10.1177/1524838016659489
- Leung, P., Curtis Jr., R. L., & Mapp, S. C. (2010). Incidences of sexual contacts of children: Impacts of family characteristics and family structure from a national sample. *Children and Youth Service Review, 32*(5), 650-656. doi:10.1016/j.chilyouth.2009.12.012
- Lima, J. S., & Deslandes S. F. (2011). A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. *Interface: comunicação, saúde e educação, 15*(38), 819-832. doi:10.1590/S1414-32832011005000040
- Lima, J. S., & Deslandes, S. F. (2015). Olhar da gestão sobre a implementação da ficha de notificação da violência doméstica, sexual e/outras violências em uma metrópole do Brasil. *Saúde e Sociedade, 24*(2), 661-673. doi:10.1590/S0104-12902015000200021
- McGoldrick, M., Gerson, R., & Petry, S. (2008). *Genogramas: avaliação e intervenção familiar*. Porto Alegre: Artmed.

- Maia, J., & Williams, L. (2005). Fatores de risco e atores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia, 13*(2), 91-103.
- Maniglio, R. (2009). The impact of child sexual abuse on health: a systematic review of reviews. *Clinic Psychology Review, 29*(7), 647-657. doi:10.1016/j.cpr.2009.08.003
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto Contexto Enfermagem, 19*(2), 246-255.
- Marty, F. (2012). A função do agir na adolescência. In: D. M. Amparo, S. F. C. de Almeida, K. T. R. Brasil, M. I. G. Conceição, & F. Marty (Eds.), *Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais* (pp. 17-29). Brasília: Liber Livro e Editora.
- Mathews, B., Lee, X. J., & Norman, R. E. (2016). Impact of a new mandatory reporting law on reporting and identification of child sexual abuse: A seven year time trend analysis. *Child Abuse & Neglect, 56*, 62-79. doi:10.1016/j.chiabu.2016.04.009
- Mathews, B., Bromfield, L., Walsh, K., Cheng, Q., & Norman, R. E. (2017). Reports of child sexual abuse of boys and girls: longitudinal trends over a 20-year period in Victoria, Australia. *Child Abuse and Neglect, 6*, 9-22. doi:10.1016/j.chiabu.2017.01.025
- Minayo, M. C. S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., Nichols, M. P., & Lee, W. (2009). *Famílias e casais: do sintoma ao sistema*. Porto Alegre: Artmed.

- Miranda, A. O., & Corcoran, C. L. (2000). Comparison of perpetration characteristics between male juvenile and adult sexual offenders: preliminary results. *Sexual abuse: a Journal of Research and Treatment*, 12(3), 179-188.
- Miron, L. R., & Orcutt, H. K. (2014). Pathways from childhood abuse to prospective revictimization: depression, sex to reduce negative affect, and forecasted sexual behavior. *Child Abuse & Neglect*, 38(11), 1848-1859. doi:10.1016/j.chiabu.2014.10.004.
- Modelli, M. E. S., Galvão, M. F., & Pratesi, R. (2012). Child sexual abuse. *Forensic Science International*, 217(1-3), 1-4.
- Morin, E. (2011). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- Murray, L. K., Nguyen, A., & Cohen, J. A. (2014). Child sexual abuse. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 23(2), 321-337. doi:10.1016/j.chc.2014.01.003.
- Nadan, Y., Spilsbury, J., & Korbin, J. E. (2015). Culture and context in understanding child maltreatment: contributions of intersectionality and neighborhood-based research. *Child Abuse & Neglect*, 41, 40-48. doi:10.1016/j.chiabu.2014.10.021
- Nichols, M. P. & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- O'Leary, P., Easton, S. C., & Gould, N. (2015). The effect of child sexual abuse on men: toward a male sensitive measure. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-23. doi:10.1177/0886260515586362
- Oliveira, J. R., Costa, M. C. O., Amaral, M. T. R., Santos, C. A., Assis, S. G., & Nascimento, O. C. (2014). Violência sexual e coocorrências em crianças e adolescentes: estudo das incidências ao longo de uma década. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 759-771. doi:10.1590/1413-81232014193.18332013

- Pedersen J. R., & Grossi, P. K. (2011). O abuso sexual intrafamiliar e a violência estrutural. In: M. R. F. Azambuja, M. H. M. Ferreira (Orgs.). *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed.
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., & Gómez-Benito, J. (2009). The prevalence of child sexual abuse in community and student samples: A meta-analysis. *Clinical Psychology Review, 29*(4), 328–338. doi:10.1016/j.cpr.2009.02.007
- Peter, T. (2006). Mad, bad, or victim? Making sense of mother-daughter sexual abuse. *Feminist Criminology, 1*(4), 283-302.
- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia, 22*(2), 301-311. doi:10.9788/TP2014.2-03
- Polanczyc, G. V., Zavaschi, L., Benetti, S., Zenker, R., & Gammerman, P. W. (2003). Violência sexual e sua prevalência em adolescentes de Porto Alegre, Brasil. *Revista de Saúde Pública, 37*(1), 8-14.
- Rates, S. M. M., Melo, E. M., Mascarenhas, M. D. M., & Malta, D. C. (2015). Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. *Ciência & Saúde Coletiva, 20*(3), 655-665. doi:10.1590/1413-81232015203.15242014
- Redação RBA. (2017, 02 24). *Renda domiciliar tem diferença de até 76% entre unidades da federação*. Retrieved from <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/02/renda-domiciliar-tem-diferenca-de-ate-70-entre-unidades-da-federacao>
- Said, A. P., & Costa Jr., A. L. (no prelo). Polivitimização de meninos vitimizados sexualmente: uma análise documental a partir das fichas de notificação. *Contextos Clínicos*.

- Said, A. P., Junqueira, E. L., & Costa, L. F. (2016). A passagem ao ato no abuso sexual intrafamiliar fraterno de menino. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 14, 5-12. doi:10.17921/2176-5626.%25n14p5-12
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda.
- Santos, V. A. (2010). *As medidas protetivas e a garantia de direitos na perspectiva de famílias em situação de violência sexual intrafamiliar* (Doctoral dissertation). Retrieved from <http://repositorio.unb.br/handle/10482/6933>
- Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 328-335. doi:10.1590/S0102-71822010000200013
- Santos, B. R., & Ippolito, R. (2014). O percurso da notificação de suspeitas de ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes no Sistema de Garantia de Direitos (SGD). In B. R. Santos, I. B. Gonçalves, G. Vasconcelos (Orgs.), *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes*. (p. 183-189). Brasília: EdUCB.
- Scholes, L., Jones, C., & Nagel, M. (2014). Boys and CSA prevention: issues surrounding gender and approaches for prevention. *Australian Journal of Teacher Education*, 39(11), 1-16. doi:10.14221/ajte.2041v39n11.1
- Scrandis, D. A., & Watt, M. (2014). Child sexual abuse in boys: implications for primary care. *The Journal for Nurse Practitioners*, 10(9), 706-713. doi:10.1016/j.nurpra.2014.07.021
- Schultz, D. P. & Schultz, S. E. (2009). *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cengage Learning.

- Serafim, A. P., Saffi, F., Achá, M. F. F., & Barros, D. M. (2011). Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38(4), 143-147. doi:10.1590/S0101-60832011000400006
- Seto, M. C., Babchishin, K. M., Pullman, L. E., & McPhail, I. V. (2015). The puzzle of intrafamilial child sexual abuse: a meta-analysis comparing intrafamilial and extrafamilial with child victims. *Clinical Psychology Review*, 39, 42-57. doi:10.1016/j.cpr.2015.04.001
- Sigurdardottir, S., Halldorrsdottir, S., & Bender, S. S. (2014). Consequences of childhood sexual abuse for health and well-being: gender similarities and differences. *Scandinavian Journal of Public Health*, 42, 278-286. doi:10.1177/1403494813514645
- Silveira, L. M. O. B. (2011). A relação família-escola: uma parceira possível?. In A. Wagner (Eds.), *Desafios psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões* (pp.181-190). Porto Alegre: Artmed.
- Sorsoli, L., Kia-Keating, M., & Grossman, F. K. (2008). "I Keep That Hush-Hush": Male Survivors of Sexual Abuse and the Challenges of Disclosure, *Journal of Counseling Psychology*, 55(3), 333-345. doi:10.1037/0022-0167.55.3.333
- Spencer, M. J., & Dunklee, P. (1986). Sexual abuse of boys. *Pediatrics*, 78(1), 133-138.
- Spilsbury, J. C., & Korbin, J. E. (2013). Social networks and informal social support in protecting children from abuse and neglect. *Child Abuse & Neglect*, 37, 8-16. doi:10.1016/j.chiabu.2013.10.027
- Stake, R. E. (1994). Case studies. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of Qualitative Research* (pp.236-247). California, Estados Unidos da América: Sage.



- Stoltenborgh, M., IJzendoorn, M., Euser, E., & Bakermans-Kranenburg, M. (2011). A Global Perspective on Child Sexual Abuse: Meta-Analysis of Prevalence Around the World. *Child Maltreatment, 16*(2) 79-101. doi: 10.1177/1077559511403920
- Strickland, S. M. (2008). Female sex offenders: exploring issues of personality, trauma, and cognitive distortions. *Journal of Interpersonal Violence, 23*(4), 474-489. doi:10.1177/0886260507312944
- Turner, H. A., Finkelhor, D., Hamby, S. L., & Shattuck, A. (2013). Family structure, victimization and child mental health in a nationally representative sample. *Social Science & Medicine, 87*, 39-51. doi:10.1016/j.socscimed.2013.02.034
- Turner, H. A., Shattuck, A., Finkelhor, D., & Hamby, S. (2016). Polyvictimization and youth violence exposure across contexts. *Journal of Adolescent Health, 58*(2), 208-214. doi:10.1016/j.jadohealth.2015.09.021
- Valente, S. M. (2005). Sexual abuse of boys. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing, 18*(1), 10-16.
- Veenema, T. G., Thornton, C. P., & Corley, A. (2015). The public health crisis of child sexual abuse in low middle income countries: an integrative review of the literature. *International Journal of Nursing Studies, 52*(4), 864-881. doi:10.1016/j.ijnurstu.2014.10.017
- Weiss, K. G. (2010). Male Sexual Victimization: Examining Men's Experiences of Rape and Sexual Assault. *Men and Masculinities, 12*(3), 275-298. doi:10.1177/1097184X08322632
- Wijkman, M., Bijleveld, C., & Hendriks, J. (2010). Women don't do such things! Characteristics of female sex offenders and offender types. *Sexual Abuse: a journal of research and treatment, 22*(2), 135-156. doi:10.1177/1079063210363826.
- Williams, L. C. A. (2009). Introdução ao Estudo do Abuso Sexual Infantil e Análise do

fenômeno no município de São Carlos. In L. C. A. Williams, & E. A. C. Araújo (Eds), *Prevenção do Abuso Sexual Infantil: um enfoque interdisciplinar* (pp. 21-40). Curitiba: Juruá.

## Anexo I

### Ficha de Notificação/Investigação Individual de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências

















GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE		SINAN SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO FICHA DE NOTIFICAÇÃO / INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS		Nº
<p><b>Definição de caso:</b> Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).</p> <p><b>Atenção:</b> Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes (Juizado da Infância e Juventude e/ou Ministério Público da localidade), de acordo com o art.13 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Também são considerados de notificação compulsória todos os casos de violência contra a mulher (Decreto-Lei nº 5.099 de 03/06/2004, Lei nº 10.778/2003) e maus tratos contra a pessoa idosa (artigo 19 da Lei nº 10.741/2003).</p>				
<b>Dados Gerais</b>				
1) Tipo de Notificação 2 - Individual				
2) Agravo/doença <b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS</b>		3) Código (CID10) Y 09	4) Data da Notificação	
4) UF	5) Município de Notificação		Código (IBGE)	
6) Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora)		Código (CNES)	7) Data da ocorrência da violência	
8) Nome do Paciente				9) Data de Nascimento
<b>Notificação Individual</b>				
10) (ou) Idade 1 - Hora 2 - Dia 3 - Mês 4 - Ano		11) Sexo M - Masculino F - Feminino I - Ignorado	12) Gestante 1 - 1º Trimestre 2 - 2º Trimestre 3 - 3º Trimestre 4 - Não gestacional Ignorado 5 - Não 6 - Não se aplica 7 - Ignorado	
13) Raça/Cor 1 - Branca 2 - Preta 3 - Amarela 4 - Parda 5 - Indígena 9 - Ignorado				
14) Escolaridade 0 - Analfabeto 1 - 1ª a 4ª série incompleta do EF (artigo primário ou 1º grau) 2 - 4ª série completa do EF (artigo primário ou 1º grau) 3 - 5ª a 8ª série incompleta do EF (artigo ginásio ou 1º grau) 4 - Ensino fundamental completo (artigo ginásio ou 1º grau) 5 - Ensino médio incompleto (artigo colegial ou 2º grau) 6 - Ensino médio completo (artigo colegial ou 2º grau) 7 - Educação superior incompleta 8 - Educação superior completa 9 - Ignorado 10 - Não se aplica				
15) Número do Cartão SUS		16) Nome da mãe		
<b>Dados da Residência</b>				
17) UF	18) Município de Residência		Código (IBGE)	19) Distrito
20) Bairro		21) Logradouro (rua, avenida,...)		Código
22) Número	23) Complemento (apto., casa, ...)		24) Geo campo 1	
25) Geo campo 2		26) Ponto de Referência		27) CEP
28) (DDD) Telefone		29) Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periferiana 9 - Ignorado		30) País (se residente fora do Brasil)
<b>Dados Complementares do Caso</b>				
31) Ocupação				
<b>Dados da Pessoa Atendida</b>				
32) Situação conjugal / Estado civil 1 - Solteiro 3 - Viúvo 8 - Não se aplica 2 - Casado/unido consensual 4 - Separado 9 - Ignorado			33) Relações sexuais 1 - Só com homens 3 - Com homens e Mulheres 2 - Só com mulheres 8 - Não se aplica 9 - Ignorado	
34) Possui algum tipo de deficiência/transorno? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado				
35) Se sim, qual tipo de deficiência/transorno? 1 - Sim 2 - Não 3 - Não se aplica 9 - Ignorado				
36) UF		37) Município de ocorrência		Código (IBGE)
38) Bairro		39) Logradouro (rua, avenida,...)		Código
40) Número		41) Complemento (apto., casa, ...)		42) Geo campo 3
43) Ponto de Referência		44) Zona 1 - Urbana 2 - Rural 3 - Periferiana 9 - Ignorado		45) Hora da ocorrência (00:00 - 23:59 horas)
46) Local de ocorrência 01 - Residência 04 - Local de prática esportiva 07 - Comércio/serviços 02 - Habitação coletiva 05 - Bar ou similar 08 - Indústria/construção 03 - Escola 06 - Via pública 09 - Outro 99 - Ignorado				
47) Ocorreu outras vezes?				1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado
48) A lesão foi autoprovocada?				1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado

Mod. 110.195 e.c. 11.000 Formato: 210 x 297 06/2003 NNE-SUPLAN N. Prod. Gráfica/SES

Tipologia da Violência	51 Tipo de violência 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado			52 Meio de agressão 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		
	<input type="checkbox"/> Física	<input type="checkbox"/> Tráfico de seres humanos	<input type="checkbox"/> Intervenção legal	<input type="checkbox"/> Força corporal/ espancamento	<input type="checkbox"/> Obj. perfuro-cortante	<input type="checkbox"/> Arma de fogo
	<input type="checkbox"/> Psicológica/Moral	<input type="checkbox"/> Financeira/Econômica	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Enforcamento	<input type="checkbox"/> Substância/ Obj. quente	<input type="checkbox"/> Ameaça
	<input type="checkbox"/> Tortura	<input type="checkbox"/> Negligência/Abandono		<input type="checkbox"/> Obj. contundente	<input type="checkbox"/> Envenenamento	<input type="checkbox"/> Outro _____
	<input type="checkbox"/> Sexual	<input type="checkbox"/> Trabalho infantil				
Violência Sexual	53 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado			54 Se ocorreu penetração, qual o tipo? 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado		
	<input type="checkbox"/> Assédio sexual	<input type="checkbox"/> Ateúdo violento ao poder	<input type="checkbox"/> Exploração sexual	<input type="checkbox"/> Oral	<input type="checkbox"/> Anal	<input type="checkbox"/> Vaginal
	<input type="checkbox"/> Estupro	<input type="checkbox"/> Pornografia infantil	<input type="checkbox"/> Outros _____			
	55 Procedimento realizado 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado					
	<input type="checkbox"/> Profilaxia DST	<input type="checkbox"/> Profilaxia Hepatite B	<input type="checkbox"/> Coleta de sêmen	<input type="checkbox"/> Contraceção de emergência		
	<input type="checkbox"/> Profilaxia HIV	<input type="checkbox"/> Coleta de sangue	<input type="checkbox"/> Coleta de secreção vaginal	<input type="checkbox"/> Aborto previsto em lei		
Consequência da Violência	56 Consequências da ocorrência detectadas no momento da notificação 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado					
	<input type="checkbox"/> Aborto	<input type="checkbox"/> DST	<input type="checkbox"/> Transtorno mental	<input type="checkbox"/> Estresse pós-traumático		
	<input type="checkbox"/> Gravidez	<input type="checkbox"/> Tentativa de suicídio	<input type="checkbox"/> Transtorno comportamental	<input type="checkbox"/> Outros _____		
Lesão	57 Natureza da lesão (considerar somente o diagnóstico principal)					
	01 - Contusão	04 - Fratura	07 - Traumatismo crânio-encefálico	10 - Queimadura		
	02 - Corte/perfuração/laceração	05 - Amputação	08 - Politraumatismo	11 - Outros _____		
	03 - Entorse/luxação	06 - Traumatismo dentário	09 - Intoxicação	88 - Não se aplica		
	58 Parate do corpo atingido(considerar somente o diagnóstico principal)					
	01 - Cabeça/face	04 - Coluna/medula	07 - Quadril/pelve	10 - Órgãos genitais/ânus		
	02 - Pescoço	05 - Tórax/dorso	08 - Membros superiores	11 - Múltiplos órgãos/regiões		
	03 - Boca/dentes	06 - Abdome	09 - Membros inferiores	88 - Não se aplica		
	99 - Ignorado					
Dados do agressor	59 Número de envolvidos			60 Vínculo / grau de parentesco com a pessoa atendida 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado		
	1 - Um <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Pai	<input type="checkbox"/> Ex-Cônjuge	<input type="checkbox"/> Amigos/conhecidos	<input type="checkbox"/> Policial/agente de lei	<input type="checkbox"/> Suspeita de uso de álcool 1 - Sim <input type="checkbox"/>
	2 - Dois ou mais <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Mãe	<input type="checkbox"/> Namorado(a)	<input type="checkbox"/> Desconhecido(a)	<input type="checkbox"/> Própria pessoa	2 - Não <input type="checkbox"/>
	9 - Ignorado <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Padrasto	<input type="checkbox"/> Ex-Namorado(a)	<input type="checkbox"/> Cuidador(a)	<input type="checkbox"/> Outros _____	9 - Ambos os sexos <input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/> Madrasta	<input type="checkbox"/> Filho(a)	<input type="checkbox"/> Patrão/chefe		9 - Ignorado <input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/> Cônjuge	<input type="checkbox"/> Irmão(i)	<input type="checkbox"/> Pessoa com relação institucional		
Encaminhamento	61 Encaminhamento ao setor saúde 1 - Encaminhamento ambulatorial 2 - Internação hospitalar 8 - Não se aplica 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>					
	62 Encaminhamento da pessoa atendida para outros setores 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado					
	<input type="checkbox"/> Conselho Tutelar/Criança/Adolescente	<input type="checkbox"/> Delegacia de atendimento à Mulher/DEAM		<input type="checkbox"/> Centro de Referência da Mulher		
	<input type="checkbox"/> Vara da Infância/Juventude	<input type="checkbox"/> Delegacia de Prot. da Criança e do Adolescente		<input type="checkbox"/> Centro de Ref. da Assistência Social/CREAS-CRAS		
	<input type="checkbox"/> Casa Abrigo	<input type="checkbox"/> Outras delegacias -		<input type="checkbox"/> Instituto Médico Legal (IML)		
	<input type="checkbox"/> Programa Sentinela	<input type="checkbox"/> Ministério Público		<input type="checkbox"/> Outros _____		
Evolução e encaminhamento	63 Violência Relacionada ao Trabalho? 1 - Sim 2 - Não 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>			64 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>		
	65 Classificação final 1 - Confirmado 3 - Provável 2 - Descartado 8 - Inconclusivo <input type="checkbox"/>			66 Se sim, foi emitida a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) 1 - Sim 2 - Não 8 - Não se aplica 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>		
	67 Evolução do caso 1 - Alta 2 - Evasão/Fuga 3 - Óbito por violência 4 - Óbito por outras causas 9 - Ignorado <input type="checkbox"/>			68 Circunstância da lesão CID 10 - Cap XX _____		
	69 Data de encerramento _____			70 Data de ocorrência _____		
<b>Informações complementares e observações</b>						
Nome do acompanhante		Vínculo/grau de parentesco		(DDD) Telefone		
Observações adicionais						
Disque-Saúde 0800 61 1997		Central de Atendimento à Mulher 180		TELEFONES ÚTEIS		Disque-Denúncia - Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes 100
Município/Unidade de Saúde		Código da Unid. de Saúde(CNES)				
Nome		Função		Assinatura		

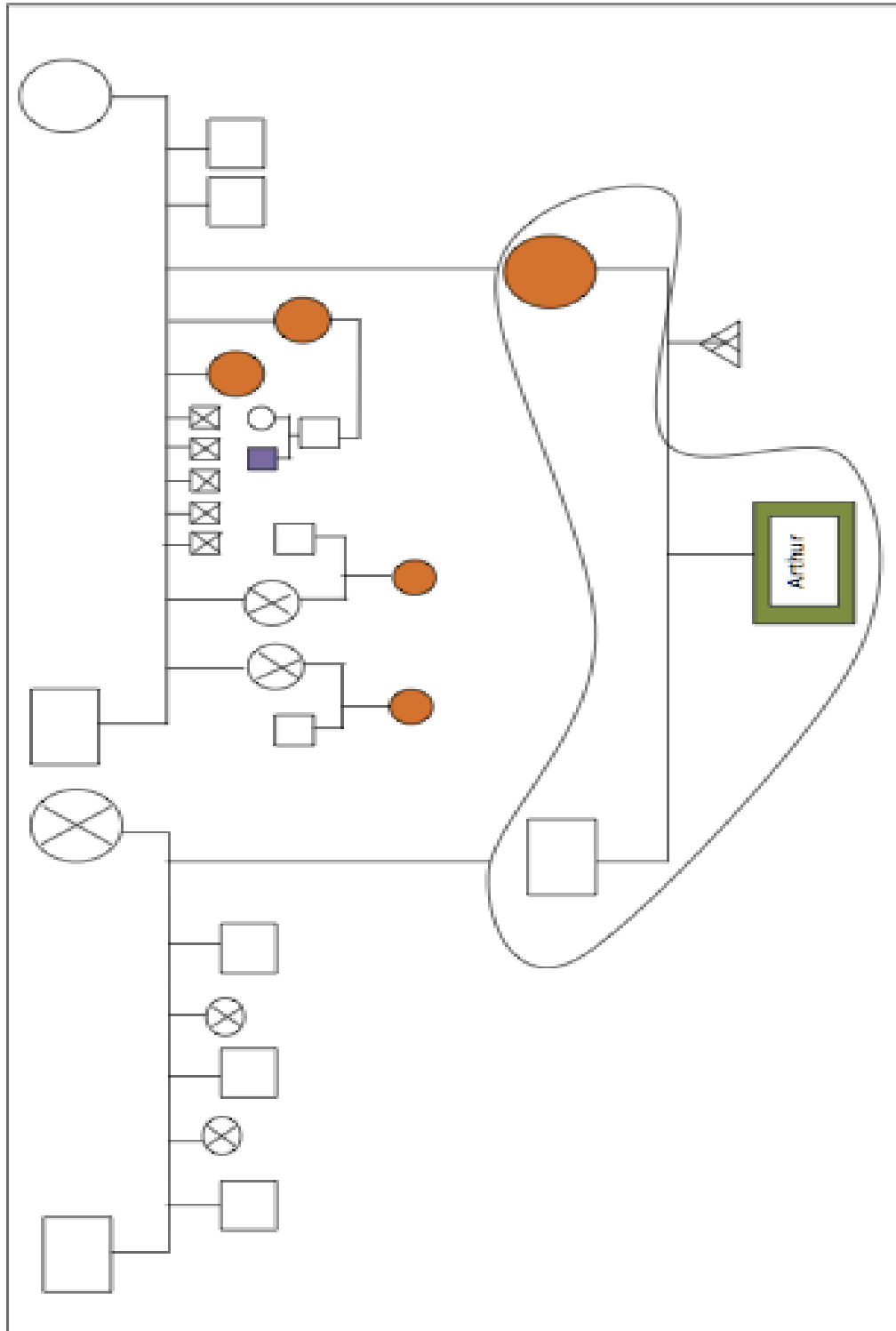
## Anexo II

### Legendas Genogramas

	Sexo feminino	
	Sexo masculino	
		Falecimento
	Aborto espontâneo	
		Outras vítimas de abuso sexual do sexo feminino e masculino
	Ofensor sexual do menino vítima neste estudo	
	Outro ofensor sexual intrafamiliar	
	Menino vítima de abuso sexual	
	Relação conjugal de casamento	
	Relação conjugal de namoro	
	Relação sexual	
	Término de relação conjugal	
	Núcleo familiar residindo na mesma casa	
	Núcleos familiares residindo num mesmo lote	

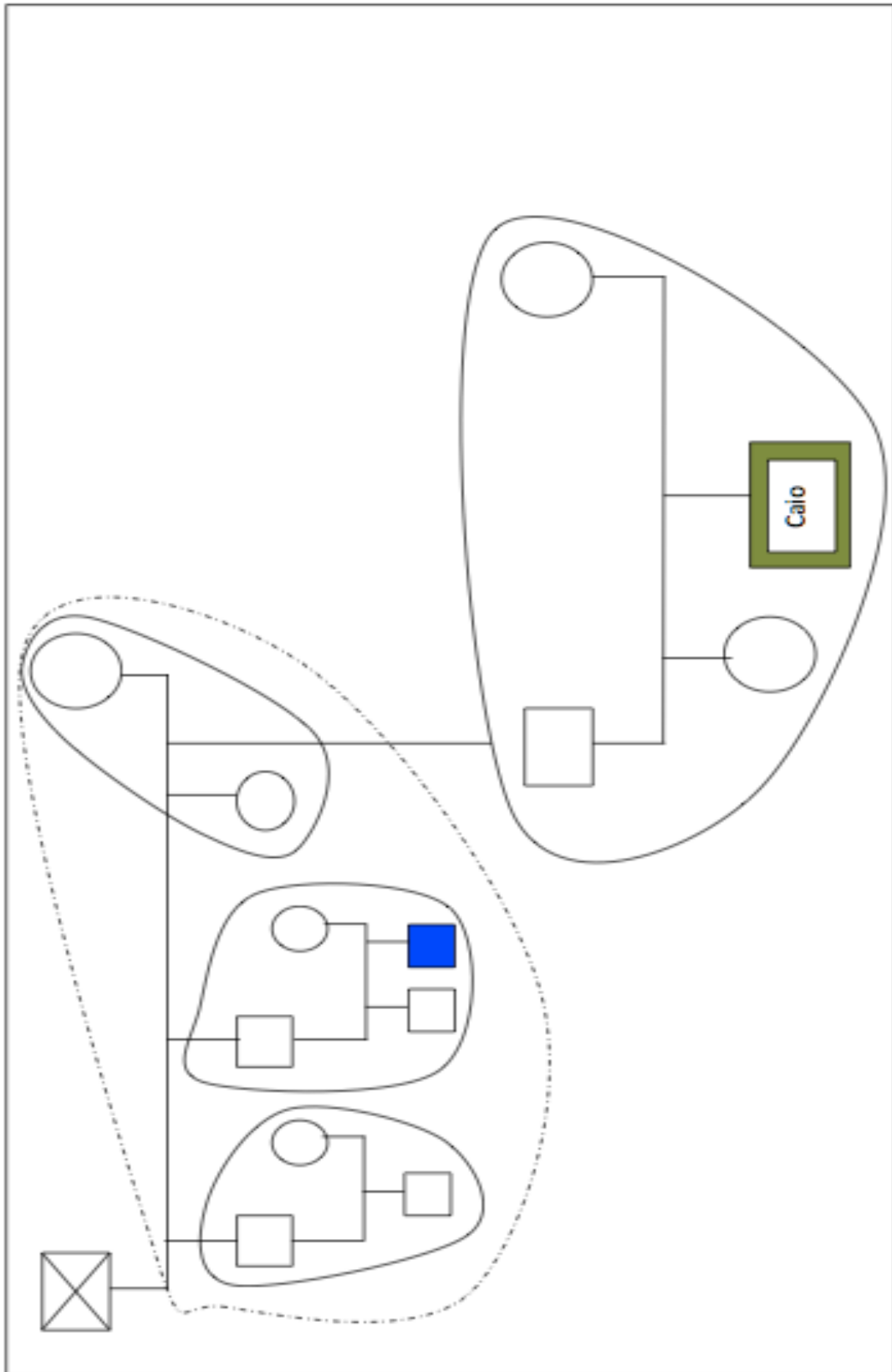
Anexo III

Genograma Caso 1



Anexo IV

Genograma Caso 2



Anexo V

Genograma Caso 3

